

**Março 2008**

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

**CEDOC Dw**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila
- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Genérico

Redação Waldney Oliveira

#### Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,  
Beat Weber, Pacheco Ilinga,  
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,  
Azancoth, Massomba Dominique

#### Editado por:

Development Workshop-Angola

#### Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,  
C.P. 3360, Luanda - Angola

#### Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

#### Email:

cedoc.dwang@angonet.org

#### Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução  
a Pobreza Urbana de Luanda),  
DFID e Embaixada da Noruega

<b>1 Redução da Pobreza e Economia</b>	<b>1</b>
1.1 Vice-ministra assegura que quadro negativo do meio rural irá mudar .....	1
1.2 Agricultores descapitalizados tentam combater à pobreza .....	1
1.3 Angola mantém-se entre países com menos desenvolvimento humano .....	2
1.4 Ministros recomendam acções para combate à pobreza e aumento de energia .....	2
1.5 Salvemos Angola do delúvio.....	3
1.6 Mais de 520 trabalhadores estão inscritos na protecção social obrigatória.....	5
1.7 Salário mínimo nacional sobe para 8.609 kuanzas.....	5
<b>2 Mercado Informal e Microfinanças</b>	<b>7</b>
2.1 Em nossa casa, mandamos nos! .....	7
2.2 Candonga de água penaliza rocha pinto .....	7
2.3 «Saqueiro».....	7
2.4 A saga do «Robo-velocistas».....	8
2.5 Kixicredito para baixa renda .....	8
2.6 Zunga actividade que envelhece Angolanos .....	9
2.7 Mulher Zungueira .....	10
2.8 Chineses e vietnamitas roubam "empregos" a angolanos .....	11
2.9 Fiscais do Governo Provincial de Luanda têm licença para roubar .....	12
<b>3 Governação e Descentralização</b>	<b>14</b>
3.1 Virgílio Fontes Pereira exonera sete administradores municipais .....	14
3.2 Quais as pré-condições para descentralização com sucesso.....	14
3.3 Exonerado director provincial para administrações municipais .....	15
3.4 Municípios, autonomia financeira e qualidade de vida .....	15
3.5 Novos administradores municipais ou potenciais cabos eleitorais do MPLA .....	16
3.6 Sete administradores municipais fora de combate .....	17
3.7 Um apelo a Exma Sra Governadora interina de Luanda .....	18
3.8 Número de mulheres nos órgãos de decisão vai aumentar .....	19
3.9 A descentralização e o desafio da participação social na formulação dos planos de desenvolvimento municipal .....	19
3.10 Desvio de fundo leva população a espancar administrador Municipal.....	20
3.11 Gestores públicos aprovam políticos de descentralização.....	20
<b>4 Eleições e Educação Cívica</b>	<b>22</b>
4.1 Organizações cívicas aconselham políticos a moderarem os discursos .....	22
4.2 Bispos querem voto de qualidade nas legislativas.....	22
4.3 Bispos querem voto de qualidade nas legislativas.....	22
4.4 Em 1992 não houve eleições .....	23
4.5 CNE na Huíla arranca com educação cívica eleitoral .....	24
4.6 Administrações municipais e brigadas móveis vão promover registo eleitoral na fase de actualização.....	25
4.7 Bispos católicos querem eleições sem fraudes.....	25
4.8 Bispos da CEAST discutem sobre eleições .....	26
4.9 CNE na Húila arranca com educação cívica eleitoral .....	27
4.10 CNE lança hoje companhia de educação cívica eleitoral.....	27
4.11 «Exercício da cidadania é pilar para ida às urnas».....	27
<b>5 Educação, Juventude e Criança</b>	<b>29</b>
5.1 Lançado programa de apetrechamento das escalas públicas da cidade de Luanda .....	29
5.2 Direcção quer vender a única escola da ilha a Indiana .....	29
5.3 FAS emprega mais de 200 mil dólares na reconstrução de escola .....	30

.....338 estudantes.....	30
<b>6 Terra, Habitação e Urbanização</b>	<b>32</b>
6.1 A produção e a apropriação do espaço urbano o imaginario antropológico.....	32
6.2 Promoção da cultura urbanística.....	32
6.3 Escom apresenta novo projecto imobiliario orçado em 60 milhões de Euros .....	33
6.4 Favalização, Etilização ou requalificação .....	33
6.5 A função das cidades angolanas na perspectiva do planeamento urbano e do ordenamento do territorio.....	34
6.6 600 Famílias podem ser desalojadas.....	35
6.7 Burla de terreno pode causar homicidio.....	36
6.8 O direito de acupação precária as responsabilidades ambientais .....	38
6.9 Expropriação de terrenos levanta polemica na Chicala .....	39
6.10 Governo oficializa programa de requalificação urbana .....	40
<b>7 Serviços Básicos</b>	<b>41</b>
7.1 Candonga de água penaliza rocha pinto .....	41
7.2 Desalojados das chuvas de 17 de janeiro em penúria .....	41
7.3 Governo investe USD600 milhões no fornecimento de água potavel a 300 aldeias .....	42
7.4 Trabalhadoras da elisal doam meios de limpeza.....	43
7.5 Governo deve electrificar bairros marginalizados.....	43
7.6 Tanques vão fornecer água a mais de 50 mil pessoas na Maianga.....	44
7.7 Sumbe tem 36 milhões de dólares para a recuperação do sistema de água .....	44
7.8 Agua para todos abrange 80% da população angolana.....	45
7.9 Sumbe tem 36 milhões de dolares para recuperação do sistema de água .....	45
7.10 Mundo celebra dia mundial de água com problemas no acesso ao líquido .....	46
<b>8 Paz e Reconciliação</b>	<b>48</b>
8.1 ANDA cria agência de desarmamento de cidadãos.....	48
8.2 Governo espera por um milagre até agosto .....	48
8.3 O estudo deve sensibilizar sociedade.....	48
8.4 Governo quer desarmar população civil até agosto deste ano.....	49
8.5 Armas para que (não) te quero!.....	50
8.6 Armas de guerra devem ser entregues ás autoridades .....	50
8.7 Chefe de estado cria comissão para desarmar pessoas em posse ilegal de armas.....	51
8.8 «Vao olhar para o processo como um negócio».....	51
8.9 O papel da sociedade na desmilitarização das sociedades.....	52
8.10 População poderá ser desarmada coersivamente .....	53



## DA POBREZA E ECONOMIA

### 1.1 Vice-ministra assegura que quadro nega tivo do meio rural irá mudar

*Jornal de Angola...01-03-08*

A vice-ministra da Agricultura, Filomena Delgado, disse, no Dondo (Kwanza-Norte), que o seu Ministério vai trabalhar aceleradamente no "Programa de Desenvolvimento Rural", aprovado no ano transacto pelo Conselho de Ministros, para a inversão do actual quadro "negativo" que ensombra as populações do campo.

A governante fez este pronunciamento à imprensa no final da visita de constatação que efectuou durante três dias aos municípios do Cazengo, Bolongongo, Banga, Kiculungo, Ngonguembo e de Cambambe, província do Kwanza-Norte, onde se inteirou do desenvolvimento do programa de extensão rural.

À semelhança do que viu noutras províncias, Filomena Delgado disse que nos municípios que visitou no Kwanza-Norte há um índice elevado de pobreza.

Neste sentido, o Ministério continuará a trabalhar com os governos provinciais, visando a implementação de programas específicos de apoio à mulher e aos jovens do meio rural, uma tarefa que disse contar inicialmente com um financiamento de oito milhões de dólares já disponíveis. Acrescentou que este montante é parte de 30 milhões aprovados em 2007.

Tais montantes, salientou, revelar-se-ão insuficientes para colmatar o grau de necessidades identificadas durante a constatação até aqui efectuada.

Os oito milhões serão, numa primeira fase, aplicados nos sectores da educação, da saúde, na reabilitação de vias terciárias e na promoção do comércio rural, podendo ainda abarcar os sectores de energia e apoio aos agricultores, especificou a governante.

O "Programa de Desenvolvimento Rural", a ser implementado inicialmente em comunas e aldeias de 10 províncias, incluindo Kwanza-Norte, incide nos sectores produtivo, de infra-estruturas, na organização do comércio rural, na educação, saúde, massificação de técnicas modernas de produção alimentar, educação para a cidadania e no apoio à mulher e aos jovens do meio rural.

Com a implementação do programa, o governo pretende reduzir a pobreza, preservar os valores culturais, sociais, ambientais e a estender os serviços sociais básicos a todas as regiões.

### 1.2 Agricultores descapitalizados tentam combater à pobreza

*Folha8...01-03-08*

O fraco desempenho económico da província do Uíge, nos últimos tempos, deveu-se à negligência das autoridades centrais, que pouca ou nenhuma atenção deram às preocupações de milhares de agricultores que clamam por financiamento. Naquelas paragens, a colheita de diversos produtos acabava por ser acantonada na casa do produtor por falta de escoamento.

Porém, o camponês Mateus Kiamé está confiante e luta para progredir porque a isto está ligado o bem-estar. "Carecemos de financiamento agrícola. Estamos a lutar para a estabilidade económica da província, tendo em vista o combate à pobreza", garante o camponês. Kiamé está satisfeito com a estabilidade política e militar que o País vive neste momento, condição que permitiu ao Governo local estender a administração do Estado por toda a província.

"A população deslocada está reinstalada e agora mergulhada na redinamização do sector produtivo, a mola impulsionadora do desenvolvimento", explica Mateus Kiamé à nossa reportagem. O pensamento dele é semelhante ao dos milhares de camponeses desta província que continuam a clamar para concretizar o slogan "Desenvolvimento".

A província conta com uma base de recursos agrícolas e mineiros que, bem aproveitados, poderão assegurar o desenvolvimento sustentado da província. A Direcção da Agricultura está a mobilizar a população camponesa no sentido de intensificar a produção agrícola.

Joaquim Pedro, responsável da agricultura na província, diz que as potencialidades de recursos naturais da província devem ser com base no sustento dum desenvolvimento industrial, que poderá criar condições económicas e sociais que a região precisa agora, com o alcance da paz no País.

"Estamos a apoiar os camponeses com instrumentos agrícolas. Este é o caminho para combatermos à pobreza e a fome", disse o engenheiro.

Com 58.698 Km<sup>2</sup>, 16 municípios e 31 comunas, a província do Uíge conta com cerca de 2. Milhões de habitantes.

Há dois anos era triste o cenário naquelas paragens, pois registava-se uma degradação acentuada em quase todos os sectores. Se é verdade que a situação ainda não é a ideal, também é verdade que o programa de melhoria das condições de vida da população está a tentar alterar o quadro desolador que a província apresentava.

cação das principais infra-estruturas sociais e sociais no nível dos municípios e comunas. As autoridades locais estão a lutar para recuperar também as infra-estruturas sanitárias e escolares, e há planos para a reactivação do parque industrial das principais cidades do Uíge e Negage.

Sector da Educação requer atenção

Segundo dados estatísticos a que tivemos acesso, a taxa de analfabetismo é elevada em cerca de 52% da população.

A taxa de conclusão do ensino médio é muito baixa, sendo de 1,3%, e a capacidade de formação profissional é fraca.

A província continua a formar pouca gente nos diferentes níveis de ensino e a débil capacidade de formação profissional pode constituir constrangimento no processo da transferência de tecnologia.

Por isso, um grande investimento está a ser realizado para incrementar as capacidades instaladas de formação, como forma de aumentar o número de formados e potenciar a qualificação dos quadros já existentes. A província espelha dificuldades em termos de cobertura educativa. Em cada 100 crianças, 93 ingressaram no ensino primário. Mais de 9 mil crianças na faixa etária dos 6 aos 9 anos encontram-se ainda fora do sistema de educação.

A oferta de espaços educativos está muito aquém do desejado. O rácio aluno/sala, embora tenha passado de 90 em 2006 para 65 em 2007, a situação mantém-se preocupante.

Os níveis de formação académica e pedagógica do corpo docente é ainda inferior às condições exigidas na carreira docente, referem os dados.

De acordo com a mesma informação, 41 % dos docentes apenas têm à 8ª classe. A eficácia do sistema educativo no ensino primário e secundário é baixa, caracterizada com elevadas taxas de abandono e reprovação.

O ensino superior é cru, mas com a chegada de alguns Professores cubaBOS a situação poderá melhorar nos próximos tempos. Segundo as autoridades, a construção dos Institutos Médio Politécnico, Agrário, Médio Técnico de Administração e Gestão vai ajudar a província do Uíge a melhorar a qualidade de ensino.

### **1.3 Angola mantém-se entre países com menos desenvolvimento humano**

*Agora...01-03-08*

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização,

educação, esperança de vida, natalidade e outros factores que servem para comparar a qualidade de vida nos diversos países do mundo. E uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil. O índice foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Máhbul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no seu relatório anual.

Todos anos, os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas. Os países com uma classificação elevada frequentemente divulgam a informação, a fim de atrair imigrantes qualificados ou desencorajar a emigração.

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008, publicado esta semana, dá conta que Angola subiu mais quatro lugares (162a) em relação ao ano transacto, em que havia ficado na 166a posição.

Com esta súmula o país se posicionou, apesar disso, no quadro de Desenvolvimento Humano Baixo, com 0,446 do valor do IDH cuja esperança de vida é de 41 anos, taxa de alfabetização de adultos de 67 por centos, taxa de "escolarização bruta cominada dos ensino primário, secundário e superior de 25,6 e Produto Interno Bruto (PIB) de 2,335.

Entre os países da CPLP, Portugal é o país melhor posicionado, ocupando a 29ª – Portugal – 0,90- 700 - Brasil - 0,80- 1020 Cabo Verde - 0,74- 1230 - São Tomé e Príncipe - 0,62- 1500 - Timor-Leste - 0,51- 1620 - Angola 0,45- 1720 - Moçambique - 0,381750 - Guiné Bissau - 0,37. O ranking é liderado pela Islândia.

A directora do PNUD Angola, Gita Welch, que falava no acto de apresentação sobre "O fenómeno das alterações climáticas e a relevância para Angola", considerou que a subida de Angola nesta lista tem a ver com o crescimento económico verificado no país neste últimos anos, que de uma ou outra forma reflectiu-se na melhoria da qualidade de vida das populações.

Destacou, por outro lado, as convenções ambientais ratificadas nos últimos anos na África Subsahariana, com destaque para a Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, que no seu ver, evidencia a vontade política do Governo em envolver-se nestas questões.

O relatório, de periodicidade, anual é livre e inclui os desafios mais urgentes enfrentados pela humanidade em termos do seu desenvolvimento global.

### **1.4 Ministros recomendam acções para combate à pobreza e aumento de energia**

*Jornal de Angola...01-03-08*

idade de desenvolvimento dos Estados da África Austral (SADC), recomendou aos líderes da comunidade a adoptarem uma estratégia de combate a pobreza na região, bem como medidas no sentido da exploração de fontes de energia alternativas, visando pôr cobro a crise que alguns Estados membros enfrentam.

Ontem, a ministra angolana do Planeamento, Ana Dias Lourenço, que dirigiu a delegação do país à reunião do Conselho de Ministros da SADC, que decorreu em Lusaka, Zâmbia, reconfirmou a órgãos de imprensa angolanos que -será realizada uma Conferência Consultiva Internacional sobre Pobreza e Desenvolvimento, que será seguida ele uma Cimeira.

Segundo a ministra, o que a SADC está a fazer é "identificar os caminhos que devem conduzir à erradicação da pobreza na região de forma sustentada". Acrescentou que "o Programa Indicativo de Desenvolvimento da região, já aprovado e que está a ser implementado, assim como os projectos que a SADC tem (tanto do ponto de vista de integração económica regional, como do ponto de vista de desenvolvimento de infra-estruturas) são programas que sustentam este desiderato de combater a pobreza na região.

Além da questão do combate à pobreza, outra importante recomendação feita pelo Conselho de Ministros foi no sentido da implementação de projectos tendentes a fazer face ao défice de energia que alguns Estados da região enfrentam.

Os ministros recordam que entre 2008 e 2012 haverá um grande défice energético. Por isso haviam sido já recomendados projectos destinados a fornecer energia adicional à região, num total de 6.550 Megawatts, programas orçados em 5 biliões de dólares americanos. Mas, segundo a recomendação do Conselho, dadas as dificuldades de implementação desta acção, deverão ser tomadas medidas a curto prazo. Entre tais medidas, consta o aumento da capacidade da barragem de Cahora Bassa (barragem moçambicana), bem como a instituição de programas de conservação de energia.

O Conselho de Ministros recomenda que sejam exploradas fontes de energia alternativas de baixo custo para se combater a crise.

Sobre a reestruturação da direcção do secretariado, outra das recomendações saídas da reunião, a ministra do Planeamento, que considerou o encontro positivo, explicou que este é um dos desafios que a organização tem no contexto da integração económica regional.

O que se pretende, disse, «é uma estrutura de gestão mais fluida para permitir que os assuntos tenham um procedimento mais rápido e não passem por muitas áreas».

O Jornal de Angola soube que é senso comum que a actual estrutura, composta por um secretário

executivo, um secretário executivo adjunto, directores e chefes de unidades, é demasiado "pesada". Por esta razão, o Conselho recomendou a instituição de um novo organigrama.

A reestruturação visa aumentar a eficácia do sistema de gestão, de forma a consolidar as funções.

Desta forma, vai haver um secretário executivo, um secretário executivo-adjunto para a Integração Regional, um outro secretário adjunto para se encarregar das Finanças e da Administração e sete directores, que tratarão, respectivamente, de questões como Comércio, Indústria, Finanças e Investimentos; Alimentação Agricultura e Recursos Humanos; Defesa e Segurança; Finanças e Orçamento, Recursos Humanos e Administração e Política, Planificação e Mobilização de Recursos.

A reunião de Lusaka debruçou-se com profundidade sobre o problema das cheias que afectam alguns países da região, incluindo Angola.

Sobre esta questão, há já ponto assente que, como resposta a este grave problema, será criada a nível da comunidade uma Unidade Gestão de Calamidades. Para o efeito, cada país deverá indicar um quadro sénior para trabalhar na gestão da referida unidade, que terá por missão prevenir e acudir " as populações em caso de catástrofes naturais ou tragédias de grande dimensão.

A ministra Ana Dias Lourenço foi convidada a falar sobre a criação da zona de Livre Comércio e da União Aduaneira na região.

Segundo a ministra, está confirmado que o lançamento da zona de Livre Comércio será já este ano. Na próxima Cimeira de Chefes de Estado da região, a decorrer em Agosto, a questão será formalizada. Quanto a União Aduaneira, as previsões apontam para a sua instituição em 2010.

Ana Dias Lourenço explicou que há países que estão já em condições de avançar para a zona de Livre Comércio em 2008. Mas outros, como Angola, ainda não estão a implementar o protocolo do comércio. Por isso, não vão poder partilhar uma zona de Livre Comércio em Agosto de 2008.

## 1.5 Salvemos angola do delúvio

*Falbas...08-03-08*

Não somos um Povo especialmente cego e ignorante. Partilhamos das mesmas aspirações, das mesmas necessidades e dos mesmos problemas de todos os povos do mundo. É que todo o ser humano deseja

da; viver neste mundo o mais tempo possível; aumentar os seus conhecimentos; participar activamente na vida da sua comunidade; usufruir da segurança da sua pessoa e dos seus bens.

Por isso, facilmente se constata que só governam bem os políticos que se esforçam por canalizar, de forma eficiente, laboriosa e disciplinada, todos os recursos, todos os investimentos e todas as potencialidades do País na criação de condições que contribuam para que os seus compatriotas possam ter boa vida (Economia e Finanças), viver mais tempo (Saúde e Nutrição), aumentar os seus conhecimentos (Educação e Cultura), participar activamente na vida da sua comunidade (Democracia) e usufruir da segurança das suas pessoas e dos seus bens (Paz, Ordem e Justiça).

Assim, ter uma casa, roupa, comida, paz e sossego de modo a gozarmos de uma passagem digna e feliz por este mundo, não é um favor que um Presidente, um Governo ou um Partido Político nos faz por mera compaixão. É, sim, um sagrado direito, aprovado por Deus e consagrado universalmente pelos homens de boa vontade. Construir escolas e hospitais, humanizar os serviços de assistência médico-medicamentosa, melhorar o emprego, a saúde, a educação e as condições de vida dos compatriotas não é um acto de caridade dependente da caprichosa vontade dos dirigentes. É, sim, uma obrigação fundamental do Governo e um sagrado dever do Estado.

1. Os tempos mudaram. A velha tática de desinformação e de ocultação de factos para manter os angolanos na ignorância e no obscurantismo já não funciona em pleno. Porque os angolanos viajam cada vez mais pelo país e pelo mundo, vêem mais canais televisivos estrangeiros e, por isso, comparam cada vez mais a realidade nacional com a realidade dos países sérios, prósperos e organizados.

Por esta razão, a virulenta estratégia de silenciamento da imprensa privada e de descrédito dos jornalistas que mais se distinguem nas sucessivas denúncias dos vossos desmandos e da vossa longa e desastrosa gestão governativa constitui um desperdício de recursos e de energias. E que o Povo não precisa de ler o Folha 8, o Semanário Angolense, o Agora ou outro jornal privado para avaliar a vossa longa governação nem para ter consciência dos enormes obstáculos que enfrenta nesta longa luta para sair da miséria e usufruir dos abundantes lucros das riquezas do País. O Povo sabe que vive numa sociedade cada vez mais injusta onde a pobreza absoluta da maioria convive lado a lado com a riqueza ostensiva de alguns.

Os que vivem nas províncias não precisam de ouvir a Rádio Ecclesia para avaliar a vossa longa governação nem para ter consciência das suas precárias condições de saúde e nutrição. O Povo sente diariamente na pele e sabe perfeitamente que está longe de usufruir das condições que lhe permitam viver neste mundo o mais tempo possível. Todos conhecem as inumanas e caóticas condições dos hospitais públicos. Todos sabem que é por causa da vossa indiferença perante o desumano estado da saúde nacional que os óbitos abundam entre eles como uma praga. E não há ninguém que não tenha perdido um ente querido por causa de doenças facilmente curáveis.

2. As necessidades e as aspirações dos cidadãos estão em constante mudanças. Por isso, os problemas do Povo são intermináveis e nenhum governo é suficientemente bom e esforçado para acabar com os problemas do país, com as críticas da oposição e com as frequentes exigências do povo.

Por exemplo, Portugal tem um sistema de saúde que, comparado com o nosso, é excelente. Mas mesmo assim, os portugueses estão sempre a exigir melhores condições de saúde e de acesso aos mais avançados meios capazes de prolongar as suas vidas. A França tem um dos melhores sistemas de segurança social do mundo. O Estado protege os franceses no desemprego, na doença, na maternidade, na infância, na invalidez, na viuvez e na velhice. Mas mesmo assim, os franceses exigem melhorias dos subsídios sociais e o Governo tem sido obrigado a reformar e a melhorar o sistema. Os Estados Unidos têm um dos melhores e mais importantes sistemas de ensino do mundo. Para aumentarem os seus conhecimentos, os americanos dispõem das mais modernas e poderosas ferramentas de formação, informação e comunicação. Mas mesmo assim, têm sido inúmeros e muito acesos os debates que exigem melhorias no sistema de ensino vigente e os candidatos às eleições estão a prometer mais e melhor educação para os americanos.

Se os povos das sociedades desenvolvidas continuam a exigir dos seus eficazes e excelentes governos mais e melhores condições, porque haveriam os angolanos de se resignarem perante um dos mais inoperantes modelos de Estado, uma das mais ineficazes estruturas de gestão governativa e um dos mais corruptos aparelhos de administração pública?!

3. A vida é breve e já pesam sobre as nossas efémeras vidas longos anos de duras provações, intensas privações, abundantes canseiras e longos sofrimentos. Não temos toda a eternidade para continuarmos a espera de um futuro que tarda a chegar, de promessas que nunca se realizam e de projectos que raramente se



físico e espiritual já não dependamos mais deles. Os nossos entes queridos partem deste mundo sem terem usufruído da vida digna que as imensas riquezas de Angola lhes podiam proporcionar e sem terem gozado da felicidade que merecem.

Por isso, chega de desculpas! É chegada a hora dos angolanos acederem a todas as coisas de que necessitam para levarem uma vida verdadeiramente humana. Precisamos, por isso, de dirigentes com outra mentalidade e com outro estilo de governar. Enfim, como bem dizia Agostinho Neto "é necessário que os dirigentes sejam honestos, modestos e activos e que não se poupem a esforços para a boa orientação e organização do seu Povo. É necessário que estejam sempre ao lado do povo, no seu sofrimento e nos seus sacrifícios".

Aqueles que se acharem incapazes de carregar sobre os seus ombros a espinhosa responsabilidade de canalizar, de forma eficiente, laboriosa e disciplinada, todos os recursos, todos os investimentos e todas as potencialidades do País na criação de condições que contribuam para o bem-estar físico e espiritual dos angolanos, acho melhor abandonarem o Governo e retirarem-se da política. Porque, como bem disse o Cardeal do Nascimento, Arcebispo Emérito de Luanda, " não se vai à política para se enriquecer. Vaise à política para engrandecer a Pátria, ajudar os menos desfavorecidos e para ajudar o país a cumprir o seu destino. Aqueles que vão à política para ter uma carteira recheada de dinheiro, erram na vocação".

## **1.6 Mais de 520 trabalhadores estão inscritos na protecção social obrigatória**

*Jornal de Angola...14-03-08*

Até Dezembro último, já estavam inscritos no Sistema de Protecção Social Obrigatória (PSO) 524 mil e 736 segurados (trabalhadores), 16 mil355 contribuintes e 66 mil e 598 pensionistas em todas as províncias do país.

Estes dados foram revelados pelo ministro da Administração Pública, / Emprego e Segurança Social, António Pitra Neto, durante a abertura do seminário técnico sobre Protecção Social Obrigatória, decorrido na cidade do Kuito (Bié).

O ministro deu a conhecer que o seu pelouro prevê o alargamento do âmbito de aplicação pessoal da Protecção Social Obrigatória, por meio da integração em regimes apropriados.

Assim, os trabalhadores por conta própria, cuja actividade não está subordinada ao contrato de trabalho, como os homens de cultura, li profissionais liberais, membros do clero e religiosos pertencentes às confissões religiosas legalmente d estabelecidos em Angola, serão 11 abrangidos neste processo.

Na vertente prestações da Segurança Social serão também introduzidos aperfeiçoamentos, atendendo o contexto de estabilidade s económica, de modo a salvaguardar d a equidade social e a sustentabilidade financeira do sistema, explicou Pitra Neto.

"A conquista da paz, a consolidação do processo de reconciliação Nacional, bem como a consequente estabilidade macro-económica e o arranque das tarefas da reconstrução nacional, têm permitido prestar um maior apoio ao sector social nos seus mais variados domínios, promovendo-se, desse lodo, a harmonia entre o crescimento económico e o bem-estar das populações", afirmou o ministro.

Pitra Neto deu a conhecer que serão respeitados os critérios fundamentais, o valor e o tempo da carreira contributiva e o valor da prestação. Por outro lado, proceder-se-á ao alargamento da base de cálculo de prestações e a substituição progressiva do conceito de tempo de serviço por carreira contributiva.

Concluída a campanha sobre a nova inscrição na Protecção Social Obrigatória, efectuada no Último trimestre do ano findo, o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) dará início ao Plano Nacional de Prevenção e Combate à Evasão Contributiva e Prestacional.

Brevemente, o MAPESS iniciará, igualmente, a aplicação de medidas de micro-créditos aos pensionistas com determinado perfil de pensão e residentes em zonas rurais.

## **1.7 Salário mínimo nacional sobe para 8.609 kuanzas**

*Novo Jornal...28-03-08*

O governo procedeu esta semana a um primeiro aumento salarial anual da Função Pública, de 8,78 por cento, e fixou em 8.609 Kwanzas (cerca de 114 dólares americanos) o valor do salário mínimo nacional.

De acordo com um comunicado de imprensa do secretariado do Conselho de Ministros, a aprovação do "primeiro ajustamento salarial" da função pública para este ano, "de cerca de 8,78 por cento", teve "em conta a inflação esperada, o aumento do salário normal e a reposição do poder de compra dos salários devido à diferença entre a inflação acumulada e a inflação

Em reunião, presidida por José Eduardo dos Santos o Conselho de Ministros, fixou ainda o valor mínimo do abono de velhice e reajustou as pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência.

Em declarações ao Novo Jornal, Manuel Viagem, da UNTA – Confederação Sindical, esclareceu que este ajustamento é fruto da concertação entre o Governo, os sindicatos e os empregadores para o aumento de salários em 2008, e cobre unicamente a taxa de inflação de 2007, que foi de 11,7 por cento.

O sindicalista considerou que este é um primeiro ajustamento, esperando-se um segundo que cubra os quatro pontos percentuais acordados.

"Apesar do aumento, o salário mínimo nacional está 60 por cento abaixo das necessidades do trabalhador, uma vez que a cesta básica actual, definida pelos sindicatos é de 14 mil Kwanzas", disse.

O Conselho de Ministros actualizou ainda as pensões atribuídas em regime especial aos antigos combatentes deficientes físicos e familiares de combatentes mortos.

## INFORMAL E MICROFINANÇAS

### 2.1 Em nossa casa, mandamos nos!

*A Capital...01-03-08*

TERESA Angelina faz conta dos valores em mão. «Se não comprarem outra, aqui vai sair o meu almoço e o jantar de lá em casa», disse ao indicar para os 700 kwanzas que acabava de receber pela venda de um conjunto de almofadas.

Ela conta que, há anos, é a responsável pelo sustento de casa. «Tudo é comigo, desde a água até à caixa de fósforo», contou em tom irónico. O marido, acrescentou, não trabalha há mais de 14 anos e os filhos ainda se encontram em idade escolar. «Até a casa quem construiu fui eu».

Não é um caso único. As mulheres conformam a grande maioria entre os frequentadores do mercado Roque Santeiro, entre clientes e vendedores. E são elas, também, as verdadeiras garantias de sustento, em lares onde os maridos estão desempregados. Da nossa ronda pelo mercado, notamos que as mulheres com quem falamos tinham essa mesma particularidade, de sustentar as respectivas famílias. Sebastiana na, por exemplo, contou que marido deixou de trabalhar desde a independência. A partir daí, todo o encargo do sustento dos sete filhos do casal recai sobre os seus ombros. «Não é fácil, mas vamos fazer como?!», questionou-se para, em seguida, concluir com um sorriso: «é a vida».

### 2.2 Candonga de água penaliza rocha pinto

*Semanario Angolense...01-03-08*

Milhares de moradores do bairro Rocha Pinto têm sido privados do abastecimento de água devido à venda ilícita desse precioso líquido aos candongueiros das cisternas.

A água tem sido vendida a partir de tanques subterrâneos feitos nos quintais de alguns moradores. Há indicações de que as pessoas envolvidas no negócio ergueram enormes reservatórios, com o propósito de proceder à venda de água aos camiões cisternas e aos vizinhos sedentos.

Alguns moradores contactados pelo Semanário

Angolense acusaram tais negociantes de estarem a efectuar cortes sistemáticos nas condutas, desviando o precioso líquido para os seus tanques de armazenamento.

Estes, depois de abastecidos, são vendidos aos candongueiros do ramo. No processo de transferência da água dos reservatórios para os camiões, os intervenientes têm feito uso de electro-bombas, conforme constatou este jornal numa das visitas efectuadas àquele bairro.

«Devido aos desvios, estamos há vários meses privados do acesso à água», queixou-se uma moradora, visivelmente revoltada com o negócio.

Júlia Francisca, uma outra residente no Rocha Pinto, disse que, apesar das inúmeras denúncias feitas sobre o caso, a Empresa Pública de Abastecimento de Água de Luanda (EPAL) «tem estado a ignorar o drama dos moradores do Rocha Pinto».

Para contornar a crise, disseram que um número considerável de moradores não tem tido outra saída senão comprar a água aos detentores de reservatórios.

Alguns moradores denunciaram que essa aparente impunidade resultava de um suposto envolvimento de alguns funcionários da EPAL e de agentes da polícia afectos à 4.a Divisão.

Apontaram o nome de um indivíduo, identificado apenas por Cabedal, como sendo um dos «maiores sabotadores de água» naquela zona.

Os preços de venda de uma cisterna aos candongueiros variam entre os 2 e os três mil Kwanzas. Estes, por sua vez, revendem o produto pelo dobro do preço, na periferia da cidade.

O Semanário Angolense não foi bem sucedido na sua tentativa de ouvir a versão sobre o assunto por parte do Gabinete de Comunicação e Imagem da EPAL.

### 2.3 «Saqueiro»

*Capital...01-03-08*

«Saqueeeeeiro». O grito da quitandeira soou estridente. Ecoou entre as pessoas e barracas que, ao meio-dia da última segunda-feira, 25, povoavam o mercado do Parque, no bairro Rocha Pinto, em Luanda. O chamado sobrepôs-se a vários ruídos comuns ao quotidiano do mercado: aceleração de automóveis, pregão de vendedores ambulantes, conversas em voz alta ou, ainda, barulhentas gargalhadas. Mesmo assim, o grito da quitandeira chegou a um grupo de jovens que se pôs, de imediato, em correria desenfreada. Segunda, um rapaz negro, de

«Estou aqui», respondeu ao exibir, para a corpulenta vendedora ainda aos gritos, uma pilha de sacos de plástico, tingidos de azul e branco, que carregava consigo. Era um autêntico contraste, o azul que sobressaía dos sacos e o laranja berrante dos calções curtos que envergava. A troco de 20 kwanzas, lá entregou a um cliente a embalagem de plástico que precisava para carregar os produtos acabados de adquirir.

O mercado do Parque é a principal referência do bairro Rocha Pinto. Representa, para aquela circunscrição, o mesmo significado que o mercado do Roque Santeiro tem para o município do Sambizanga. Inicialmente um ponto de partida para camionistas de viagem para o interior do país, o Parque cresceu e, hoje, já é o segundo maior mercado informal da cidade de Luanda. E isso mede-se pela sua dimensão, embora não oficialmente especificada, e pelo número de populares que ganham a vida ali sub empregados, em número igualmente desconhecido.

Ali, como, de resto, acontece em todos os mercados informais, em Luanda, não há nada mais comum que ouvir, segundo sim, segundo não, uma voz estridente a chamar bem alto por um saqueiro. Foi o que presenciamos ao meio-dia de 25 de Fevereiro.

Dir-se-ia que, no mercado informal, a ocasião fez o saqueiro. O fluxo de compras é grande. Tão grande é que, a dado passo, os clientes passaram a ter necessidade de um maior número de embalagens para carregar os bens que adquirem. Aí surgiram os saqueiros, crianças com menos de 14 anos que passam o dia a andar de um lado para outro, nos mercados, a espera que alguém chame por eles. Depois vendem os sacos plásticos, a troco de 20 kwanzas, e oferecem ainda os seus préstimos como estivadores mirins. É este o ganha-pão do pequeno Segunda, de 13 anos de idade. Vender sacos e carregar compras é, também, a garantia de sustento para um verdadeiro exército de crianças que, como Segundo, fugiram das carências da vida noutras províncias do país para enfrentar os desafios, se calhar maiores ainda, da cidade grande, Luanda. (...)

Estudar, nem pensar, disse ele. Quando, há três anos, decidiu largar a casa dos pais, em Benguela, para tentar a sorte em Luanda, era essa a ideia que tinha em mente. «Quería trabalhar, estudar e, depois, voltar com dinheiro para ajudar a família», revela. Mas a realidade logo frustrou os seus planos. «A vida aqui é muito agitada», insiste.

Quando saiu de Benguela, tinha apenas 10 anos de idade e os conhecimentos lhe permitiam a terceira

classe do ensino de base. Hoje, aos 13 anos, não é senão um retrato tímido do que era antes. Fez um corte extravagante na cabeça, bem ao estilo dos astros norte-americanos, tatuou uma cobra gigante na sua perna direita e colocou uma grossa argola em cada uma das suas orelhas. Mais do que isso, Segunda mudou, completamente, os seus objectivos.

«Vou estudar para quê?», questionou para, a seguir, ressaltar. «Vou estudar com o quê, se nem sequer ganho dinheiro suficiente para comer?».

Para já, não pensa em regressar. Em Benguela, conta, deixou uma família pobre. O seu pai, a mãe e mais seis irmãos. O pai é frentista num posto do abastecimento de combustível. O pouco que ganha não serve para sustentar os filhos. A mãe é camponesa. Ou melhor, detém uma pequena lavra onde planta hortícolas para ajudar o sustento da família. Ele, como filho mais velho, sentiu o peso da responsabilidade e rumou para Luanda. Aqui, agora, vê o seu sonho de se formar e ter um bom emprego esvair-se, dia após dia, pelo mesmo bolso em que guarda o seu rendimento diário de mil kwanzas. «Agora só estou a juntar dinheiro para comprar uma motorizada e para construir uma pequena casa, quando voltar».

## 2.4 A saga do «Robo-velocistas»

*A capital...01-03-08*

Ondinho da Silva viu-se mergulhado neste mundo de estivador com apenas 17 anos de idade. Foi forçado, ou seja, a vida ensinou-lhe assim...

Porém, ele tem uma forma própria de ganhar a vida nesta vida. Fá-lo a transportar a carga sobre o ombro e também com as pernas, a correr atrás das viaturas em serviço de táxi, sobretudo provenientes do Roque Santeiro, e que geralmente transportam consigo mercadorias.

Como ele, a legião é enorme, qual deles o mais veloz, porque aqui a lei é chegar primeiro e transportar mais, o que significa voltar para a casa ou seja lá onde repouse o corpo com algum «tostão», mesmo que furado, para contar história.

## 2.5 Kixicrédito para baixa renda

*Novo Jornal...07-03-08*

Só na província do Huambo, 3 mil pessoas receberam, até ao início deste ano, financiamentos da Kixicrédito, num total de 1,2 milhões de dólares (KZ 92,4 milhões), concedidos nas duas agências que a instituição possui na província, uma na capital e outra no Bailundo.



A primeira tem como alvo primordial famílias de baixa renda que, na luta pela sobrevivência, tenham pequenos projectos susceptíveis de gerar lucros. Para o efeito, ele dispõe de produtos como "kixisolidário", "kixireforçado", "kixisalário" e o "kixinegócio".

Exceptuando os dois últimos pacotes, os restantes serviços estão disponíveis ao cliente com a condição primária de constituição de grupos compostos por 10 a 30 pessoas.

Uma vez constituído, cada grupo apresenta as suas necessidades, ideias e projectos de aplicação monetária à Kixicrédito, que por sua vez os analisa. Aprovado o projecto, a instituição reserva um período de um mês para orientação dos integrantes dos grupos que aprendem como gerir o empréstimo de forma solidária.

Este modelo obriga necessariamente a que todos os membros dos grupos se conheçam, exista responsabilidade colectiva e se acautele possíveis falhas de um dos integrantes na hora do reembolso do crédito.

Os prazos de reembolso vão de 5 a 12 meses para um crédito que varia entre o equivalente a 250 dólares e os 1.000 dólares, a uma taxa de juros de 3%.

No final do reembolso, os integrantes do grupo são livres de continuar, ou não no projecto, e o valor do empréstimo também pode ser acrescido em mais 100 dólares que o anterior. O pacote "kixisolidário" é o que envolve o maior montante. Cada grupo elege normalmente dois comités de cinco membros cada, o de crédito e o de gestão. Esse último escolhe um presidente e seu adjunto, assim como o secretário, o tesoureiro e o auditor.

Enquanto o primeiro recebe o dinheiro do grupo junto do credor para a repartição, o segundo faz a gestão colectiva desses montantes. Apesar da Kixicrédito não ter como prioritária a política de garantias reais, onde podiam se envolver bens móveis e imóveis, em função das possibilidades do seu grupo-alvo, a instituição, ainda assim, também tem serviços de crédito individual, como o "kixinegócio" e o "kixisalário".

No primeiro pacote, o privilégio recai sobre pessoas que tenham sucessos nos empréstimos iniciais, com o tecto a atingir os 10 mil dólares (KZ 77 mil), enquanto o segundo é reservado aos trabalhadores que auferem salários abaixo do equivalente a 500 dólares.

Uma vez manifestado o interesse e comprovado o seu vínculo laboral com o organismo ou empresa mencionado, a Kixicrédito disponibiliza valores equivalentes a cinco ordenados adiantados, para serem reembolsados em doze meses, com uma taxa de juro de 3%.

Contudo, esta sociedade financeira, apesar de reconhecida em Diário da República, aguarda pela respectiva licença do Banco Nacional de Angola (BNA), como instituição supervisora do sector, pois não há ainda uma regulamentação específica sobre as agências viradas para o micro-crédito.

A Kixicrédito, tanto no Huambo como em Luanda, começou na pele de um projecto humanitário denominado "Modos de Vida Sustentáveis", em 2001, integrado nos esforços de luta contra a pobreza urbana, financiado pelo governo britânico, na altura monitorizado pela ONG Development Workshop (DW).

O referido projecto evoluiu para uma instituição autónoma de micro-créditos auto-sustentáveis, nos moldes conhecidos actualmente.

Este semestre, a Kixicrédito vai estender o seu raio de acção à vizinha província do Bié, onde já se vão criando as condições para o efeito. Mais de 60% dos clientes da Kixicrédito são do sexo feminino, o que mostra o peso que as mulheres começam a ter na sobrevivência de muitos lares em Angola.

## 2.6 Zunga actividade que envelhece Angolanos

Folha8...08-03-08

Os milhares de angolanos que diariamente deambulam pelas ruas da capital podem correr sérios problemas de saúde decorrentes da zunga.

A directora clínica do centro de saúde da Samba, Emília Angola, aludiu a desvios da coluna, atritos cervicais, hérnia discal, dores no pescoço e cansaço constante como principais consequências que podem advir do exercício da zunga.

Neste sentido, especificou que a actividade em si não é um risco, é-o sim pela maneira como é exercida pelas suas praticantes.

"A zunga é uma actividade como qualquer outra, que as pessoas desempenham para o seu ganha-pão, e não é um risco, a não ser pela forma como é feita", disse.

A título de exemplo, especificou que quando as mulheres vão à zunga alimentam-se mal, transportando peso excessivo e muitas vezes com crianças às costas.

"Estas e outras situações é que podem causar riscos à zungueira", acrescentou.

A nossa interlocutora manifestou a sua preocupação relativamente ao facto de que as mães sempre que vão à zunga, os seus bebés não mamam o suficiente, o que

ça.  
No mesmo momento, que ocorreu a investigação por parte da directora Emília Angola, têm a ver com o peso excessivo que a maior parte das mulheres que exercem a actividade da zunga carregam ao longo do seu trabalho, e com o longo tempo que passam fome, daí as consequências já referenciadas.

" O peso demasiado que a maior parte destas zungueiras carrega e o tempo que ficam sem se alimentar em condições são outros motivos que dão origem aos diversos problemas de saúde nas mulheres". Explicou.

Quanto às mulheres grávidas, a médica disse que o peso fora do normal e o tempo excessivo sem uma alimentação adequada causa repercussões nefastas ao ponto de o feto não se desenvolver em condições.

Um outro facto com que as mããs da zunga se deparam tem a ver com as correrias a que são submetidas por parte da polícia e, como é óbvio, muitas tropeçam e caem, e daí o aparecimento de traumatismos abdominais que podem resultar num aborto, fractura ou ainda na morte do feto.

Interrogada sobre a possibilidade de o trabalho da zunga provocar tuberculose, garantiu não haver qualquer perigo, mas alertou a todas as mulheres envolvidas nesta actividade a se alimentarem devidamente porque caso contrário correrão o risco de desnutrição.

"Quando a polícia corre com uma mulher grávida, esta pode tropeçar e cair. Se assim acontecer, a senhora pode sofrer fracturas, podem surgir problemas que resultem num aborto ou ainda na morte fetal".

A Zungueira Antónia Maravilha é mãe de cinco filhos, viúva há seis anos e na zunga há sete anos.

Ela diz que nunca teve problemas de saúde como dores no peito, na coluna ou outro tipo de problema, porque nunca leva peso excessivo. "Faço isso para não ter problemas. Não quero deixar os meus filhos", pontualizou Antónia Maravilha que é, neste momento, pai e mãe da sua família.

Ela é uma mulher muito batalhadora e a prova disso consiste na sua capacidade de organização, o que lhe possibilitou colocar no sistema normal de ensino todos os seus filhos, com destaque para o primogénito que, aos dezasseis anos, é estudante no Instituto Médio Politécnica Semione Mukune.

O menino pensa em ser funcionário público para que sua mãe deixe de zungar. Dona Maravilha explicou que mesmo antes da morte do seu marido, que era pedreiro, ela já zungava e era/é com esse dinheiro que

sempre pagavam as contas. "... Nem pensar! Desistir da zunga ou então de lutar pela vida dos meus filhos nunca vai acontecer, a não ser quando a própria saúde não me permite.

## 2.7 Mulher Zungueira

*A Capital...08-03-08*

Há cada vez mais mulheres que acabam por se tomar chefes das respectivas famílias. Para garantirem o «pão de cada dia» muitas mulheres suportam pesadas penitências. Algumas, com mais sorte, transformaram-se em vendedoras de bancadas. Outras, optaram por uma via que lhes pareceu mais rentável: deambular pelas ruas da cidade, a apregoar a alto e bom som os produtos que comercializam. Estas são as zungueiras. A guerra que, felizmente, já terminou não deixa de ter as suas marcas nesse fenómeno. Os homens, os tradicionais chefes de família, tiveram de servir a pátria, incorporando-se nas Forças Armadas Angolanas (FAA). Deixaram para trás a família, mulheres e filhos. As mães não poderiam, então, ficar de mãos atadas; ver a família definhando por conta de múltiplas carências. Por isso, arregaçaram as mangas e puseram, elas também, mãos à obra.

Constância é, hoje, um exemplo vivo dessas mulheres de arma, que jamais cruzam os braços perante o sofrimento. Hoje, depois da guerra, são elas que têm que cuidar dos filhos e, mesmo, dos maridos desmobilizados do serviço militares que Jamais conseguiram um emprego. Outras há que, nem sequer contam, em casa, com o conforto da presença masculina.

Constância mantém há anos a sua rotina. Levanta-se de manhã cedo. Numa zona insegura, como é o bairro do Golfe, ela levanta-se religiosamente às 05 horas da manhã. Parte, nos primeiros táxis do dia, para o mercado da Estalagem, em Viana, onde compra tudo o que precisa. Depois, apanha um terceiro táxi de regresso ao mercado dos Congolenses. A partir daí, desce a pé para a baixa de Luanda com uma banheira na cabeça com batata, mandioca, couve, repolho e outros produtos que procura revender às donas de casa ao longo do seu percurso.

Tem a pele enrugada. Os pés empoeirados de tanto caminhar mal cabem dentro de umas chinelas gastas de tanto uso. «É muito sacrifício, todos os dias é a mesma coisa», diz ela, depois de pousar, no chão, a banheira carregada que trazia à cabeça para poder conversar um pouco com os jornalistas.

E os filhos? São três, conta a Constância. Conta também que os deixa, todos os dias, em casa da sua

«... não consigo pagar a conta nem a renda da casa em que moro», conclui.

O que ela chama de casa é, apenas, um casebre de um quarto e sala, pequeno demais para as seis pessoas com quem divide o tecto. Não obstante a sua condição social, teve ainda de estender a mão a duas irmãs menores. Uma delas, infelizmente, já é mãe solteira e ganha a vida na zunga, tal como Constância. F têm, ambas, que andar todo o dia pela cidade, com carga à cabeça e criança nas costas, enquanto apregoam, para quem pode comprar, os produtos que vendem.

Constância está nessa vida há três anos. Tudo começou quando, num belo dia, o marido pediu separação, disse que já não podia continuar a viver com ela. Dito e feito, ele desapareceu, deixando-a com a pesada obrigação de cuidar dos três filhos menores. Há três anos que ele não dá sinal, nem sequer para saber dos filhos. Aflita, ela recorreu aos familiares para não morrer à fome.

A ajuda familiar nem sempre chegou. Tinha de ser, ela própria, a dar um rumo à sua vida. Arrumou algum dinheiro, sabe lá deus como, e decidiu investir no que ela chama de negócio da zunga. Ficar sentada, numa bancada, não é coisa que a agrada, apesar de ser mais confortável que andar por aí, quase à deriva. O problema, insiste, é que se ganha mais quando se procura pelo cliente. Vende-se muito mais, diz ela. «Prefiro zungar, bater de porta em porta porque ganho mais»,

Há quem não gosta do que elas fazem. Elas são perseguidas, assaltadas e maltratadas inclusive pelas autoridades policiais. Mas não têm como. Há que suportar tudo isso em nome da dignidade, em nome da sobrevivência e da perspectiva de se construir, para eles, um futuro melhor que o destino da mãe zungueira. Vergonha? Nem pensar. «Não estamos a roubar, só queremos sustentar os nossos filhos», comentou a zungueira Constância, fazendo sinal de que chegara ao fim o tempo que reservara para a conversa com a jornalista.

Adelaide está sempre apressada. «Hoje mais do que nunca», disse. Saiu de casa tarde para a rua. O seu filho mais velho tinha passado a noite toda com febre. Só melhorou por volta das oito horas. Só então ela pode sair de casa para, na zunga, ganhar dinheiro para o medicamento e a comida do filho doente e dos outros irmãos deste. «Vamos conversar mesmo assim», sugere. E lá vamos nós, tentando acompanhar os seus passos largos, enquanto vai contando a sua história de zungueira.

É natural de Benguela, tem três filhos, vive ao lado da Lagoa de Pedro da Barra, numa casa arrendada. Veio para Luanda ao encontro do marido, que saiu antes de Benguela para criar condições de estabilidade para a mulher e os filhos. O marido de dona Adelaide até conseguiu emprego como segurança, num dos armazéns no bairro do São Paulo. Quando ela chegou viu que o companheiro não ganhava o suficiente para as necessidades que tinham. «Como mãe, não aguentava ver os meus filhos a passar fome», conta.

Foi então que optou pela rua. Por ser na altura do início das aulas, optou por vender materiais escolares: cadernos, lápis, cantis, livros. Pediu dinheiro emprestado de uma vizinha. Foram dez mil kwanzas para a compra do material. Deu os primeiros passos para o negócio. Depois de um ano, conseguiu pagar a dívida e, hoje, diz que está mais aliviada. «Graças a Deus já não tenho dívidas muito altas para pagar, nem os meus filhos passam fome».

Mas ainda há projectos traçados. A maior ambição dela, neste momento, é juntar as economias do casal para construir uma casa, a casa própria. A casa arrendada, em que vivem, fica inundada quando chove. Mesmo assim é tão pequena que mal cabe para os cinco membros da família.

#### PELA DIGNIDADE

Porquê as zungueiras andam em grupo? «Para nos defendermos se uma for assaltada», diz Cláudia (31). «Assim é mais seguro», insiste. Ela anda com mais duas pessoas. A sua irmã Maria (30) e a prima Natália (38). Felizmente, para as duas primeiras, os maridos estão empregados. Só Natália tem o marido desempregado.(...)

Quando tem pouco rendimento, deixa de fazer as refeições na rua a pensar neles. Prefere, inclusive, guardar os habituais duzentos kwanzas do almoço, passar fome para chegar em casa e ver o sorriso dos filhos, o que acontece sempre que ela chega a casa com um saco nas mãos.

«É só de mim que eles esperam o que comer, estudar, para fazer tudo».

Do parceiro, ela não reclama só a falta de dinheiro. Diz que se ele fosse mais companheiro, se soubesse valorizar o que tem, talvez ela não sentisse tanto o peso do fardo em que se transformou sua vida.

## 2.8 Chineses e vietnamitas roubam "empregos" a angolanos

Agora...22-03-08

pregados angolanos que encontram na venda atualmente uma solução para a sua sobrevivência, está a preocupar os nativos, uma vez que vendem os seus produtos ao desbarato e, como tal, chamam à si a maior clientela, na sua maioria de baixa renda

Há quatro anos, num mês como este, viriam a ser consolidadas as relações, iniciadas nos princípios dos anos 80 entre Angola e a China, no quadro da cooperação “consolidando a amizade, buscando o desenvolvimento comum”.

O ponto mais alto da relação entre Luanda e Pequim viria a ser marcado com a disponibilização, por parte daquele país asiático, de um volumoso empréstimo na ordem dos 2 biliões de dólares, através do Eximbank, que serviriam para a reconstrução nacional.

Tudo aconteceu, em Março de 2004, depois de abortada a realização da tão propalada conferência internacional de doadores para a reconstrução de Angola, devido ao “braço-de-ferro” entre o Governo angolano, FMI (Fundo Monetário Internacional) e os potenciais doadores ocidentais.

Devido às condições que tinham sido impostas pelo FMI, em matéria de política macroeconómica e as exigências das potências ocidentais no que respeita à boa governação e direitos humanos, o Executivo fez da China, que já tinha os olhos postos em Angola, faz tempo, um parceiro ideal.

Dois anos depois de o país ter começado a utilizar o astronómico empréstimo foi notória a presença de trabalhadores chineses disseminados um pouco por todo o país, com maior realce para Luanda, fruto do aludido acordo Estado/Estado, firmado entre as partes.

Tal convénio foi considerado pelo embaixador de Angola na China, João Manuel Bernardo, “um modelo de benefício recíproco”, enquanto alguns governantes angolanos chamam-no o “guia de salvação”.

As empresas chinesas estão presentes na reconstrução de Angola, que se transformou num canteiro de obras, em quase todas as áreas, tais como a agricultura, recursos hídricos, rede de distribuição de energia, telecomunicações, rodoviária, ferroviária e construção de hospitais e escolas, além da área petrolífera.

A presença chinesa no país superou a portuguesa. A título de exemplo, só em 2006, tal como noticiou o AGORA, para a requalificação de alguns bairros de Luanda, nomeadamente Nelitô Soares, Precol, Cazenga e Maianga, os dados não oficiais apontavam para o envolvimento directo de 600 chineses.

Estimativas não oficiais admitiram naquele ano que até 2008 existiriam milhares de chineses a trabalhar em Angola, no quadro de novos empréstimos.

Informações não desmentidas até a presente data, pelo

menos oficialmente, dão conta de que grande parte da força de trabalho chinesa que aportou e continua a aportar o país é constituída por prisioneiros de delito comum

A prática de exploração deste tipo de mão-de-obra é uma das estratégias muito comuns levada a cabo por empresas chinesas nos países africanos onde operam, conforme defendem especialistas em estudos africanos.

## 2.9 Fiscais do Governo Provincial de Luanda têm licença para roubar

*Angolense...22-03-08*

Normalmente andam aos pares. Apresentam-se de farda verde surrada e suja. São franzinos e com caras de poucos amigos. Estão pelas ruas da cidade, nas paragens de táxis, nas ruelas, nos mercados informais. A sua missão: combater as transgressões administrativas.

Até aqui tiveram como inimigo número um os zungueiros, vendedores ambulantes que se fazem a rua em busca de sustento. O combate é feroz e impiedoso. Foi o que aconteceu na segunda-feira, nos Congolenses, 17, por volta das 10 horas, quando um fiscal pontapeou uma vendedora, depois de uma longa perseguição. Depois de jogar a senhora ao chão, o funcionário do G.P.L levou a bacia com as frutas, sem se importar com o choro e nem com as pragas da proprietária.

Em outros momentos estes homens servem-se dos carros de serviço para correr atrás dos vendedores e quando os apanham recolhem os seus haveres, que colocam nas carrinhas. "É uma vergonha o que eles fazem, nós já somos pobres e ainda somos roubadas", lamentou Cristina, vendedora de roupa na Mutamba. Embora esteja insatisfeita com a situação, só tem duas opções: ou deixa os fiscais levarem os seus artigos ou paga-lhes diariamente uma "propina" de 1 00 Kwanzas para não ser incomodada. Normalmente, opta pela segunda.

A situação tornou-se mais preocupante nos últimos tempos, tudo porque os fiscais, já famosos pelas suas atitudes grosseiras e pela apetência pelo que é alheio, receberam uma nova ferramenta de pilhagem: os bloqueadores de carros.

Estes objectos foram-lhes entregues para combater o mau estacionamento, um hábito comum na cidade capital. Quem fosse apanhado a cometer essa transgressão deveria ter o seu carro bloqueado e ser obri-



Na verdade, este esforço de nada serviu, senão para encher os bolsos dos fiscalizadores. Para conseguir algum, estes homens ficam à socapa, a espera que alguém estacione no passeio e assim que a pessoa fecha a viatura eles bloqueiam-na. Só então começam a conversa que pode tomar rumos diferentes, dependendo da disponibilidade do infractor.

Os fiscais não perdem tempo em rodeio, como explicou o condutor Alves Pires. "Eles disseram-me que a multa era de 25.000 Kwanzas, mas que se eu garantisse alguma coisa eles desbloqueariam o meu carro", explicou, lembrando um episódio que viveu na semana passada, nos Combatentes. Uma vez que a quantia sugerida é exactamente o valor do seu salário, preferiu desembolsar 50 dólares para ver-se livre do embaraço.

Este é por norma o valor cobrado, como nos contaram as várias vítimas dos funcionários do Governo Provincial de Luanda.

O mais caricato, segundo os condutores, é que os fiscais não querem perder tempo com carros mal estacionados, cujos proprietários estejam em parte incerta. É que eles não gostam de ter a sua ferramenta de pilhagem ocupada, porque assim deixam de facturar. Diante do cenário, as pessoas ouvidas pedem uma acção enérgica dos seus superiores hierárquicos com vista a pôr cobro a esta tendência.

## E DESCENTRALIZAÇÃO

### 3.1 Virgílio Fontes Pereira exonera sete administradores municipais

*Jornal de Angola...01-03-08*

O ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, exonou ontem, sob proposta da governadora interina de Luanda, Francisca do Espírito Santo, sete administradores municipais.

Segundo um comunicado de imprensa, foram exonerados os administradores Eduardo Costa Gabriel (Cacuaco), Mateus António da Costa (Sambizanga), Fernando Domingos Manuel (Cazenga), José Pedra Mahango Humba (Samba), José Pedra Alberto (Viana), José Francisco Barros Ranque Frank (Kilamba- Kiayi) e João Domingos (Rangel).

O ministro, no uso da faculdade que lhe é conferida pelo artigo 49 do Decreto Lei 2/07 de 3 de Janeiro, nomeou Carlos Alberto Cávukila para ocupar o cargo de administrador de Cacuaco, José Tavares Ferreira para o Sambizanga, Victor Nataniel de Oliveira Guilherme Narciso, para o Cazenga.

Pedro Ambrósio de Reis Façon, José Manuel Moreno Mendes Fernandes, José Francisco Correia, Marcial Jacinto Neto ocupa doravante dos destinos dos municípios da Samba, Viana, Kilamba- Kiayi e Rangel, respectivamente.

### 3.2 Quais as pré-condições para descentralização com sucesso

*Cruseiro do Sul...01-03-08*

Este artigo faz uma breve introdução académica ao conceito de descentralização e às experiências internacionais sobre processos de descentralização. O artigo irá focalizar-se essencialmente nos seguintes aspectos: (i) visão geral do tema descentralização, (ii) as pré-condições para uma descentralização com sucesso e, (iii) breve panorâmica do processo de descentralização em Angola.

#### CONCEITO DE DESCENTRALIZAÇÃO

Descentralização é o processo de transferência do poder da autoridade central para os níveis abaixo numa hierarquia territorial (Crook & Mannor, 1999). Descen-

tralização é um processo multi-dimensional que inclui aspectos políticos, fiscais, administrativos e sociais.

De modo a distinguir a retórica da realidade, Rondinelle (1981) apresenta três degraus de descentralização que a seguir apresento:

1. Desconcentração: Envolve a mudança do trabalho do governo central para o staff dos governos provinciais e municipais, fora da capital nacional, embora, aos governos provinciais e municipais pode não lhes ser dada a autoridade de decidir como aquelas funções devem ser desempenhadas. No entanto, a mudança do tipo de trabalho do nível central para os mais abaixo pode ser eficiente e conveniente para o público e até pode promover um sentimento de que o governo está mais próximo da população, mas isso não envolve nenhuma descentralização de poder, isto é, pode não providenciar a oportunidade de exercer liberdade ou poder de tomar decisões.

2. Delegação: A "tradição neo-liberal" – Passagem de responsabilidades para órgãos não eleitos que operam ao nível local. A delegação do poder de tomada de decisões e gestão de responsabilidades por funções específicas para organizações é sob o controlo directo dos ministérios do governo central. Deste modo, a delegação implica a transferência ou criação quadro de autoridade para planificar e implementar decisões relacionadas com actividades específicas.

3. Devolução: Finalmente, a mais extrema forma de descentralização é a de reforçar ou criar níveis independentes e unidades do governo através da devolução. Devolução é a transferência de responsabilidades do governo central para um órgão eleito ao nível local. Devolução normalmente leva a um processo de descentralização porque ela é protegida pela constituição e os órgãos são eleitos.

Dentre as três formas de descentralização, a desconcentração e delegação são poderes que podem ser retirados a qualquer momento porque, neste processo, não há transferência de poder, apenas transferência de responsabilidades.

A devolução para o governo local está intimamente ligada ao debate sobre democratização. Não existe devolução sem democratização por causa do nível de autonomia devolvido. No entanto, é importante ter em consideração alguns aspectos da devolução tais como: (i) Deve ser dada ao governo local autonomia, independência e poder de decisão claramente definido; (ii) Os órgãos de poder de decisão devem ser eleitos apesar de alguns membros poderem ser indicados; (iii) As fontes de financiamentos devem ser independentes; (iv) O governo local deve ter o seu próprio staff; (v)

serviços  
documentos produzidos e gerados, e (iv) a evolução  
é um arranjo através do qual existe reciprocidade,  
benefícios mútuos e relações coordenadas entre o  
governo central e governos locais.

No entanto, o contexto político pode ter um grande  
impacto nos aspectos de descentralização mencionados  
acima. Basicamente, descentralização é uma relação  
entre o governo central e governo local através de um  
processo político, financeiro e administrativo.

#### VISÃO GERAL SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO

Descentralização tornou-se muito recentemente num  
importante tema de governação em muitos países  
subdesenvolvidos (Crook e Manor, 1998; Banco Mun-  
dial, 1999; Shah, 1998). Apesar da tendência natural  
dos governos centrais centralizarem o poder e não dev-  
olvê-lo para os governos locais, a maioria dos países  
subdesenvolvidos e países em transição para o desen-  
volvimento têm embarcado em reformas de  
descentralização desde a década de 80 (Banco  
Mundial, 2000;p107). Isso tem sido conduzido por  
diversas razões políticas e económicas. Há países que  
têm experimentado a descentralização através da trans-  
ferência do poder político e responsabilidades do  
centro para os níveis sub nacionais do governo, seja  
como parte dos seus processos de democratização,  
como os países da América Latina (Nickson, 1995);  
seja como uma forma de reconstrução do estado,  
como no Camboja (Blunt e Turner, 2005); ou até  
devido a crises financeiras como foi o caso da  
Indonésia (Turner, 2006). Muitos autores têm  
argumentado que a descentralização aumenta o cresci-  
mento económico, encoraja a participação dos  
cidadãos e/ou desenvolve as áreas rurais. No entanto,  
há casos onde a descentralização tem sido introduzida  
para acomodar tanto objectivos políticos como para  
melhorar a integração das minorias étnicas, como foi o  
caso da Indonésia e Filipinas e, finalmente, para  
facilitar a resolução de conflitos ou para acomodar  
requisitos dos doadores internacionais (Turner, 2006).

Todavia, só muito recentemente é que a descen-  
tralização tem recebido grande atenção como uma  
abordagem política (pública)

### 3.3 Exonerado director provincial para administrações municipais

*Jornal de Angola...04-03-08*

A governadora interina de Luanda, Francisca do  
Espírito Santo exonerou, sexta-feira, António Manuel  
Fiel do cargo de director do Gabinete de Apoio às  
Administrações Municipais e Autoridades Tradicionais

do governo da província, nomeando em sua  
substituição Eduardo Costa Gabriel.

Num despacho, número 17, chegado ontem à nossa  
redacção, a governadora interina exonera António  
Manuel Fiel.

Num outro, o número 18, ela nomeia Eduardo Costa  
Gabriel para o seu cargo.

A governadora interina refere ter feito estas "mexidas"  
no uso de competências que lhe são conferidas.

Os dois despachos de acordo com os documentos,  
entraram imediatamente em vigor no referido dia.

### 3.4 Municípios, autonomia financeira e qualidade de vida

*Jornal de Angola...07-03-08*

Já é de facto visível o esforço que tem vindo a ser  
desenvolvido pelo Governo, no sentido de dar uma  
outra imagem à capital do país.

Em muitos bairros de Luanda, os residentes vivem  
uma expectativa muito grande de verem o incremento,  
materialização e conclusão das obras, que se vão  
desenvolvendo com mais frequência nos Últimos  
tempos.

Neste momento, a maior expectativa reside na  
necessidade de os bairros terem os seus arruamentos  
cada vez mais organizados (mediante os critérios de  
ordenamento urbanos), e a sua rede viária mais  
compacta e sem as crateras a que nos habituamos a ver  
até aqui.

As verbas atribuídas pelo OGE a vários municípios do  
país, no quadro da autonomia financeira dos mesmos,  
vai com certeza ser uma lufada de ar fresco para se dar  
solução substancial aos diversos problemas que ainda e  
de forma persistente fazem morada em vários pontos  
do nosso território.

Os municípios de várias regiões do país têm esperança  
de que muita coisa há-de mudar com a autonomia  
financeira das administrações municipais, com reflexos  
positivos para as suas vidas.

A autonomia financeira dos municípios, por cujos  
resultados esperamos ansiosos, é manifestamente uma  
forma de pôr à prova a criatividade e o sentido de  
responsabilidade das administrações municipais.

Já é visível a aplicação dos novos modelos de  
construção em Luanda. Novos prédios empreendem  
acções favoráveis ao ambiente. Condomínios  
ecológicos são uma nova tendência no mercado

energia elétrica e recuperação de águas já surgem nos projectos.

E de facto excelente. Será efectivamente muito bom se as administrações municipais com a aplicação desta nova medida começarem realmente a buscar e abraçar com firmeza e inquebrantavelmente estes modelos.

Agora, construtoras querem tornar seus empreendimentos "verdes" do início da obra até à entrega e ocupação. E começam a buscar certificação de sustentabilidade. Desta forma, será possível manter os nossos municípios mais limpos, mais verdes e arborizados. Nunca é tarde, e é bom que se parta para esta conquista enquanto é tempo. Municípios mais renovados, e uma boa qualidade de vida para os municípios.

A qualidade de vida depende de uma série de condições, ou seja, existem muitos elementos que concorrem para uma melhor qualidade de vida. As infra-estruturas viárias, água, energia, entre outros, são imprescindíveis para uma melhor qualidade de vida.

Parece-me que paulatinamente se vai chegando ao objectivo. A autonomia financeira que se vai dando a municípios vai contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos respectivos munícipes, na medida em que tal confere um maior espaço de manobra para que as administrações consigam elas mesmas resolver os seus problemas.

### **3.5 Novos administradores municipais ou potenciais cabos eleitorais do MPLA**

*Angolense...08-03-08*

Mesmo os mais distraídos terão notado algo de particularmente "estranho" na mais recente remodelação municipal que acaba de ser implementada ao nível das administrações da Província de Luanda.

Claramente para os mais atentos, esta movimentação de quadros, que varreu quase por completo a "herança" de Job Capapinha, só pode estar enquadrada na estratégia eleitoral do MPLA para a mais importante das províncias angolanas com cerca de 30% do eleitorado de todo o país.

Só o município do Cazenga tem mais eleitores registados que muitas províncias juntas. Cerca de dez, segundo as informações disponíveis.

Em abono da verdade e com todas as dúvidas que se possam levantar em relação à capacidade e à consistência política de alguns dos novos administradores é dado mais ou menos adquirido que eles foram escolhidos na perspectiva de serem os

principais cabos eleitorais do MPLA para Luanda.

Com efeito, é ponto assente que as eleições ganham-se antes de mais com actos e iniciativas concretos no âmbito da governação local e em prol das populações mais desfavorecidas que formam a maioria do eleitorado.

Em Angola o desafio imediato da governação passa por se encontrarem as vias mais expeditas com o propósito de se proceder a uma distribuição mais directa do rendimento nacional pela população, o que já é visível num conjunto de programas governamentais que estão em curso, como os livros gratuitos, as bolsas internas, a merenda escolar, as consultas médicas nos bairros periféricos, o subsídio aos aprendizes de uma profissão nos centros do Mapess e por aí adiante.

O novo "dream team municipal tem como referência mais cintilante, até pelo seu passado de "grande mobilizador e agitador de massas", o deputado do MPLA, Tany Narciso, a quem foi entregue o super-populoso município do Cazenga cuja importância eleitoral é absolutamente transcendental no conjunto nacional.

O General José Tavares Ferreira, que da presidencialista "Akwasambila" voou para a administração do Sambizanga, é outra das novas "estrelas" nomeadas, que chama alguma atenção dos analistas.

Sabe-se já que não é consensual, entre a massa crítica do famoso bairro de Luanda mais chegada ao maioritário, que ele seja a pessoa certa no local certo, de acordo com a última recomendação do líder do MPLA.

Surpreendente para muitos foi certamente o envio do "benguelense" Zeca Moreno para o cada vez mais distante (devido aos persistentes engarrafamentos) município de Viana, onde o cantor vai ter de afinar bastante as suas cordas vocais para conseguir convencer os vianenses que o seu "semba" é o melhor da banda.

Mais surpreendente ainda, parece ter sido a nomeação do Professor de Direito da Família, Pedro dos Reis Fançony (será ele mesmo?) para a administração da Samba, onde certamente não vai ter mãos a medir com a resolução de inúmeros e complexos problemas relacionados com a sua especialidade académica.

As outras "estrelas" da equipa da ainda interina Governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, são Carlos Alberto Cavukila (Cacuaco), José Francisco Correia (Kilamba- Kixi) e Marcial Jacinto Neto (Rangel)



...com sucesso, estratégia, com a "missão mágica" da descentralização orçamental que se traduz num pacote de cinco milhões de dólares para cada um dos nove municípios de Luanda – é reverter rapidamente a imagem das administrações junto das populações.

Uma verdadeira missão impossível depois de tanta pancada, tanta "gasosa", tanta hostilidade e tanta desconfiança.

Como se sabe esta reputação não é nada famosa por tudo quanto é consabido, tendo por pano de fundo as dramáticas necessidades de uma população maioritariamente carente de tudo e mais alguma coisa, com destaque para a habitação.

Ao que se sabe Luanda continua a ser fortemente pressionada pelo êxodo rural proveniente do interior, uma tendência que não parece ter conhecido qualquer alteração mais substancial com o fim do conflito armado e que até se pode agravar com a chamada "luandização" do bolo orçamental que é o que está a acontecer.

Até ao momento, o relacionamento da governação de Luanda com os mais, muito mais de três milhões de habitantes que pululam por este fervilhante e cada vez mais descontrolado caldeirão urbano em permanente crescimento, está muito longe de poder ajudar politicamente o MPLA a ganhar as próximas legislativas no principal bastião eleitoral do país.

Potencialmente do ponto de vista da lógica política, em Luanda as coisas de facto apresentam-se pouco favoráveis aos desígnios de poder do maioritário. Trata-se de uma conclusão, que embora sendo empírica, resulta da mais elementar apreciação política que qualquer analista possa fazer da explosiva e contraditória realidade socio-económica desta metrópole. (...)

Isto quando, pura e simplesmente, não passam completamente ao lado do seu desempenho ignorando pedidos de cobertura e outros convites, ao mesmo tempo que raramente procuram as suas lideranças para ouvirem as suas opiniões à propósito das questões mais candentes da vida nacional.

As únicas vezes que os outros partidos têm algum espaço relevante na média estatal, fazem notar os queixosos, é quando há crises internas nos partidos da oposição ou quando se pretende medir o impacto das acções mais positivas do executivo.

### **3.6 Sete administradores municipais fora de combate**

*Agora...08-03-08*

Tal como noticiou o AGORA, na sua edição de 23 de Fevereiro, o ministro da Administração do Território e coordenador da CIPE (Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral), Virgílio Fontes Pereira, está já no país vindo do Brasil onde esteve a receber tratamento médico e, tão logo aportou Luanda, começou a trabalhar.

Uma das suas acções mais visíveis, desde que regressou ao trabalho consistiu em dar respaldo à proposta feita por Francisca do Espírito Santo, governadora de Luanda em exercício, que visou a exoneração de sete administradores municipais.

O director do gabinete de apoio às administrações municipais e autoridades tradicionais, António Manuel Fiel, o conhecido "Fiel Didi", uma das peças importantes do núcleo de propaganda do Movimento Espontâneo, sobretudo em Luanda, também não foi poupado, tendo deixado o lugar a favor de Eduardo da Costa Gabriel, até então administrador municipal de Cacuaco.

Estas movimentações aconteceram em pouco menos de um mês, desde que a governadora colocou de parte alguns responsáveis do seu pelouro, até então considerados "jóias" de capital importância no consulado de Job Capapinha, governador exonerado recentemente. Entre eles desfilam nomes como os de Luís Adriano Júnior, Victor Mário Cajibanga e de Sónia Nazaré Leopoldo, respectivamente exonerados dos cargos de director de gabinete, assessor para questões sociais e secretária do antigo governador.

Chegou-se a cogitar nos círculos do governo provincial e não só que "Tia Chica", como também é conhecida a inquilina do palácio da Mutamba, decidira, na altura, livrar-se dos principais tentáculos deixados por Capapinha, por quem não nutria simpatia.

De acordo com fonte daquela instituição; antes mesmo de ter sido indicada para assumir interinamente a governação de Luanda, não foram poucas as vezes em que o então governador e a vice terão enfrentado brigas verbais, sobretudo quando se tratava de tomar decisões sobre assuntos candentes da capital do país.

A fonte avançou que Job Capapinha, para desilusão da sua adjunta, terá chegado ao ponto de bater no peito e dizer "quem manda aqui sou eu!".

Para além das exonerações já avançadas, a governadora em exercício também despediu Gabriel Henriques Leitão do cargo de director do Gabinete de Estudos E Planificação da província e em sua substituição nomeada Angélica Francisco Agostinho.

## **Governadora interina de Luanda**

Folha8...08-03-08

Relacionei sempre a eficácia das decisões de gestão com modelo de governo adoptado. A saber: se não seria mais provável melhorar o nível das intervenções e a obtenção de melhores resultados, de alguém que tivesse sido eleito por sufrágio directo.

Mas se me conformei com a ideia de aguentar mais uns tempitos, foi porque já se cogita que as autárquicas não seda mais urna miragem.

Não sou dos que defendem a sua realização simultânea em todo o espaço nacional, mas antes advogo a sua realização gradativa, fixando províncias piloto onde os balões de ensaio nos forneçam as experiências de Administração e de Gestão do território, que temos pouca, face à quase ausência de recursos humanos qualificados.

Não escondo a minha esperança, vinda do facto de saber que V. exa tem alguma preparação académica, recebida no tempo em que a escola era coisa muito séria. Acresce vir de longos anos de governação o que, espero, tenha resultado em alguma aprendizagem e outro tanto de experiência. Espero pois que, por isso, o seu discurso deixe de ser o das consoantes misturadas, muito do gosto do Sr. Job, que chegou ao ponto de dizer que a reacção da população à actuação dos seus fiscais se justificava pelo facto de as pessoas não estarem habituadas a viver em ordem. Fiquei sem saber a que pessoa se referia: se a nós, se às pessoas dele!

Senhora Governadora interina tomei apontamento de alguns problemas crónicos que, a serem resolvidos, estou convencido, fariam de si uma séria candidata em futura presidente da Câmara, qualquer que seja o partido por que concorra. Confesso que eu gostaria! Ora veja, por favor:

1 - Mercados – Não vá nessa de inaugurar mercados já antigos, que demoraram mais do que o tempo devido a serem arrançados e que no final nem serviram para satisfazer as expectativas de muitos dos que esperavam poder ter um lugarzinho para ganhar a vida. Nem por isso os espaçozinhos de que se compõem são uma boa demonstração da consideração que tem de se ter pelas pessoas, mesmo que a sua OMA lhes tenha preparado o festim em que os que nada têm se manifestaram agradecidos pela caridade que lhes chegava. A propósito da reinauguração: será que gostou mesmo de ver o seu nome inscrito naquela placa com honras à

Sr.ª Dr.ª? Ridiculez, não lhe parece?

Mande corrigir a data do registo da sua construção para o final dos anos 60 princípio de 70, e não 1948.

E aquela resposta que deu sobre o dinheiro que se gastou, em que a Sra. achou que "o dinheiro não interessa"! O rigor orçamental não é para si uma boa regra de competente e qualificada gestão? Oh messal! Olhe que a economia angolana jamais vai poder prescindir das micro e das, pequenas empresas individuais. E uma das fatalidades do nosso destino. Mas tenha coragem de avançar para reaver o Kinaxixi, hoje feito latrina pública. O Sr. Job, de tão espontâneo que é, fez um péssimo negócio.

Angola ainda não tem produção que justifique ter shoppings centers, sobretudo se resultarem da supressão de um centro de pequenos negócios familiares, com tradição firmada, por troca com lojinhas que mais não vão fazer que importar, importar, importar. (gosta do Chamavinho?) E quanto mais importação mais, desequilíbrio nos termos de troca. E dos livros.

Acabe com os vícios de concepção e de práticas, deixando de se deslumbrar com o espectáculo antes de cuidar da boa obra.

2- FISCAIS – Proceda ao recrutamento de jovens melhor instruídos (com mais escolaridade) capazes de perceber que a sua função é, tem de ser acima de tudo pedagógica, paciente, estruturante. Não podem agir com tanta falta de humanismo e sensatez contra a nossa gente que deambula pelas ruas sem esperança, abandonada à sua sorte, em busca errante do que resta para alimentar irmãos, filhos, sobrinhos e maridos, quantos deles fruto dessa guerra que a todos diminuiu e à Sr.ª Governadora vem servindo como justificação para tudo, pelo nada feito. Não podem abordar os cidadãos deste País como se de malfeitores e marcianos se tratassem, atacando as pessoas como feras, aos magotes, cobardes de quatro, cinco e mais agentes, todos como "gatos ao bofe". No fim, para saírem como mais uns ratitos que acabam por receber uns trocados e partilhar os objectivos apreendidos! Fazem mais lembrar o tristemente célebre João Burro. Se as pragas que as nossas "cotas" rogam e que povoam o imaginário de muitos de nós pegassem mesmo esses tipos já eram todos uns pernetas!

A sua actuação tem de reflectir a grande preocupação com o social, que tem de se concentrar sobre a economia.

3- TRANSITO – É um bico-de-obra. Nele se distingue a necessidade de medidas conjunturais e de

umentar o  
policiares e a policiares, em outros  
vencionados para a prevençao e para a repressao. Ha  
muito abuso.

Instruir os agentes a nao serem apenas sinaleiros,  
disseminando-os pela cidade e pela periferia em pontos  
onde os constrangimentos e seguro que venham a  
ocorrer (serao sempre os mesmos); fixe-lhes horario de  
trabalho para alem das cinco e meia da tarde.  
Enquanto agentes da autoridade, com funçoes muito  
importantes na ardem publica, tem de ser interventores  
activos, dinamicos, fisicamente bem preparados,  
intelectualmente dotados. (...)

Tenha coragem, pare o projecto e discuta com os  
investidores, reconversao desse investimento em  
prioridades, como por exemplo o da despoluicao da  
mesma, Baia; a dos parques de estacionamento para a  
cidade; a das plataformas multimodais para o  
transporte urbano. Ja se deu conta de que Luanda nao  
consegue sequer taxis no seu unico aeroporto  
internacional?!

### **3.8 Número de mulheres nos órgãos de decisão vai aumentar**

*Jornal de Angola...14-03-08*

O Governo promete envidar esforços para alcançar,  
nos próximos anos, 30 por cento da representatividade  
de mulheres nos órgãos decisórios do país.

A garantia foi dada ontem, em Luanda, pelo Primeiro-  
Ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos, a um  
grupo de mulheres do Fórum Parlamentar da Comuni-  
dade de Desenvolvimento da África Austral (ADC),  
que visita o país desde terça-feira última.

Lilian Patel disse ter recebido garantias de que o  
Governo envidará esforço para aumentar a  
representatividade feminina dos actuais] 2 para 30 por  
cento nos próximos anos.

"Apelamos ao Primeiro-Ministro para que leve em  
consideração a cifra de 30 ou 50 por cento de  
representatividade de mulheres angolanas em cargos  
decisórios do país nos próximos tempos", afirmou a  
vice-presidente, do Grupo Regional de Mulheres  
Parlamentares da SADC, Lilian Pates.

Lilian Pates lembrou que uma declaração da SADC  
orientava para a indicação de 30 por cento, de  
mulheres em cargos decisórios até 2005. ':

Desde a sua chegada ao país, grupo de mulheres  
parlamentares: da SADC manteve já encontros com o

presidente e o Grupo de Mulheres Parlamentares da  
Assembleia Nacional, bem como, com as direcções do  
MPLA (partido no poder) e do Ministério da Família e  
Promoção da Mulher.

### **3.9 A descentralização e o desafio da participação social na formulação dos planos de desenvolvimento municipal**

*Cruzzeiro do Sul...15-03-08*

A transformação de 68 municípios do País em  
unidades orçamentais, que ganhou maior expressão  
com a assinatura de contrato-pro-gramas entre os  
administradores municipais e o Ministro das Finanças,  
a semana passada, representa um passo decisivo na  
implementação do processo de desconcentração e  
descentralização, iniciado em finais dos anos 90, com a  
aprovação do decreto-lei nº 17/99 de 29 de Outubro  
sobre a Orgânica dos Governos Provinciais e das  
Administrações dos Municípios e Comunas, estando  
aberto o caminho para a estruturação da administração  
local autárquica em Angola.

Hoje, um pouco por todo o Mundo, a descentralização  
vem ocupando um lugar de destaque na agenda dos  
governos pelas vantagens que oferece na promoção de  
iniciativas de desenvolvimento local. Em primeiro  
lugar, a descentralização possibilita um maior acesso  
das populações aos recursos públicos através da  
execução de projectos e programas voltados para a  
satisfação das suas necessidades sociais básicas,  
permitindo, desta forma, uma distribuição mais  
equitativa da riqueza nacional com importantes  
reflexos a nível da redução das desigualdades sociais.  
Em segundo lugar, a descentralização favorece a  
aproximação e o diálogo entre os detentores do poder  
político e os cidadãos, o que se pode ligar com a ideia  
do contrato social que deve existir entre os  
governantes e os governados, conforme teorizou, no  
século XVIII, o filósofo político francês Jean-Jacques  
Rousseau.

Em terceiro lugar, decorrente da vantagem anterior,  
uma governação descentralizada aumenta o controle  
social dos cidadãos sobre os gestores públicos. É aqui  
onde se coloca o desafio da participação social como  
um dos pilares de qualquer iniciativa de  
descentralização. Mas o desafio maior é como por em  
prática a participação social dos cidadãos neste  
processo; de que forma, por exemplo, os camponeses  
do Bimbi no Bailundo ou do Kota em Kalandula  
poderão participar na formulação dos planos de  
desenvolvimento municipal? A partida, não existe uma  
resposta definitiva para esta questão. As formas de  
promover a participação popular na formulação dos

erão ser  
concretizado ao longo do próprio processo de  
implementação do plano de descentralização e é  
preciso reconhecer que não se afigura tarefa fácil,  
exigindo profundas habilidades pedagógicas. Contudo,  
parece-me que os Conselhos de Auscultação e  
Concertação Social previstos no decreto lei nº02/007  
de 3 de Janeiro, referente ao quadro das atribuições,  
competências e regime jurídico de organização e  
funcionamento dos Governos Provinciais e das  
Administrações Municipais e Comunitárias, podem  
constituir uma das vias para a operacionalização da  
participação das comunidades locais no processo de  
tomada de decisões sobre assuntos que dizem respeito  
à sua vida. É importante, pois, que os Conselhos de  
Auscultação e Concertação Social não sejam apenas  
uma proclamação formal, mas sim, que sejam  
encarados como espaços privilegiados na construção  
do diálogo entre as Administrações e as comunidades  
por intermédio das suas lideranças e organizações.  
Mante-los efectivamente funcionais é um  
compromisso ético com o aprofundamento da  
democracia. Se trilhar-se por este caminho,  
seguramente que os planos de desenvolvimento  
municipal não serão simplesmente uma emanção de  
um exercício tecnocrático dos quadros das  
Administrações. Serão, de facto, o resultado de um  
processo de negociação capaz de gerar intervenções  
municipais assentes na equidade e na inclusão social.

### **3.10 Desvio de fundo leva população a espancar administrador Municipal**

*Jornal Visão...22-03-08*

Paulo Passo Gongga, administrador municipal do  
Cuango, foi espancado na passada sexta-feira, 15 de  
Março, pela população deste município, por desvio de  
fundos do Governo avaliados em 70.000 USD (setenta  
mil dólares americanos), destinados a recuperação de  
infra-estruturas sociais e instalação de serviços e bens  
sociais.

Pelas 11 horas da passada sexta-feira, 15 de Março, o  
administrador municipal do Cuango, Paulo Passo  
Gongga, foi fortemente espancado pela população local,  
por desvio de fundos do Governo destinados a  
recuperação de infra-estruturas sociais e instalação de  
serviços e bens sociais avaliados em 70.000 USD  
(setenta mil dólares americanos), na presença do  
governador provincial Gomes Maiato. A fonte do  
Jornal Visão que presenciou o acto, informou que o  
governador provincial senhor Gomes Maiato,  
deslocou-se no dia 15 de Março ao município do

Cuango em visita de trabalho a essa parcela do  
território de sua jurisdição, para constatar o andamento  
dos trabalhos de restabelecimento da distribuição da  
energia eléctrica, recuperação do sistema de  
abastecimento de água, reabilitação de escolas, e outros  
serviços que faziam parte do pacote de acção do  
governo provincial para resolver os problemas da  
população. Gomes Maiato, sentiu-se indignado por ter  
encontrado a situação estacionária, pois nenhuma das  
actividades apontadas na linha das prioridades do seu  
executivo foram cumpridas. Nesta visita de trabalho  
levada a cabo por Maiato, constatou que o dinheiro  
injectado para o melhoramento de serviços sociais para  
a cathedral do Paulo Passo não seguiu os destinos legais.  
Os mesmos valores foram simplesmente extraviados  
para benefício pessoal do senhor administrador Paulo.  
Gomes Maiato que falava para as populações num  
comício, apontou o administrador municipal como  
sendo culpado das dificuldades, tendo em conta as  
irregularidades registadas no manuseamento do  
dinheiro público.

A mesma população possuída de espírito de revolta,  
atiraram-se contra Paulo Passo Gongga, tendo-o  
espancado violentamente. Houve na circunstância  
várias reacções entre os populares, ofensas, pedras e  
outros objectos foram levantados para atacar o  
administrador. A população nessa acção destruiu  
parcialmente o veículo do administrador que ficou sem  
vidros e outros danos de menos intensidade.

A Polícia interviu imediatamente para dispersar os  
revoltosos. Foram necessárias ameaças para travar a  
reacção da população. A situação só voltou à nor-  
malidade, quando o governador pediu calma à popu-  
lação e ter prometido criar um novo pacote que iria  
trazer felicidades à população. Como consequência  
dessa acção, no dia 17 do mesmo mês foram detidos  
cerca de 7 elementos da população, por agressão  
àquela entidade municipal. O Jornal Visão soube da  
sua fonte que por questões de segurança, o admin-  
istrador Paulo Gongga foi retirado do município para se  
acautelar actos emocionais da população.

### **3.11 Gestores públicos aprovam políticos de descentralização**

*Jornal de Angola...31-03-08*

Os participantes no seminário regional de capacitação  
sobre gestão do erário público, que teve lugar na  
cidade de Ondjiva, consideraram positivo o encontro  
promovido pelo Tribunal de Contas, no quadro do  
processo descentralização orçamental do Estado.

Administradores dos municípios que passaram de unidades dependentes para unidades orçamentais, muitas das dificuldades que têm sido encontradas no processo de preenchimento dos modelos de prestação de contas foram ultrapassadas, não obstante a complexidade da matéria.

Bonifácio Sambeni, administrador municipal adjunto de Ombandja, um dos 68 municípios do país e dos três da província do Cunene, a par de Kwanhama e Namacunde, abrangidos pela política de descentralização orçamental, disse que esta formação foi muito importante para os novos gestores, visto que vai contribuir grandemente para a obtenção de maior domínio no que diz respeito à aplicação do dinheiro e prestação de contas. "Nós passamos para uma unidade orçamental, daí que somos chamados à responsabilização na gestão e aplicação do erário público. Neste seminário fomos muito bem capacitados e esperamos nas nossas áreas de trabalho implementar as orientações baixadas sob a iniciativa do Tribunal de Contas", sublinhou.



## EDUCAÇÃO CÍVICA

### 4.1 Organizações cívicas aconselham políticos a moderarem os discursos

*Cauzeiro do Sul...01-03-08*

Os entusiasmos e (algumas) grosseiras tentativas de trocas de mimos entre UN IT A e MPLA que se vem multiplicando um pouco por todo o país estão a criar junto das organizações cívicas um ambiente de preocupação. Há quem recorda o reacender dos conflitos de 1992.

Em declarações ao Cruzeiro do Sul, Fernando Manuel, director do Centro de Informação e Documentação da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), lamentou uma certa falta de qualidade nos discursos de alguns políticos nacionais, aconselhando os "actores" sociais e políticos a fazerem pronunciamentos públicos politicamente correctos: urgentes que os políticos moderem os seus discursos para que não se espesite um mal-estar no seio das populações, afinal de contas as eleições estão muito próximas de serem realizadas"...

"As palavras" – acrescentou – "do ministro da Defesa Kundy Payama à LAC felizmente não tiveram muito eco, pois essa rádio só é ouvida em Luanda e, por outro, os jornais semanários não chegam, com regularidade, ao interior do País. E ainda bem", sublinha.

Fernando Manuel apela que se segue o raciocínio do presidente da República José Eduardo dos Santos: "Era salutar fazer uma campanha à luz do discurso que o presidente da República fez, que pareceu muito conciliador e, se for devidamente acatados pelos seus seguidores e colaboradores, passava-se uma mensagem positiva às populações que, assim poderão ir às urnas em Setembro de uma maneira mais digna, exercendo o seu direito de voto que, aliás, está consagrado na constituição".

Quanto aos actos de intolerâncias política que se tem registado um pouco por todo o País, Fernando Manuel afirma ser necessário criar comissões específicas para averiguar tais ocorrências: "Se a nível de partidos houvesse sensibilização de simpatizantes ou membros acho que alguma coisa já deveria ter mudado. Outro passo era no sentido de se criar uma comissão para o efeito", diz.

### 4.2 Bispos querem voto de qualidade nas legislativas

*Novo Jornal...07-03-08*

OS BISPOS da Conferência Episcopal da Angola a São Tomé (CEAST) chamaram a atenção para a necessidade de um "voto de qualidade" nas próximas eleições legislativas anunciadas para o mês de Setembro.

Na mensagem pastoral publicada no final de mais uma assembleia anual, terminada esta quarta-feira em Luanda, os membros da CEAST sustentam que "da qualidade do voto depende a escolha, a nível central e local, dos órgãos do Estado, de pessoas, partidos e programas melhor indicados para a boa governação, a realização da justiça e a consolidação da paz e da autêntica reconciliação nacional".

A prioridade de uma educação cívica, o desarmamento da população civil e a garantia de segurança de todos os cidadãos são apresentados pelos bispos católicos como sendo pressupostos "para que haja um clima pacífico antes, durante e depois das eleições". É igualmente destacado na mensagem pastoral o envolvimento das autoridades tradicionais que deverão estar isentas de todo o tipo de pressão política e partidária.

Os prelados defenderam a observância do Código de Conduta Eleitoral por todos os agentes eleitorais e o respeito do carácter sagrado do "voto de todo o cidadão, sem aliciamento de espécie alguma".

"Quem vencer às eleições que assuma a responsabilidade de cumprir com o que prometeu e mesmo de fazer mais e melhor. Quem não vencer deve aceitar o exercício da oposição como um serviço insubstituível da democracia" –sustentaram.

### 4.3 Bispos querem voto de qualidade nas legislativas

*Novo Jornal...07-03-08*

OS BISPOS da Conferência Episcopal da Angola a São Tomé (CEAST) chamaram a atenção para a necessidade de um "voto de qualidade" nas próximas eleições legislativas anunciadas para o mês de Setembro.

Na mensagem pastoral publicada no final de mais uma assembleia anual, terminada esta quarta-feira em Luanda, os membros da CEAST sustentam que "da qualidade do voto depende a escolha, a nível central e

partidos e programas menos adequados para a boa governação, a realização da justiça e a consolidação da paz e da autêntica reconciliação nacional".

A prioridade de uma educação cívica, o desarmamento da população civil e a garantia de segurança de todos os cidadãos são apresentados pelos bispos católicos como sendo pressupostos "para que haja um clima pacífico antes, durante e depois das eleições". É igualmente destacado na mensagem pastoral o envolvimento das autoridades tradicionais que deverão estar isentas de todo o tipo de pressão política e partidária.

Os prelados defenderam a observância do Código de Conduta Eleitoral por todos os agentes eleitorais e o respeito do carácter sagrado do "voto de todo o cidadão, sem aliciamento de espécie alguma".

"Quem vencer às eleições que assuma a responsabilidade de cumprir com o que prometeu e mesmo de fazer mais e melhor. Quem não vencer deve aceitar o exercício da oposição como um serviço insubstituível da democracia" – sustentaram.

#### 4.4 Em 1992 não houve eleições

*Cruzeiro do Sul...08-03-08*

CRUZEIRO do SUL (CS): Li esta frase sua: "Temos de montar uma máquina eleitoral que inviabilize e impeça toda a tentativa de fraude".

AUGUSTO CHIPESSE (AC): Eu teria dito isso? Bem, como sabem, nós ainda estamos no início de um processo democrático, por isso, não temos instrumentos capazes de detectar e sancionar toda a fraude. Mas é preciso acrescentar que a fraude é possível até em países do chamado primeiro mundo, como aconteceu nas últimas eleições dos Estados Unidos da América...

Cs: E porquê as suas reservas nisso?

AC: os mecanismos não são fáceis. Por exemplo, em 1992, havia certa tendência de alguns partidos em ganharem vantagens recorrendo a mecanismos artificiais.

CS: Quer inteirar-nos? AC: Quero dizer que quando se anunciam resultados parcelares ou projecções antes do tempo estabelecido pela lei, a propensão para a fraude é inevitável.

CS: Hoje a sociedade angolana está melhor preparada para as eleições do que em 1992, como já chegou a dizer?

AC: Creio ter dito isso algum tempo atrás. Entretanto, hoje digo ainda mais: que a população está melhor

preparada para as eleições de Setembro do que em 1992.

CS:?!

AC: O primeiro factor é que este ano vamos ter eleições num ambiente com 85 por cento de paz, o que dizer que a segurança é plena. Não há receio que leve as pessoas a não, votarem. Porém, é importante dizer que há sectores da sociedade que carecem de sensibilização.

CS: Especialmente.

AC: Especialmente os sectores que mais sofreram com a guerra.

CS: Não é isso. Pergunto-lhe se estes sectores são as províncias do Huambo e do Bié?

AC: A guerra não foi apenas no Bié e no Huambo. Refiro-me ao interior, lá onde os militantes não têm uma informação adequada sobre o momento presente, onde há casos de rixas. É lá onde há mais medo.

CS: Soluções para isto?

AC: Devemos trabalhar para aumentar a confiança do eleitorado. É um trabalho que as igrejas e todos os actores sociais devem fazer. Acredito que, até Agosto, esta franja da sociedade que ainda tem medo vá diminuir.

CS: E os territórios dos mukubais e Kwanyamas, povos nómadas, orgulhosos, mas que nunca estiveram muito colados ao poder nem nunca nutriram simpatia para com a UNITA...

AC: Para além desses povos, outros há que ainda vivem à sua maneira. Acredito, porém, que a administração pública está nestes lugares a acompanhar o processo. Admito, sem receio de errar, que, com a colocação de ecrãs gigantes, antenas parabólicas em municípios e comunas, por exemplo, vai ajudar as pessoas a perceberem, com exactidão, o que se passa em Angola e, desta forma, serão integradas pouco a pouco.

Cs: Rei Luís, do Centro Nacional de Aconselhamento, disse que as igrejas são sérios veículos para a educação cívica.

AC: Concordo, Aliás, há um ano que estamos a trabalhar na preparação do povo da Igreja congregacional.

Cs: De que forma?

AC: Sensibilização, promoção da paz, posições a tomar durante o processo de campanha das eleições. Por exemplo, a semana passada tivemos a Assembleia Biental onde foi aprovado um documento que ensina,

...o pode potencializar o potencial e o processo de campanha eleitoral. Isto é, estamos a trabalhar para que esta terra conheça tempos melhores e se desenvolva conforme a vontade de Deus.

CS: Concretamente

AC: Concretamente sensibilizar as pessoas a perderem o medo; dizer-lhes para votarem; assegurá-las de que ontem havia partidos armados, mas hoje não; informá-las que hoje há segurança.

CS: Já ouvimos muito sobre a população mas ainda não falou o que acha em relação a troca de acusações entre a UNITA e MPLA.

AC:?!

CS: Não acha que esta troca de acusações podem provocar o tal medo a que se refere...

AC: Evidentemente. Se os actores políticos enveredarem para discursos infamatórios só irão criar mais medo a população. Não gostaríamos que os políticos utilizassem o passado de qualquer tipo para a sua promoção na campanha. Se o fizerem não estarão a contribuir para eleições pacíficas. Por isso, o trabalho da igreja é: o passado seja esquecido; se houve ou não eleições, esqueçamos.

CS: Acredita então numa campanha civilizada. Sem a violência verbal de 92. Género: "vamos partir o focinho aos ninjas..."

AC: O que queremos é evitar pronunciamentos negativos que façam lembrar o passado.

CS: Mas sabe que pode ser difícil. As campanhas eleitorais podem transformar-se numa máquina de propaganda a saltarem de cidade a cidade como um carrossel...

AC: Lá isto é verdade.

CS: Acha que os líderes dos partidos deviam aparecer em público em simultâneo para mostrarem aos eleitores que... AC: No último Conselho da República pediu-se isso. Eu, por um lado, tenho notado pronunciamentos nesta direcção e isto alegra-me porque os responsáveis estão interessados em pacificar o país.

CS: E quanto às eleições que, ao que tudo indica, serão realizadas em dois dias. É a favor ou contra?

AC: Eu não sou contra nem a favor. O que eu sei é que o Presidente da República ainda não as convocou, de facto. Anunciou apenas o período necessário para as eleições.

CS: Já tem uma opinião formada sobre a polémica do voto dos angolanos no estrangeiro?

AC: A história é universal. As democracias nos países desenvolvidos começaram do zero. Nós também estamos a começar do zero. É normal que, no início, haja quem tique de parte, pois é preciso preparar condições no estrangeiro para que realmente não surjam mecanismos que levem as peso soas a fraude. Afinal, estas são as primeiras eleições.

CS: Está a dizer que as eleições de 1992 não contam?

AC: Em 1992 não houve eleições. Foi um ensaio na guerra. Aliás, aquilo foi uma forma de acabar com guerra. Agora é que vamos votar, realmente.

CS: Absurdas eleições, chegou-se a dizer...

AC: Não foi absurdo, Foi, sim, a procura de soluções para fim da guerra.

CS: Vai votar?

AC: Vou votar com muita alegria.

CS: Em que partido?

AC: Estou à espera dos pronunciamentos dos partidos e, só depois, decidirei.

CS: É militante ou simpatizante de algum partido?

AC: (Risos). Posso afirmar que nunca tive partido Sou pastor e um pastor deve votar no partido que mostrar sinais de boa governação. E isto deverá ser ouvido durante a campanha.

#### **4.5 CNE na Huíla arranca com educação cívica eleitoral**

*Cruzeiro do Sul...08-03-07*

A corrida às eleições legislativas, marcadas para Setembro próximo, reúne, na província da Huíla, quase todos os dias, os principais agentes envolvidos na realização do escrutínio.

Entretanto, longe de medos e recordações traumáticas das eleições de 92, aconteceu, neste 7 de Março, a abertura oficial da campanha de educação cívica para as eleições de Setembro. Foram anunciadas, oficialmente, pelo presidente da Comissão Provincial Eleitoral, Joel Leonardo, foram acompanhadas de mensagens em panfletos, músicas, peças teatrais e outras formas de comunicação pública. Serão igualmente erguidos Jangos de sensibilização nas sedes municipais, comunais e outros locais com maior densidade populacional Nesta empreitada, segundo ainda a CNE na Huíla, todos devem ter uma participação salutar "para o bem de toda a nação de modos a que as

Por outro lado, as militantes da OMA foram exortadas a empenharem-se ao fundo nas tarefas do partido do MPLA para as eleições e o seu programa de futuro governo. O apelo foi lançado pelo primeiro secretário municipal do partido dos camaradas José Tchiaki, no acto das comemorações do 42º aniversário da OMA.

A participação activa das mulheres nas próximas eleições foi também realçada pela directora provincial do ministério de tutela, Maria Amélia Metodio, durante o discurso de abertura das comemorações do 8 de Março.

Segundo ela, a veia sensibilizadora das mulheres pode e deve arrastar para às urnas os cidadãos ainda cépticos.

#### **4.6 Administrações municipais e brigadas móveis vão promover registo eleitoral na fase de actualização**

*Jornal de Angola...08-03-08*

A actualização do registo eleitoral, a ter lugar nos meses de Abril e Maio será feita pelas administrações municipais e por brigadas móveis, conforme estabelece a lei, informou o coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE), Virgílio de Fontes Pereira.

Em declarações à imprensa, no final da reunião com os vice-governadores provinciais, coordenadores das comissões executivas provinciais do processo eleitoral, representantes do Ministério da administração do Território, e do Consórcio Técnico Eleitoral (CTE), onde se fez o primeiro ponto de situação colegial das tarefas ainda por realizar, bem como marcar um ponto de relançamento da acção da CIPE, no sentido de viabilizar o conjunto de tarefas que estão programadas para este ano.

O encontro abordou a organização da fase de actualização do registo eleitoral, tendo como destinatários os cidadãos que vão completar 18 até à data das eleições e todos os cidadãos que não se registaram, por qualquer razão, durante a fase normal do registo eleitoral.

Virgílio de Fontes Pereira, que é igualmente ministro da Administração do Território, disse que na discussão deste assunto, foram levantadas questões Gomo o mapeamento elas assembleias o modelo de execução

elo registo, a formação dos autores do registo e a logística.

Importa referir, sublinhou Virgílio de Fontes Pereira, que a fase de actualização do registo eleitoral terá um figurino diferente do utilizado no período normal. "Como se sabe, na primeira fase do registo, a CIPE utilizou brigadas fixas e móveis, tendo em conta o universo de cidadãos a registar e o tempo que tinha disponível para realizar o processo do registo eleitoral. Pata a fase de actualização será respeitado o que está estabelecido na lei e seguiremos o modelo misto, isto é, utilizando as administrações municipais como entidades registadoras, e, eventualmente, as administrações comunais e conjuntamente as brigadas móveis de registo eleitoral", disse,

As administrações municipais, de acordo com o ministro-cordenador da CIPE, deverão comportar o registo num perímetro de até 40 quilómetros, "Fora deste perímetro serão utilizadas as brigadas de registo móveis, Esta faia saída encontrada pela CIPE, tendo em conta que, na fase de actualização, vão fundamentalmente registar cidadãos jovens localizados nos centros ou sedes municipais".

O ministro considerou necessário cultivar nos cidadãos a cultura de recorrer aos serviços públicos para tratem dos seus documentos. "Tal como o cidadão trata do recenseamento militar na administração Municipal, assim como de uma concessão de terreno, de um atestado de residência, também em relação ao registo eleitoral o cidadão deve dirigir-se à Administração Municipal e solicitar, requerer ou efectuar o seu registo", frisou. (...)

Durante este processo, a CIPE vai ainda tratar daqueles casos de: cidadãos que se registaram e, até hoje, não levantaram os seus cartões, no sentido de não inviabilizar, criar ou adiar o problema para a fase do voto.

"Temos também de tratar dos casos de cidadãos que tem registo duplo, que já estão identificados e que devem devolver um dos cartões", frisou Fontes Pereira, explicando que a lei estabelece que, neste caso, se deve reconhecer o primeiro cartão. "Por isso vamos lançar uma campanha que vai decorrer de 15 a 30 de Março, no sentido de que os cidadãos que efectuaram duplo registo devolvam um dos cartões para que possamos regularizar a sua situação", sublinhou.

#### **4.7 Bispos católicos querem eleições sem fraudes**

*Falbas...08--03-08*

Os Bispos estão preocupados com a situação que se



seu mais recente comunicado. Espetando a continuação verbal entre os políticos, para não incendiarem o circo é, ao povo a não embarcar em vãs promessas ou aliciamentos para a violência, antes e depois das eleições. A responsabilidade diante das ovelhas leva o prelado católico, com forte implantação no país, de tempos a tempos a reflectir as principais preocupações das populações. Hoje elas são muitas pese o crescimento económico e os grandes esforços governamentais na reconstrução das grandes infra-estruturas.

Assim e empunhando a cruz de Cristo, a Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé e Príncipe (CEAST) apelou no 05 aos angolanos a contribuírem para que as eleições legislativas previstas para Setembro deste ano possam ser "transparentes, incontestáveis, pacíficas e democráticas".

O apelo surge como resposta as constantes denúncias de vários actores políticos e intelectuais da sociedade civil, preocupados com a excessiva monopolização dos órgãos encarregues de preparar e supervisionar a máquina eleitoral, onde os cristãos, para os bispos, devem dar sinais de elevação e civismo, mobilizando o maior número de cidadãos, no sentido de acautelar eventuais musculações contestatárias antes, durante e depois das eleições. Os exemplos tristes do Paquistão e mais recentemente do Kénia, podem ser os focos sustenta dores de uma preocupação, a não ser descurada, mais a mais quando se tem ainda fresca, na memória colectiva dos angolanos os efeitos nefastos da guerra, que durante cerca de 3 décadas dilacerou o país e os angolanos.

As eleições legislativas, segundo vaticinou o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na sua mensagem de fim de ano de 2007, deverão ocorrer entre os dias 05 e 06 de Setembro.

Uma indicação por si só polémica, porquanto a lei eleitoral recomenda a realização do pleito num só dia e ao fim de semana, o que não é o caso, com a agravante do 05, Calhar numa sexta-feira, contrariando o disposto legal.

Atentos a esta alteração e possíveis descontrolos emocionais, no alto da sua autoridade moral, os bispos católicos exortam aos autóctones a rigorosa observância dos princípios de educação cívica, de forma a respeitarem o "jogo democrático".

E o vice-presidente da CEAST, o bispo Dom Gabriel Mbilingue, apontou o caminho textualizado na nota pastoral: "tal educação constituirá um verdadeiro antídoto à desconfiança dos eleitores, à sua abstenção do voto, à disposição para corromper as eleições e até para as contestar".

Relativamente aos programas de governação dos

partidos políticos, a CEAST apelou às formações para a necessidade da apresentação atempada dos referidos programas de governo visando permitir aos cidadãos que votem em consciência.

"As eleições devem ser sempre vistas como o maior bem para todos e não para alguns", sublinha-se no documento que apela também para a tolerância entre os, militantes dos diferentes partidos.

Sobre a actuação dos angolanos no período pós eleitoral, a nota pastoral considera que quem vencer as eleições deve assumir a responsabilidade de cumprir o que prometeu e aceitar o exercício da oposição como um serviço "insubstituível" em todo o regime democrático. "Sem partidos de oposição não há democracia. E o governo e a oposição têm uma missão comum: construir uma sociedade baseada nos princípios fundamentais da justiça, liberdade e da igualdade", destaca ainda a CEAST. Nesse sentido, a Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé e Príncipe apelou ainda aos cristãos angolanos para não se envolverem em incidentes durante as eleições, esforçando-se por formar cristãos leigos atentos à reconstrução "autêntica" do país.

#### 4.8 Bispos da CEAST discutem sobre eleições

*Cruseiro do Sul...08-03-08*

Terminou, na passada quarta-feira, a Assembleia Ordinária dos Bispos de Angola e São Tomé. O encontro que arrancou no dia 27 de Fevereiro abordou, entre outros assuntos, a importância das eleições e do voto. "Nós temos recomendações que são sobretudo dirigidas aos angolanos, entre eles os fiéis, cristãos, mas que pensamos correspondem ao desejo de todos aqueles que habitam este país angolanos ou não. Assim quanto a actuação ante as eleições sublinhamos a importância da educação cívica dos cidadãos", afirmou Dom Gabriel Bilingue.

Os bispos defenderam ainda que a educação cívica deve ser realizada por todas as forças da sociedade em colaboração com a Comissão Nacional Eleitoral. "Uma educação que se torna importante porque, na falta dela, a desconfiança poderia continuar, o interesse em votar poderia decair. Sem uma educação cívica competente poderia haver a tentação de corromper as eleições ou até mesmo de as contestar, portanto esta é a importância que colocamos na educação cívica dos cidadãos no período que precede o pleito eleitoral propriamente dito."

Os bispos referiram-se também à importância das



referidas autoridades podem ser potenciais documentos colocados ao serviço de uns ou de outros, principalmente os que se encontram no interior do país."

Outro assunto que mereceu relevância foi o processo de desarmamento da população civil. Para, segundo eles, garantir a segurança de todos, já que a posse ilegal de armas pode constituir uma ameaça para o pleito eleitoral.

#### **4.9 CNE na Huíla arranca com educação cívica eleitoral**

*Crusero do Sul...08-03-08*

A corrida às eleições legislativas, marcadas para Setembro próximo, reúne, na província da Huíla, quase todos os dias, os principais agentes envolvidos na realização do escrutínio.

Entretanto, longe de medos e recordações traumáticas das eleições de 92, aconteceu, neste 7 de Março, a abertura oficial da campanha de educação cívica para as eleições de Setembro. Foram anunciadas, oficialmente, pelo presidente da Comissão Provincial Eleitoral, Joel Leonardo, foram acompanhadas de mensagens em panfletos, músicas, peças teatrais e outras formas de comunicação pública. Serão igualmente erguidos Jangos de sensibilização nas sedes municipais, comunais e outros locais com maior densidade populacional Nesta empreitada, segundo ainda a CNE na Huíla, todos devem ter uma participação salutar "para o bem de toda a nação de modos a que as eleições decorram num clima de paz e tolerância política total"

Por outro lado, as militantes da OMA foram exortadas a empenharem-se ao fundo nas tarefas do partido do MPLA para as eleições e o seu programa de futuro governo. O apelo foi lançado pelo primeiro secretário municipal do partido dos camaradas José Tchiaki, no acto das comemorações do 42º aniversário da OMA.

A participação activa das mulheres nas próximas eleições foi também realçada pela directora provincial do ministério de tutela, Maria Amélia Metodio, durante o discurso de abertura das comemorações do 8 de Março.

Segundo ela, a veia sensibilizadora das mulheres pode e deve arrastar para às urnas os cidadãos ainda cépticos

#### **4.10 CNE lança hoje campanha de educação cívica eleitoral**

*Jornal de Angola...10-08-03*

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) lança hoje, em Luanda, a campanha de educação cívica eleitoral, no quadro dos preparativos das eleições legislativas, previstas para Setembro deste ano.

Segundo uma nota da CNE, a cerimónia de abertura do evento terá lugar no Palácio dos Congressos, e para tal estão convidados representantes de partidos políticos, de igrejas, de ONG, da sociedade civil e autoridades" tradicionais.

Com a campanha de educação cívica eleitoral, a CNE pretende incentivar os angolanos a participarem massivamente nas eleições legislativas, sem receios de uma nova guerra pós-eleitoral, visto que o país vive um clima de paz efectiva desde 4 de Abril de 2002.

De igual modo, pretende-se contribuir para que a população reconheça a importância da sua participação na eleição de deputados à Assembleia Nacional, informar os cidadãos sobre os seus direitos e deveres, manter os eleitores ao corrente sobre a data os locais e a hora da realização do escrutínio.

No quadro da preparação da campanha, a CNE realizou um encontro nacional que contou com a presença de 250 pessoas, entre governantes, líderes religiosos, representantes de partidos políticos, ONG, membros da CNE, CPE, dos gabinetes municipais eleitorais, entre outros, e encontros provinciais.

A este encontro nacional seguiram-se eventos similares a nível das províncias, com vista a amealhar contribuições para uma campanha mais eficaz em cada região, tendo em conta as peculiaridades culturais de cada região

#### **4.11 «Exercício da cidadania é pilar para ida às urnas»**

*Crusero do Sul...15-03-08*

O presidente do Conselho Directivo da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Fernando Pacheco, disse, recentemente, no Huambo, que deve haver maior capacidade dos angolanos em exercer a sua cidadania, de modo a influenciar positivamente a participação dos cidadãos nacionais no pleito eleitoral de Setembro próximo.

Para ele, "a situação é mais complicada ainda, se tivermos em conta o facto da questão do desconhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos, ser um fenómeno

igualmente no meio urbano e com determinada posição social", diz. Assim, adianta, o exercício da cidadania é cada vez mais deficitária na medida em que, em termos de democracia, os cidadãos são cada vez menos actuantes, principalmente no que diz respeito às exigências dos seus direitos.

Na opinião de Fernando Pacheco, o cidadão, ao restringir a sua capacidade de intervenção, está também a ceder o espaço que lhe pertence a outros autores, muito mais aos governos que acabam por exercer papéis que lhes foram delegados pelos cidadãos com uma gritante ausência de relação entre governantes e governados e entre deputados e eleitores.

A partir desse prisma – defende Fernando Pacheco – nasce o chamado défice de democracia representativa, advindo daí igualmente a opinião de muitos que acham que hoje a democracia, a nível mundial, sofre de duas doenças: por um lado, a doença da representação na medida em que, cada vez mais os deputados eleitos são pessoas que representam ou não de forma efectiva o eleitorado; e, por outro, a doença da nula participação dos cidadãos na coisa pública.

## JUVENTUDE E CRIANÇA

### 5.1 Lançado programa de apetrechamento das escolas públicas da cidade de Luanda

*Jornal de Angola...13-03-08*

A governadora interina de Luanda, Francisca do Espírito Santo, lançou ontem, no município do Cazenga, província de Luanda, o programa de apetrechamento das escolas públicas e comparticipadas da província de Luanda com material escolar e mobiliário diverso.

Assim, foram apetrechadas quatro salas de aula da escola metodista, com carteiras, secretárias e armários, bem como a respectiva sala de professores. No âmbito deste projecto, Francisca do Espírito Santo deu início a um programa de plantação de árvores e de oferta de merenda escolar.

De acordo com Francisca do Espírito Santo, o seu Governo vai apetrechar todas as escolas da província de Luanda, não só com carteiras, mas com secretárias para os professores, armários e material de apoio à educação.

Recordou que os manuais escolares até à sexta classe estão a ser distribuídos gratuitamente, o que, a par do programa merenda escolar, permitirá melhorar a qualidade do trabalho nas escolas.

Segundo a governadora interina, o que foi feito naquela escola também o será em todas as demais de Luanda, para que se prime por uma conduta pedagógica correcta e a componente de educação moral e cívica não sejam apenas palavras, mas uma prática quotidiana no trabalho com as crianças.

Francisca do Espírito Santo abordou também a questão da educação ambiental. "Esta escola tem um pátio vastíssimo. Eu quero ver este pátio com árvores, com vegetação, com plantas",- disse a ex-vice Ministra da Educação, para acrescentar que a implementação desta acção passa por um trabalho de orientação e de enquadramento dos alunos.

A responsável máxima da província de Luanda disse que o programa de arborização das escolas começa na escola 7022, mas deve se estender a todas as escolas de Luanda.

Para a governadora interina, "o programa de arborização não custa nada. É uma actividade que as crianças gostam de fazer". Nessa perspectiva, exortou a direcção e os docentes das escolas a começarem a dar importância à componente de educação ambiental,

para benefício das crianças.

"Apelamos aos docentes, às crianças e à comunidade, no geral, no sentido de cuidarem melhor do património público, que é de todos, com vista à promoção social das pessoas", disse.

### 5.2 Direcção quer vender a única escola da ilha a Indiana

*Angolense...22-03-08*

Os encarregados de educação da escola secundária 3029, localizada na Ilha de Luanda, estão preocupados com o destino dos seus filhos, uma vez que acreditam que a direcção da escola vendeu a instituição à Clínica Sagrada Esperança da ENDIAMA, que já alargou o seu espaço ocupando a antiga área do refeitório e algumas salas. A direcção tranquiliza os encarregados e garante que os alunos não terão de sair dali

Elsa Alexandre

Desde que começaram as obras na clínica da Sagrada Esperança, há aproximadamente um ano, que os alunos da escola 3029 perderam a paz, devido a movimentação no interior da instituição escolar.

"Desde que esses senhores começaram a trabalhar, o barulho aqui nunca acaba, já nem brincamos à vontade", reclamou Ana, de 13 anos. Tal como ela, outros alunos também manifestaram o seu descontentamento.

"No ano passado eles partiram o nosso refeitório, porque queriam aquele espaço e durante muito tempo tivemos que ficar assim, sem um lugar para comer", contou Mateus, 15 anos.

Mais adiante acrescentou que o refeitório actual, um contentor, não o agrada, sempre gostou do antigo, uma estrutura de construção definitiva. "Não gosto dessa cantina, não conseguimos ficar lá sentados, somos obrigados a ficar de pé, aqui fora, nem sequer tem cadeira", lamentou.

Já Pedro, seu colega, reclamou do facto de terem sido obrigados a trocar de sala. "A nossa sala ficava ao lado do antigo refeitório, nos tiraram de lá porque ao construtores da clínica partiram junto com o refeitório, e nos colocaram aqui, mas eu preferia a minha sala, já estava acostumado com ela", frisou. Segundo alguns alunos, a escola será transferida para a zona da floresta, o que aumenta a preocupação dos estudantes, uma vez que essa área tem fama de ser o "escritório" dos marginais que operam na Ilha. "Não quero ir estudar na floresta, lá tem muitos bandidos", realçou Manuel, de 10 anos. Para os encarregados a preocupação maior é saber onde as crianças irão estudar, uma vez que na Ilha só existe aquela escola.

"Só quero que o Ministério da Educação construa

desgraça, por não serem mais próximos para não ficam na Mutamba. Não terei dinheiro para, todos os dias, pagar o táxi daqui para lá. Quem é que vai se responsabilizar por isso?", interrogou Joana Martins, encarregada de educação.

Joaquim Diogo, outro encarregado, falou da questão da criminalidade, visto que também há aulas de noite. "O meu filho estuda aqui a noite, se ele tiver que ir estudar na cidade estará mais exposto a criminalidade e não quero isso para ele" disse. Outra preocupação apontada pelos encarregados de educação é o facto de as aulas terem começado já há um mês. "Nem que tivéssemos que matricular os nossos filhos noutras escolas já não dá, pois já não há vagas, portanto é importante que o Ministério da Educação não permita que essa escola feche, porque senão os nossos filhos perderão mais um ano lectivo e ficarão atrasados sem necessidade", alertou Pedro da Silva.

### 5.3 FAS emprega mais de 200 mil dólares na reconstrução de escola

*Jornal de Angola...31-03-08*

FAS emprega mais de 200 mil dólares na construção de escola duzentos e 67 mil e 434 dólares norte-americanos foram gastos pelo Fundo de Apoio Social (FAS) em Malanje, na construção de uma escola primária na comuna do Lombe (município de Cacuso). O estabelecimento escolar com capacidade para albergar 480 alunos em dois turnos, comporta seis salas de aula, gabinetes, sala de professores entre outras dependências.

Com a duração de 12 meses, as obras da escola inaugurada sexta-feira última pelo governador provincial em exercício, Durbalino de Carvalho, estiveram a cargo da empresa "Rocha & Machado".

Na ocasião, Durbalino de Carvalho, pediu à população no sentido de preservar o novo imóvel de forma a servir também para a formação das gerações futuras. Testemunhou a inauguração da escola, o director Regional do Banco Mundial, Michael Boxter

### 5.4 ISCED em benguela admite 1.338 estudantes

*Jornal de Angola...31-03-08*

Mil 338 estudantes, distribuídos em diversas especialidades, foram admitidos, no presente ano académico, no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), adstrito ao Centro Universitário de Benguela, órgão da Universidade Agostinho Neto

(UAN).

Segundo a vice-decana do ISCED, Laurinda Baça, que falava na abertura do ano lectivo 2008, os novos estudantes estão matriculados nos cursos de Matemática, Geografia, História, Psicologia, Pedagogia, Educação Especial, nas linguísticas de Inglês, Francês e Português, Economia e Gestão, Direito e Ciências de Computação, nos regimes regular e pós-laboral.

A fonte, sem precisar o número de matrículas relativas à época académica passada, adiantou que a actividade docente/educativa naquela unidade orgânica da UAN é desenvolvida por 206 professores, diversificados em graus académicos e categoria, coadjuvados por 136 trabalhadores não docentes. Acrescentou que o Centro Universitário de Benguela prepara a contratação de mais docentes para fazer face a necessidade dos mais variados cursos, mas frisou que para o cumprimento dessa intenção está-se a recorrer às cooperações cubana, portuguesa e brasileira.

Afirmou que se registou ainda o reforço das relações de cooperação entre a instituição e universidades do Brasil e de Portugal, o que demonstra a preocupação da direcção do centro, da reitoria e do governo da província em aproximar o desempenho do estabelecimento do

Alunos do ensino superior consultando as listas num dos estabelecimentos escolares ensino superior aos padrões que caracterizam as instituições modernas do género.

Pontualizou, igualmente, que no ano lectivo passado, os primeiros 41 mestrandos receberam os seus certificados como especialistas em Didáctica do Ensino Superior, estando na recta final a sua formação, tendo anunciado que já um trabalho deu entrada, aguardando pela nomeação do corpo do júri.

Notou que o curso de agregação pedagógica a que foram submetidos os docentes em Benguela e no Pólo do Kwanza-Sul, e o êxito alcançado no plano lectivo, permitem afirmar que 2007 foi positivo, pois dos quatro no activo, 90 por cento terminou com bom aproveitamento, o que motiva a continuidade do trabalho para o bem da província, em particular e do país em geral.

Quanto aos trabalhos de fim do curso, avançou que cerca de 400 finalistas estão a preparar as suas monografias para as defender, o que colocará Benguela e Kwanza-Sul novamente entre as grandes potências universitárias do país. Estes números, encarou, representam para a instituição uma vitória, pois pela primeira vez apresentará os primeiros licenciados do Curso Pós-Laboral.

A cerimónia, decorrida no Cine Monumental, cujo ponto alto teve que ver com o baptismo dos caloiros, foi testemunhada pelo vice-governador de Benguela



**PDF Complete**

*Your complimentary use period has ended.  
Thank you for using PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

o pró-  
Pedro  
Bongo, e assistida pelo corpo docente e discente, entidades políticas, eclesiásticas, entre outros convidados.



# HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

## 6.1 A produção e a apropriação do espaço urbano o imaginário antropológico

Folha8...01-03-08

"O Ciclo de utilização do espaço corresponde, a uma evolução histórica cuja as marcas são passageiras" in Levi-Strauss. Os fenómenos de enraizamento e de mobilidade, constituem quanto a nós, dois dos aspectos complementares, da maneira como os indivíduos e os grupos se apropriam do espaço social. Até porque a mobilidade não tem necessariamente, de ficar, dissociada da ideia de enraizamento como pratica produtora de segurança e ou de valorização.

Nesta perspectiva, devem ser estudados os fenómenos de migrações definitivas e alternantes, as praticas dos residentes permanentes dos meios rurais dos cidadãos como a segunda residência deste meio, os seus modos de vida e, também os discursos sobre a vida rural e sobre o meio ambiente "natural" que se traduzem em ambiguidades nas relações rural/urbano ou campo/cidade. O acto de produzir o espaço, passa a tem sido sujeito de varias inquietudes de antropólogos e sociólogos que têm estado a focalizar a questão nas práticas sociais. Porque observar o espaço, significa observar as práticas sociais que o constituem.

A observação a analise, em relação aos especialistas neste domínio, é clara, em vez de insistir sobre o rigor formal dos códigos, " dialetizaremos" à noção, ela situar-se-á numa relação pratica e numa interacção dos sujeitos com os seus espaços, com a sua envolvente.

As grandes cidades costeiras podem ter uma base suficientemente sólida parecendo irreversível. Para ilustrar importa realçar que na cidade de São Paulo, havia 240 mil habitantes em 1950 duplicou esse número. Mas no interior, as espécies urbanas nasciam e desapareciam ao mesmo tempo que era povoada a província despovoava-se, deslocando-se de um lado para o outro. Esta mutação demográfica também tem paralelo com a nossa cidade de Luanda, em que o crescimento populacional e, em parte por razões por nós conhecidas teve um crescimento desproporcional ao esperado. (...)

Na análise do espaço deve-se ter em conta a triplica vertente da sua concepção, percepção e vivência, associando-se pela interacção com as três dimensões

fundamentais, a saber:

A pratica do espaço, a sua representação e o espaço de representação, assim sendo, entendemos o espaço como um factor determinante de transformações económicas, históricas, técnicas e morfológicas, os seus efeitos contudo, devem ser analisados em interacção com a estrutura social e com os modelos de comportamentos, assumindo uma significação especifica para cada um dos actores sociais.

Por não ser único, nem tão pouco automático, como pretendiam fazer crer os teóricos da escola de Chicago. Os efeitos dos espaços devem ser lidos em função duma pluralidade de actores, cuja posição social e cultural nos conduzem à práticas sociais antagonicas dentro do mesmo espaço. Por outras palavras, a estrutura espacial está ligada à pluralidade de actores com praticas diferentes e com capacidades desiguais de estratégia. Defendemos, por isso, que analise do espaço não poder ser dissociada da análise em termos de estrutura social, porque esta supõe oposições de interesse, contradições e conflituosidade.

## 6.2 Promoção da cultura urbanistica

Semanario Angolense...01-03-08

Antigos combatentes e veteranos de guerra, assim como populares que praticavam actividade agrícola na região do Sossego, bairro Benfica, ao município da Samba, são os principais beneficiários de um projecto orientado de reconversão das zonas verdes que está a ser desenvolvido na zona, com o beneplácito do Governo Provincial de Luanda.

O projecto consiste na urbanização de terrenos que antes serviam de campos onde se praticava a agricultura de subsistência, por via da construção dirigida, com apoio de uma equipa técnica coordenada pelo Eng.º Simão Nekaka.

Segundo Simão Nekaka, o projecto visa também evitar a ocupação de terras e construção anárquicas, para proporcionar uma melhor observância das normas urbanísticas, o que resultará em ganhos para todos os envolvidos.

Na óptica do seu coordenador, o projecto surgiu para promover uma cultura urbanistica à altura do aparecimento de novas áreas residenciais, sem os constrangimentos ligados à construção anárquica, concorrendo também para um melhor aproveitamento das iniciativas locais nessa matéria.

No momento, encontram-se «talhoados» cerca de

que têm sido atribuídos a vários sectores de camponeses, antigos combatentes e veteranos de guerra, todos já licenciados, o que tem contribuído para a arrecadação de receitas para os cofres do Estado. Uma vintena de pessoas já se mudou para a zona com as suas armas e bagagens, embora alguns tenham construído apenas residências precárias.

Porém, como constatou o Semanário Angolense no local, falta o Governo fazer a sua parte, nomeadamente em relação ao fornecimento de energia eléctrica e água potável, o principal calcanhar de Aquiles da urbanização, além da construção de equipamentos sociais (escolas e postos médicos).

Maria João, 45 anos, uma camponesa que já lá reside há seis, manifestou-se satisfeita com as condições de habitabilidade de que passou a dispor depois de construir a sua casa, mas lamenta a falta de água e luz. «O projecto está muito bom e estamos satisfeitos com este trabalho. Agora, o que nos preocupa é a falta de água e energia, pelo que pedimos ao Governo que acelere a construção da rede de distribuição de água, uma vez que existe um centro de tratamento próximo», apelou.

José Nanga, camponês de 62 anos, por seu lado, disse que já se mudou para o Bairro do Sossego, porque, para ele, o projecto é bastante atraente e devidamente organizado, faltando apenas que o Governo coloque água e energia como vê, todas as casas estão devidamente orientadas e as ruas bem definidas faltando apenas água e energia. Acho que este projecto devia ser seguido noutros locais, para evitarmos bairros como o Rocha Pinto ou o Catambo», considerou.

### **6.3 Escom apresenta novo projecto imobiliario orçado em 60 milhões de Euros**

*Jornal de Angola...07-03-08*

A Escom apresentou na quarta-feira passada, o seu mais recente projecto residencial denominado "Acquaville", orçado em 60 milhões de euros.

A ser construído em Luanda Sul, numa parceria entre o grupo brasileiro Camargo Corrêa, um dos maiores grupos empresariais do Brasil e a Escom, as obras têm início previsto para Maio próximo.

O condomínio tem uma área de 50 mil metros quadrados e será composto por oito torres com -148 unidades, com tamanhos variados entre os 140 e 190 metros quadrados, duplex térreos, apartamentos de

diversos modelos e penthouse, todas viradas para uma área de lazer, parque aquático e recintos desportivos.

Dirigido para o segmento de mercado de alto padrão, o custo das residências terá um preço mínimo ou superior na ordem dos 600 mil dólares.

O novo projecto residencial, com espaços de apoio, arborização e jardins esteticamente bem delineados, contará com duas quadras para a prática desportiva, que contemplará uma polidesportiva e outra de ténis. Terá igualmente uma piscina para adultos e outra infantil, deck molhado, salão para festas uma para adultos e outra para crianças, ludoteca (sala para entretenimento), bem como um cyber e solarium.

Ainda no domínio imobiliário, a Escom está a levar a cabo a construção do "edifício Espírito Santo", com 25 pisos, localizado na zona do Miramar.

O edifício, cuja conclusão está apazada para o final deste ano, tem um investimento avaliado em 84 milhões de euros (114.31 milhões de dólares).

Em paralelo com a construção do Edifício Espírito Santo, a Escom Imobiliária prossegue a sua política de crescimento com o desenvolvimento de mais alguns projectos de investimento em Luanda e no Soyo.

Na capital, vão ser construídos três edifícios que estarão ligados entre si para habitação e comércio, numa parceria do Bloco África da Camargo Corrêa.

Localizado junto ao edifício Espírito Santo, os empreendimentos vão orçar em 154 milhões de euros (209.57 milhões de dólares).

Na cidade do Soyo, local onde se irá desenvolver o projecto Angola LNG (aproveitamento de gás natural liquefeito), a Escom Imobiliária pretende desenvolver um projecto do tipo aparthotel.

Durante a cerimónia de apresentação do projecto residencial "Acquaville", o presidente do Conselho de Administração da Escom, Hélder Bataglia, considerou o lançamento deste condomínio e dos demais projectos residenciais como sendo uma viragem significativa trazendo para Angola um novo conceito de viver e uma nova forma de morar.

### **6.4 Favelização, Etilização ou requalificação**

*Novo Jornal...07-03-08*

Alguns não gostam de admiti-lo, mas Luanda está favelizada. Se se tratar de algum incómodo causado pela origem exógena da palavra, podemos dizer, em vez disso, que Luanda está cada vez mais

o cantou que Luanda não é uma ilha. O que é que a cidade é uma ilha: um casco urbano cada vez mais reduzido e cercado de muceques por todos os lados. Até agora, o processo tem-se alastrado inexoravelmente. Os antigos muceques degradaram-se ainda mais. Os bairros que o poder colonial tinha destinado à pequena burguesia – incluindo os pequenos e médios funcionários angolanos – e cuja urbanização não completou transformaram-se em autênticos muceques. O Bairro popular, o Cassenda, os Mártires, a Terra Nova e o Caputo são alguns dos exemplos disso. Não escaparam sequer os edifícios situados na Baixa ou em bairros de perfil médio e médio-alto, como o Prenda. É só visitá-los, para o confirmar.

A guerra, o populismo, os conflitos de interesses e, acima de tudo, a falta de visão estratégica impediram a concepção e adopção de medidas para resolver esse problema fundamental. Em vez de se descomprimir o centro da cidade, foram construídas (e continuam a sê-lo) cada vez mais torres, além de terem começado a ser implantados outros projectos mirabolantes.

O resto da antiga cidade (já podemos começar a chamá-la assim) está totalmente a mercê dos especuladores mobiliários. Não há terreno vazio, mesmo em bairros residenciais, onde novos edifícios de mais de cinco andares (no mínimo) não sejam erguidos a todo o momento. Jardins, parques de estacionamento e outros locais públicos são ocupados para o mesmo efeito. Mesmo ao lado, persistem o lixo, as poças de água, os buracos, os anexos e os cortiços. Projectos como o do Luanda Sul foram desfigurados, por ausência de vontade política para o levar adiante d4forma integrada como o mesmo foi inicialmente pensado. Assim, enquanto Talatona se transformou no refúgio da elite e dos expatriados – que, para lá chegar, têm de atravessar o grande muceque chamado Rocha Pinto –, o Morro Bento foi (quase) favelizado e os Novos Bairros mal saíram do papel. O carácter elitista de Talatona chama atenção, precisamente, por não haver alternativas consistentes (excepção feita ao Novo Vida, que, por isso mesmo, está a rebentar pelas Costuras) para os grupos sociais com menor poder aquisitivo. Parece, infelizmente, que a prioridade continuará a ser essa, pelo menos avaliar pelos rumores acerca dos novos projectos urbanísticos de luxo da Boavista e de toda à costa luandense, do Cacuaço à corimba.

A requalificação dos bairros populares – como o Bairro Operário ou o Sambizanga – está a demorar demasiado a sair do papel. Por enquanto, é apenas uma boa intenção. A verdade é que esses bairros e outros –

como o Marçal ou o Rangel podem ser considerados hoje, dada a grande expansão da cidade em todas as direcções, como estando no centro da cidade. É inadmissível continuarem no estado em que estão.

O governo dá sinais de que pretende fazer alguma coisa diferente, a fim de tentar resolver os inúmeros e complexos de Luanda. Um deles é a "limpeza selectiva promovida pela governadora interina no quadro orgânico do governo provincial. Outro foi a recente nomeação de vários administradores municipais, com outro perfil, em termos de qualificação técnica e a administrativa, em relação aos anteriores. O ministro da administração do Território também anunciou, embora sem entrar em detalhes, que está na forja um novo estatuto para a cidade.

O grande desafio das autoridades é que essas e, eventualmente, outras medidas terão de começar a produzir resultados visíveis nos próximos três meses.

## 6.5 A função das cidades angolanas na perspectiva do planeamento urbano e do ordenamento do território

*Folha8...08-03-08*

O conceito de cidade, parece-nos perfeitamente evidente, surgindo todavia, algumas hesitações quando se trata, de dar uma definição acabada sobre a mesma, havendo porém poucos traços comuns, entre uma instância termal e uma cidade mineira, ou entre uma capital e uma aldeola adormecida...! Que dificulta a ordem de uma definição geral.

Apesar de que nem sempre os homens se reúnem para os mesmos fins e objectivos, porque os sistemas económicos são diferentes, resultando em tipos e séries de cidades específicas (...) Parece-nos, pacífico segundo F. Ratzel, "algumas das características das cidades passa por ter um aglomerado durável". Numa clara oposição aos aglomerados temporários com os mercados da idade média, Islava ou os actuais mercados do Magreb que concentra (vam), tendas num dia da semana, em pleno campo. Para o caso de Luanda é uma cidade, que se pode definir pelo seu aspecto exterior, por uma paisagem Urbana, que não é uniforme mais se define em cada região em contra posição com o campo circundante, não só pela existência de parques passeios públicos, como pelas construções anárquicas, e também chamada de Sobre-Urbanização.

(...)

Mas a uma definição de cidade pelas actividades não

ões, por exemplo, no final dos anos setenta, a antiga União Soviética havia criado as agro-cidades, aglomera dos agricultores com o aspecto formal de cidade, que permite, aglomerados de agricultores com o aspecto formal de cidade, que permite, pelo seu ordenamento para o comércio e ocupação dos tempos livres, um modo de vida em tudo igual ao cidadão. Julgamos também válida a seguinte definição:

"A cidade é um aglomerado importante, ordenado para a vida colectiva " (este ordenamento constitui o urbanismo) e onde parte considerável da população vive de interesses não agrícolas ou de actividades agrícolas. Não se pode por lado, fixar um limite inferior do mesmo modo que se não pode dizer a partir de que altitude um outeiro constitui um monte. As cidades são, alias, de tipos diferentes que se torna necessário estudar tanto a sua diversidade como as suas características comuns. Um estudo sobre a cidade não pode pois conduzir-se segundo um modelo estereotipado, deve, no entanto e, em nosso entendimento, tomar em consideração um Certo número de pontos:

- A posição (ou situação) e o local de implantação.
- As etapas do crescimento.
- As funções das cidades e, as suas necessidades (abastecimento de água, transporte).
- A população da cidade (origem, composição, características demográfica).
- os bairros (incluindo o seu aspecto).
- O papel da cidade na região, a relação com as outras cidades, por outras palavras, o seu lugar na rede urbana na região. Esta enumeração, como devem calcular, não preconiza qualquer plano para o estudo de uma cidade: é difícil, com efeito, separar radicalmente o estudo do crescimento das funções, pois que o crescimento se faz acompanhar geralmente de uma transformação.

Em França por exemplo, denominam as cidades, como qualquer aglomerado com mais de dois mil habitantes, na Áustria o número limite é de cinco mil, na Islândia são trezentos.

Ainda, em relação à França, encontramos numerosos casos de grandes aglomerados rurais, que não são cidades, aldeias, de dez mil habitantes, do delta Tonkinês, Aldeias de três mil, trinta mil habitantes, e até por vezes de setenta mil rurais. E obvio que à quantidade de população não é o único indicador valido para construir uma cidade, a concentração da população de Luanda tem um crescimento, por unidade de superfície construída, com característica especifica, alias o aumento constante de bairros suburbanos, adopção pelos aldeões habitando, não

longe do centro da cidade. Com as consequências a que nos deparamos actualmente.

## 6.6 600 Famílias podem ser desalojadas

*Cruzeiro do Sul...15-03-08*

Desenha-se, nos próximos dias, uma acirrada guerra de espaços entre o governo de Dumilde Rangel e uma comissão de moradores da localidade de Yimbalambi. Encravado entre a cidade de Benguela e a Catumbela, o espaço ganhou cotação no mercado de terrenos com a construção do novo estádio de futebol para o CAN/2010 e o lançamento do Projecto Benguela Norte que visa construir uma nova cidade, a partir do bairro da Nossa Senhora da Graça. "Olhos Grandes" ampliaram a visão aos terrenos que passaram a ser mais cobiçados

A justificação do executivo é que o local se destina à construção de uma fábrica de cimento a cargo da CNCA - Companhia Nacional de Cimentos de Angola, mas, pela boca-pequena, sabe-se que o interesse é de implantação de um complexo turístico, tendo em vista os negócios da realização do CAN.

O terreno, propriedade da Sociedade Agrícola da Cassequel, vulgarmente conhecida como Açucareira da Catumbela, de acordo com os marcos identificados no local pelo CRUZEIRO do SUL, passou a ser habitado por trabalhadores da referida sociedade, militares e ex-militares das FAPLA (ex-adidos) a quem se juntaram, depois das eleições de 1992, deslocados de guerra do Chongoroi e Caimbambo.

Dada a instabilidade na altura, criaram um corpo de defesa civil para servir de zona tampão às localidades da Catumbela, Damba Maria e as próprias cidades de Benguela e Lobito, e, assim, salvaguardar a integridade e a tranquilidade das populações.

Localizado à 2,5 km do novo estádio, 1,5 km do aeroporto da Catumbela e a 500 metros da área designada para o Projecto Benguela Norte, Yimbalambi, então desconhecida da opinião pública, pode rapidamente transformar-se no pomo de discórdia política, a julgar pelas figuras envolvidas nesta disputa, militares, agentes da ordem, desmobilizados das FAPLA e FAA, deslocados de guerra, funcionários públicos e privados entre magistrados, engenheiros, médicos, professores, jornalistas, comerciantes, camponeses, etc, que, na dificuldade de não possuírem casa própria, organizaram-se para um projecto de auto-construção dirigida.

### AMEAÇAS E ADVERTÊNCIAS

Na última segunda-feira, 10/03, a associação dos



protesto dirigido ao governador da cidade Benguela, ao Bureau Político e ao Comité Provincial do MPLA, aos deputados à Assembleia Nacional pelo círculo de Benguela, ao Coordenador do Grupo de Acompanhamento do CM para Benguela, general Kundy Paihama, e ainda aos ministros do Obras Públicas e do Urbanismo e Ambiente. Na carta, apresentam o histórico do surgimento do bairro que se quer deitar abaixo em detrimento de 600 famílias que poderão engrossar o exército de indigentes, mostrando a sua mais profunda repulsa e descontentamento.

Eles ameaçam colocar à disposição das autoridades os seus cartões de eleitores, se for avante o projecto de construção da fábrica de cimento, como é suposto desejo da CNCA. De acordo com uma fonte envolvida no processo, a CNCA, representada pela filha de uma alta entidade, defende que metade dos moradores deve ser desalojada para dar lugar ao projecto, mas não dá qualquer protecção.

"Nós não somos menos cidadãos do que os que estão à frente dos órgãos do Estado e que se esquecem de que os assuntos devem ser resolvidos na perspectiva do Estado", desabafou um cidadão, membro da comissão de moradores do Vambalambi, em declarações ao CRUZEIRO do SUL.

Questionado sobre uma provável irregularidade no processo de legalização dos terrenos, a resposta foi contundente: "nós estamos organizados. Se os dirigentes não resolvem os problemas do povo, o povo tem que resolver os seus problemas da forma como achar conveniente", sustentou.

Na sua carta-protesto, os vambalambenses dizem que o seu propósito é nobre e não vão admitir posições musculadas.

#### VIOLAÇÃO À LEI DO AMBIENTE

A ideia da construção da fábrica de cimento numa área habitacional em crescimento viola a todos os títulos a Lei de Base do Ambiente. A ideia não convence os moradores do bairro pelo simples facto de a região circunvizinha estar projectada para construção de condomínios e outras in-fra-estruturas sociais.

"Uma fábrica de cimento é uma fonte de poluição ambiental. Periga as populações e desrespeita as regras mais elementares de urbanismo e ambiente", lê-se na carta-protesto.

Os protestadores buscam, como suporte, a Lei de Ambiente e o discurso do Presidente Eduardo dos Santos de Setembro, em Nova Iorque, na cimeira mundial sobre as Mudanças Climáticas, para rotular de ilegítima a insistência de instalação da aludida fábrica. "Angola participou em 1992 na Conferência Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizado o Rio de Janeiro, e ratificou o Protocolo de Kyoto e todas as convenções sobre alterações climáticas,

comprometendo-se a cumprir o estipulado nestes instrumentos jurídicos internacionais...", citaram o presidente J ES.

### 6.7 Burla de terreno pode causar homicídio

Folha8...15-03-08

Gabriel Tomás, angolano, morador na zona do GrafanilCazenga, vive atormentado há cerca de seis anos. O motivo das ameaças de que tem sido alvo, incluindo de morte, está ligado à compra de um terreno.

Desengane-se o leitor se pensar que Gabriel Tomás é um abastado. Conseguiu juntar o dinheiro necessário para adquirir o diminuto terreno, economizando tostão a tostão do seu magro salário como protecção física numa empresa de segurança. O terreno, situado no Crafanil, na rua Bela, nº 280, Zona 19, "é a única coisa que eu posso deixar para os meus filhos", afirma amargurado.

Os factos remontam a 1997, altura em que adquire um terreno. "acho que ainda foi no tempo dos novos kwanzas ... ou talvez já dos Kwanzas reajustados. Comprei um terreno ao Sr. Domingos Gimbila onde fiz uma casa para mim e para a minha família. No dia 11.01 de 1997, um dia depois de ter comprado, ele, o Sr. Gimbila, comunicou-me que precisava do dinheiro para ir a Quibala fazer um tratamento tradicional porque estava doente. Nessa oportunidade passou-me uma declaração de compra e venda assinada por nós e mais testemunhas, da parte dele e da minha parte, ficou tudo acertado".

No terreno havia uma casa de madeira que ele fazia de marcenária, e perguntei como é que ficava casa de madeira, as ferramentas de marcenária e a porta como é que ficava, porque eu precisava de vedar com arame o terreno comprado.

Ele respondeu que não tinha problema, "Vamos tirar a casa de madeira, as ferramentas de marcenária e fechar a porta com os blocos para depois fazer avedação de arame no teu limite, onde tem os ferros (ou estacas). Quando vier da Quibala vamos tirar casa de madeira e tudo para poderes vedar o terreno".

(...)

Do GPL, encaminharam-no para o gabinete jurídico do G PL (Dra. Isabel) que, tendo beneficiado de patrocínio judiciário, terá encaminhado o dossier pelo processo 137/07 à ordem dos advogados, sem, contudo, ter obtido qualquer resultado, dada a inexperiência e falta de dinamismo da Dra. Irina Simeão Garrido da Costa que, contactada pelo Folha, 8



...ada com o comandante pelo comandante Silvio Brito, perante a máquina burocrática com que se deparou, nunca conseguiu saber em que pé estavam as queixas apresentadas pelo Sr. Gabriel Tomás. Esclareceu-nos ainda que preferia não alongar-se em declarações, pois, disse, "estou em início de carreira e não me quero prejudicar, visto que vou precisar de muitas dessas pessoas no meu trabalho futuro".

O Comando Geral da Polícia Nacional enviou no dia 27.07.2007 ao Comando Provincial o ofício n° 697/30/07/07 e 4195 3ª Divisão 88 77.4361-21.8.07 sem que no entanto, até ao momento, exista qualquer resposta positiva, nem, infelizmente, terá levado a que cessassem as agressões ao queixoso.

Em boa verdade o ofício produzido pelo Comando Geral da Polícia Nacional esbarrou na conhecida incompetência, irresponsabilidade e desorganização que grassa na corporação provincial e que o comandante Panda tem de colocar na Ordem.

O gesto mais significativo talvez tenha vindo da Procuradoria-Geral da República (do gabinete do Procurador junto da DNIC) que enviou a notificação 407 01.0-1/07 com cópia do ofício 881/01.22.01/07 de 20 de Agosto directamente para o gabinete do director provincial de Investigação Criminal, dando indicação do processo n° 114121/07 - 02 para a 49ª brigada, porta 11 ao cuidado do investigador Alexandre.

O mesmo, personificando uma certa lentidão e (ou) negligência e incapacidade, até ao momento não conseguiu aferir o que se passa e em que estado está o processo, sem que pelo menos tenha notificado ou recolhido qualquer declaração do queixoso e do acusado, ou sequer prova testemunhal.

Quanto ao provedor de justiça não deu qualquer resposta. Segundo Gabriel Tomás, recorrendo à cultura oral, sua fonte básica de ensinamentos e aprendizagem, sua estrutura e seu saber "eu quando faço um pedido ao meu pai ele tem que me responder.

Se eu pedir um par de sapatos ele tem que pelo menos me dar uma resposta mesmo que não seja positiva. Mesmo só para me dizer que hoje não pode ser. Se calhar para amanhã ou mesmo para o ano. Mesmo que só para me orientar no melhor caminho para os conseguir", referindo-se à indiferença dos homens e seguranças do provedor de justiça quanto à sua reclamação.

Ainda segundo Gabriel Tomás, a audiência que solicitou igualmente não teve resposta. Posto isso, decidiu e deslocou-se à Provedoria de Justiça para tentar falar pessoalmente com o provedor, contudo,

quando tentava interpelá-lo à saída, foi agarrado por um segurança, permanecendo até hoje, incompreensivelmente inexpugnável o acesso a Paulo Tchিপilica.

As agressões e as ameaças de morte

Gabriel Tomás, pai de seis filhos (o mais velho com 10 anos e o mais novo com três meses e meio) revela-nos uma calma tão incomum nos dias de hoje, que parece ser desprovido de qualquer truculência, sentimento de vingança ou ódio em relação a quem o atormenta há tanto tempo, bem como quanto a todos os que estão incumbidos de o defender como cidadão e pura e simplesmente o ignoram, como se apenas fosse vir a ser importante e contar como titular de direitos, no momento em que deposite um qualquer voto que exprima o seu grito de revolta, durante uma qualquer eleição. Até lá, as aflições do "Segurança" física não têm fim à vista, e nem se ficam por aqui. Questionado por nós sobre em que altura ocorreram essas agressões, Gabriel Tomás responde que "isso acontece mais é de noite.

Vêm só para ameaçar mesmo. Ameaças com ofensas à minha esposa, ameaças de morte... Continuando a narrar a sua confrangedora epopeia, afirma que dois factos foram os que mais o amedrontaram.

O primeiro quando o "novo comprador aparece no meu terreno acompanhado de Alfredo Gimbila e dois outros estranhos, um dos quais militar das FAA armado com uma Makaroff. Proferiram ofensas verbais e ameaçaram-no de morte tendo um afirmado que podia destruir a minha vida com um tiro. Às 20h30m começaram a partir os blocos. No dia 30 de Maio de 2004 fiz queixa à polícia sobre as ameaças de que sou alvo, mas até ao momento nada foi feito. A D. Maria, irmã do Sr. Gimbila, mais tarde veio afirmar que se tratava de um cunhado ou sobrinho que estava aqui para colocar (fazer o chamado pedido e consequente pagamento do alambamento).

De outra vez, durante o dia, apareceram os filhos do Sr. Domingos Gimbila, Alfredo e Toni Gimbila, afirmando que "eu era bruxo e que estava a fazer com que eles não conseguiram dormir. Me avisaram que iam me matar", recorda pormenorizando, procurando não deixar que a comissão de qualquer facto impeça a rápida resolução do seu caso e prolongue o seu sofrimento. Certo é que, segundo a suposta vítima, uma fatalidade poderia ter ocorrido no dia 18 de Setembro de 2006, quando os dois filhos de Domingos Gimbila, Alfredo e Toni, pegaram em catanas e pedras e decidiram resolver de uma vez por todas a querela, mesmo que para tal cometessem um crime manchando as suas mãos com sangue.

o mesmo dia, com os ânimos dos Gimbila inflamados, estes pegaram em catanas e tentaram atingir Gabriel e seus familiares, estes, em pânico, tiveram ironicamente como último refúgio a sua casa construída, no terreno objecto da discórdia, todavia, um dos filhos do casal em fuga acabou por ficar do lado de fora.

No mesmo dia, com os ânimos dos Gimbila inflamados, estes pegaram em catanas e tentaram atingir Gabriel e seus familiares, estes, em pânico, tiveram ironicamente como último refúgio a sua casa construída, no terreno objecto da discórdia, todavia, um dos filhos do casal em fuga acabou por ficar do lado de fora.

Na impossibilidade de entrarem de imediato na residência, Toni Gimbila começou a apedrejar a casa e todos os que pudesse eventualmente atingir.

## 6.8 O direito de a cupação precária as responsabilidades ambientais

*A capital...15-03-08*

### 1. Centro da Questão

Não é demais recordarmos que os direitos consagrados na Lei de Terras estipulam a relação entre o titular do direito e a coisa. Quer dizer: os direitos fundiários não são direitos subjectivos. São direitos reais, que determinam o grau ou a elasticidade dos poderes do titular em relação a terra ou terreno.

Acontece que muitos destes direitos, inclusive o de propriedade, que é o mais elástico entre todos, está sujeito a limitações. Estas limitações têm a natureza de ordem pública, moral pública, bons costumes, obediência à regras administrativas e mesmo de natureza ambiental.

Entre estes direitos, chama particular atenção o direito de ocupação precária, que é pouco conhecido na doutrina e direito angolanos, mas que é aquele que apresenta grandes potencialidades de poluição ambiental.

É só recordarmos o crescente número de estaleiros que através das suas actividades vão causando grandes violações ao meio ambiente, desde a produção de fumos, ruídos, poeiras, além da deposição de dejectos em locais considerados de riscos do ponto de vista ambiental.

As actividades de produção de burgau vão aumentando, e com elas o aumento da poluição das zonas circundantes, sem que, em muitos casos, se tomem medidas no sentido de garantir um ambiente sadio e não poluído.

### 2. Sobre o Direito de Ocupação Precária

Este é um direito considerado novo, visto que não faz parte dos chamados direitos históricos como são os de propriedade, superfície e mesmo a enfiteuse. Diríamos mesmo que é uma tipo 10gia inventiva do legislador da Lei de Terras, que tratou de enquadrá-lo entre os direitos reais consagrados no artigo 34.º da Lei n.09/04 de 9 de Novembro.

Diz o artigo 40.º, N.º1 da lei n.09/04 de 9 de Novembro:

"É admissível a constituição, pelo Estado ou pelas autarquias locais, sobre terrenos rurais urbanos integrados no seu domínio privado, através de contrato de arrendamento celebrado por tempo determinado, de um direito de ocupação precária para a construção de instalações não definitivas, nomeadamente:

- a) A construção de edifícios de carácter definitivo;
- b) Actividades de prospecção mineira de curta duração;
- c) Actividades de investigação científica;
- d) Actividades de estudo da natureza e de prospecção desta; e) outras actividades previstas em regulamentos autárquicos".

(...)

### 3. Sobre as Responsabilidades Ambientais

Os titulares do direito de ocupação precária produzem e movimentam produtos com grande potencialidade de poluir o meio ambiente. Produzem fumos, poeiras, ruído, resíduos tóxicos e põem a disposição das pessoas material com alguma perigosidade ambiental. Só para ilustrarmos a nossa afirmação:

Tendo sido convidados para realizar um estudo sobre a exploração do granito na província da Huila, município da Chibia, constatamos que muitas empresas que gozam do direito de ocupação precária para apoiar a actividade de extracção, movimentam por cada meia hora muitos veículos pesados e ligeiros, levantando grandes quantidades de poeira para os habitantes da localidades, produzem fumos e ruídos que durante todo dia incomodam as comunidades residentes. É um caso claro de poluição ambiental decorrente do direito de ocupação precária.

Mesmo na cidade de Luanda, são muitos os casos em que os famosos estaleiros causam danos ao ambiente. Importa lembrar que ao falarmos da responsabilidade ambiental dos titulares do direito de ocupação precária devemos percebê-lo de modo extensivo. Quer dizer que esta responsabilidade não diz só respeito às actividades exercidas in situ Ou seja, no interior dos vulgarmente chamados estaleiros, mas abrange todas acções complementares ao exercício daquelas actividades. Assim, a responsabilidade ambiental é

fora das  
queles actividades para o Estado, mas a realização  
daquelas actividades.

Resulta que a realização do direito de ocupação precária, tal como os demais, está sujeito a regras ambientais. Aqui não queremos chamar as medidas a nível superior de preservação do ambiente, como são as constantes do Decreto n.051/04 de 23 de Junho, Decreto sobre Avaliação de Impacte Ambiental, mas queremos realçar o direito individual de viver num ambiente sadio.

Diz o artigo 24.º N.º1 da Lei Constitucional que "Todo o cidadão tem o direito de viver num ambiente sadio e não poluído".

Este é o centro da dignidade ambiental na vida dos cidadãos. Aqui o legislador tratou do direito a viver num ambiente sadio como um direito individual e individualizante. Significa ainda que o direito a viver num ambiente sadio é uma exigência primeiramente individual. Daqui resulta a faculdade de exigí-lo mesmo de modo individual.

E antes de recorreremos a qualquer legislação avulsa, podemos de imediato consultar o artigo 43.º da Lei constitucional que diz: "Os cidadãos têm o direito de impugnar e de recorrer aos tribunais, contra todos os actos que violem os seus direitos estabelecidos na presente Lei Constitucional e demais legislação".

Estamos perante o princípio da tutela directa e imediata dos direitos dos cidadãos pelas vias contenciosas, graciosas e judiciais.

Desta forma, sendo o direito a viver num ambiente sadio e não poluído, de consagração constitucional, a sua realização deve ser feita com as garantias respaldadas no artigo 43.º da Lei Constitucional.

E disto não podemos perder de memória: compete aos órgãos locais do Estado garantir que as actividades destas empresas e outros titulares do direito de ocupação precária não periguem o direito do cidadão a viver num ambiente sadio e não poluído, como podemos confirmar no artigo 11.º N.º2 alínea f) do Decreto-lei n.02/07 de 3 de Janeiro, onde aparece o governo provincial como responsável pela celebração de contratos de arrendamento para a constituição de direitos de ocupação precária. Aqui é o local para actuação preventiva no momento da celebração de contratos pelos quais se constitua o direito de ocupação precária, no sentido de não violar o direito individual a viver num ambiente sadio. Este imperativo é reforçado na alínea a) número 6 do mesmo artigo como "promover medidas tendentes à defesa e preservação do ambiente".

Em todo caso, é na Lei n.05/98 de 19 de Junho que encontramos as medidas de preservação do ambiente, e que devem ser observadas por todos os titulares do direito de ocupação precária. Isto sem deixar de parte a verificação de outras normas ambientais constantes em diplomas como a Lei n.03/06 de 18 de Janeiro, Lei n.01/92 de 17 de Janeiro, Lei n.016/94 de 7 de Outubro e mesmo o Decreto n.059/07 de 13 de Julho.

4. Concluindo:

1. As empresas construtoras, as empresas extractivas e todos os titulares do direito de ocupação precária têm grandes responsabilidades na preservação do ambiente, não só como direito colectivo mas principalmente como direito individual;

2. É necessário uma maior fiscalização das actividades destas empresas de modo permitir a garantia do direito a viver num ambiente sadio e não poluído;

3. Como direito individual, todo cidadão tem a faculdade de exigir dos titulares do direito de ocupação precária a garantia de viver num ambiente sadio e não poluído, chamando atenção aos próprios titulares ou denunciando junto dos órgãos locais do Estado, atendendo ao princípio da maior proximidade.

5. Recomendação:

Atendendo a potencialidade de violação do direito a viver num ambiente sadio por parte dos titulares do direito de ocupação precária e tendo em conta que a fiscalização ambiental exige uma actuação pontual e actuante, recomendamos:

1. A aprovação urgente de uma Lei de Crimes Ambientais, a exemplo do Brasil que por meio da Lei 9.605 de 12 de Fevereiro 1998 apresenta apenas bastante pesadas para os que violam o meio ambiente;

2. Aos órgãos locais do Estado, dar maior privilégio às vias graciosas, de modo a permitir que os cidadãos em tempo útil vêm realizado o seu direito constitucionalmente consagrado, que é o de viver num ambiente sadio e não poluído;

3. Medidas de fiscalização ambiental mais efectivas, de modo a controlar as actividades das empresas que se dedicam ao ramo da construção civil e mineira, por serem aquelas que mais gozam do direito de ocupação precária.

## 6.9 Expopriação de terrenos levanta polémica na Chicala

Inconformados com a atitude dos fiscais alguns cidadãos que falaram à nossa

Reportagem foram unânimes em afirmarem que o voto para o MPLA, pode estar

condicionado na comuna da Ilha de Luanda

Mais de 100 famílias residentes na praia da Chicala, à entrada da Ilha de

Luanda, correm o risco de serem compulsivamente retiradas desta área pelos serviços de fiscalização do governo provincial de Luanda (GPL) sem qualquer indemnização. O espaço tem um novo dono que, à boca pequena, diz-se um dos filhos do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, que pretende edificar no tão cobiçado local um empreendimento imobiliário ligado ao ramo hoteleiro.

Na manhã desta quarta-feira, 19, um número indeterminado de fiscais do GPL que se faziam acompanhar de cidadãos chineses irromperam pelo recinto no qual estão instalados, restaurantes, tascas e barracas de pequenos negócios de subsistência, tendo em seguida vedado com chapas de zinco, sem dar qualquer satisfação aos donos dos estabelecimentos.

(...)

Luzia Adriano ‘Domingos e Esperança Gomes Pedro, ambas proprietárias de duas tascas juntaram às suas vezes à do nosso primeiro interlocutor. “Retirada sim, mas com as devidas indemnizações”, disseram.

Durante ainda a nossa estada no local, constatámos que o ambiente era desolador, justificado pela tristeza de muitos chefes de famílias, que vão perder empregos que durante anos tem sido o suporte das respectivas famílias. Estão nesta condição pessoas de vários estratos sociais que se dedicam a negócios de subsistência.

A maioria veio das províncias para Luanda em busca de melhores condições de segurança, durante o período do conflito armado. Algumas destas pessoas já não pretendem regressar às suas terras de origem. Mas com esta situação algumas serão forçadas a fazerem as malas, disse o jovem Cândido Mutombe, 31 anos, natural do Ngonguambo, antiga vila do Kilombo dos Dembos, no Kuanza-Norte.

Em breves declarações a este semanário, Cândido, que exerce a actividade de cambista de rua disse que será difícil encontrar um outro espaço para continuar com o negócio.

A semelhança de Cândido Mutombe, Luís de Sousa, é um outro jovem que teme pelo desemprego por ter visto a sua barraca, onde comercializa diversa roupa, envolto de chapas de zinco. Segundo ele, poderá encontrar algumas dificuldades para conseguir um outro local, onde poderá montar uma nova tenda que

lhe sirva de gerador de algum tostão para manter o seu sustento.

Inconformadas com a atitude dos fiscais, alguns cidadãos que falaram à nossa reportagem foram unânimes em afirmar que o voto para o MPLA, pode estar condicionado na comuna da Ilha de Luanda, por causa das alegadas injustiças contra cidadãos indefesos consubstanciadas em expropriação de parcelas de terras, despejos anárquicos e outros males sociais a favor de uma elite, onde perfilam, generais deputados e governantes.

O AGORA tentou contactar p administrador da Ilha de Luanda, mas o mesmo encontrava-se ausente do seu gabinete. Dada a importância do assunto, voltaremos com mais abordagens numa das nossas próximas edições.

## 6.10 Governo oficializa programa de requalificação urbana

*Novo Jornal...31-03-08*

O governo angolano oficializou o programa de reabilitação e requalificação das ruas estruturantes de cidades de Luanda, Kuando Kubango, Lunda-Sul, Moxico e Kwanza-Norte, bem como os respectivos contratos celebrados entre o Instituto de Estradas de Angola INEA e a empresa espanhola CCL Peninsular para a execução das obras: Este facto vem publicado no Diário da República, I série, nº46, de 12 de Março deste ano.

O programa ora aprovado visa debelar esta carência, reabilitando e requalificando as ruas estruturantes das cidades e províncias.

De acordo com o executivo, a ausência de vias em condições para o escoamento do tráfego urbano e peri-urbano criou, ao longo dos anos, dificuldades na integração das províncias, na disponibilização de um nível de serviço idêntico a todas as áreas de desenvolvimento do país, na interligação das zonas-chaves de actividades económicas, bem como na aproximação dos principais corredores do movimento rodoviário.

No boletim do Governo informa-se que o programa compreende não só os trabalhos de construção ou reconstrução de estradas, mas também de estruturas de sistemas de drenagem e iluminação pública, bem como os trabalhos de levantamento topográfico, investigações geotécnicas e construção de estrutura de travessia para peões.



## BÁSICOS

### 7.1 Candonga de água penaliza rocha pinto

*Semanario Angolense...01-03-08*

Milhares de moradores do bairro Rocha Pinto têm sido privados do abastecimento de água devido à venda ilícita desse precioso líquido aos candongueiros das cisternas.

A água tem sido vendida a partir de tanques subterrâneos feitos nos quintais de alguns moradores. Há indicações de que as pessoas envolvidas no negócio ergueram enormes reservatórios, com o propósito de proceder à venda de água aos camiões cisternas e aos vizinhos sedentos.

Alguns moradores contactados pelo Semanário Angolense acusaram tais negociantes de estarem a efectuar cortes sistemáticos nas condutas, desviando o precioso líquido para os seus tanques de armazenamento.

Estes, depois de abastecidos, são vendidos aos candongueiros do ramo. No processo de transferência da água dos reservatórios para os camiões, os intervenientes têm feito uso de electro-bombas, conforme constatou este jornal numa das visitas efectuadas àquele bairro.

«Devido aos desvios, estamos há vários meses privados do acesso à água», queixou-se uma moradora, visivelmente revoltada com o negócio.

Júlia Francisca, uma outra residente no Rocha Pinto, disse que, apesar das inúmeras denúncias feitas sobre o caso, a Empresa Pública de Abastecimento de Água de Luanda (EPAL) «tem estado a ignorar o drama dos moradores do Rocha Pinto».

Para contornar a crise, disseram que um número considerável de moradores não tem tido outra saída senão comprar a água aos detentores de reservatórios.

Alguns moradores denunciaram que essa aparente impunidade resultava de um suposto envolvimento de alguns funcionários da EPAL e de agentes da polícia afectos à 4.ª Divisão.

Apontaram o nome de um indivíduo, identificado apenas por Cabedal, como sendo um dos «maiores sabotadores de água» naquela zona.

Os preços de venda de uma cisterna aos candongueiros variam entre os 2 e os três mil Kwanzas. Estes, por sua vez, revendem o produto pelo dobro do preço, na periferia da cidade.

O Semanário Angolense não foi bem sucedido na sua tentativa de ouvir a versão sobre o assunto por parte do Gabinete de Comunicação e Imagem da EPAL.

### 7.2 Desalojados das chuvas de 17 de janeiro em penúria

*Angolense...08-03-08*

As tendas de cor verdes foram colocadas num quintal vasto, com algumas árvores espalhadas. Na entrada estavam duas raparigas que vendiam gasosa e cervejas. Enquanto esperavam pelos clientes aproveitavam para lamentar da sorte que tiveram.

Uma das vendedoras é Madalena, 12 anos de idade. Antes das chuvas torrenciais de 17 de Janeiro do ano passado era uma estudante aplicada que vivia com a família numa casa modesta. Hoje, teve de deixar a escola, que fica muito distante do local em que está e dedica-se ao comércio informal.

Mais do que retratar a falta de condições no abrigo convidou-nos para uma visita guiada ao seu novo lar. Minutos depois estávamos no interior de uma pequena tenda, onde fomos recebidos por sua mãe, dona Inês. Na nova realidade da família não existem divisórias, apenas um pequeno espaço que serve para todas as "encomendas", onde foram colocadas três famílias. Privacidade é uma palavra banida do léxico destas pessoas.

Um minuto dentro da tenda foi suficiente para ficarmos encharcados de suor, a temperatura no seu interior é altíssima. Com a pressa de salvar a vida por altura das inundações as famílias não puderam levar nada, daí que no espaço só haviam dois colchões estendidos e algumas painelas velhas.

"Estamos aqui desde 17 de Janeiro de 2007, partilho a tenda com mais duas senhoras, temos cada oito filhos. Dormimos um por cima do outro", contou dona Inês. Dada a superlotação da tenda, os ocupantes decidiram, consensualmente, passar todo o dia fora e usar o espaço apenas para dormir.

"Os homens do Governo Provincial, que nos trouxeram aqui, disseram-nos que só ficaríamos aqui por três meses, mas já não falam nada, já nos esqueceram", lamentou ainda.

A conversa com Inês foi interrompida pela reclamação de outra vizinha de infortúnio. A mesma explicou que ela e seus filhos são obrigados a defecar na lixeira. "Aqui não temos quarto de banhos, usamos a lixeira para tudo", explicou. Para os banhos, têm um



Quanto a escolas ou hospitais não passam de uma miragem para os habitantes das tendas. "Para o Governo somos lixo, por isso não fazem nada para mudar a nossa situação", lamentou a nossa interlocutora.

Há poucos metros de distância estava Laurinda Raul. A frente da sua tenda havia uma sombra improvisada e um número considerável de pessoas tentava proteger-se do sol. Ela faz comida que vende a um preço módico. "Uma refeição custa duzentos Kwanzas. Este foi o único negócio que consegui fazer com ajuda dos meus familiares", explicou. Antes trabalhava como empregada doméstica, mas agora não pode. Laurinda tem receio de um dia sair e ao regressar perder o direito a uma casa nova, como já aconteceu em casos semelhantes.

Tal como Inês, partilha o espaço com mais duas famílias. "Colocamos a água para beber, os comprimidos, o leite do bebe e os colchões fora da tenda, senão, lá dentro, como aquece tanto, acaba por estragar", explicou. (...)

Outra vizinha segredou-nos que é muito frequente morrerem crianças naquele local. "Desde que estou aqui já presenciei muitos óbitos umas quinze crianças já morreram aqui, mas não é de admirar, se deixar, por descuido, o meu filho na tenda, durante o dia, ela morre devido ao calor", realçou. A convivência com o lixo é também apontada como causa para tanta mortandade. "Na semana passada morreu o filho de uma vizinha, o miúdo estava com cólera", exemplificou.

Enquanto visitávamos e conversávamos com as pessoas, notamos que grande parte das tendas estava rasgada, da lateral ao topo.

Eles fugiram das suas casas para não sucumbirem ante a fúria das águas, mas foram confrontados com um cenário pior. "Quando chove as tendas enchem de água, ficamos todos molhados, as nossas coisas também molham e até os bebés apanham chuva", continuou a explicar a moradora. "Agora que vão começar as chuvas fortes de Abril temos medo", explicou outro dos habitantes do bairro improvisado, que aproveitou a ocasião para lançar um apelo desesperado ao Governo: "Mexam-se, tirem-nos daqui, senão vai acontecer uma desgraça".

### **7.3 Governo investe USD 600 milhões no fornecimento de água potável a 300 aldeias**

O Governo angolano vai investir entre 2008 a 2012 um montante avaliado em 600 milhões de dólares no abastecimento de água potável a 300 aldeias e comunas de 17 províncias do país.

A informação foi prestada pelo director nacional de Águas do Ministério de Energia e Águas, Gomes da Silva, à margem de um Workshop subordinado ao tema "Diagnóstico do sector do abastecimento de água e saneamento", que decorreu ontem em Luanda.

Gomes da Silva reiterou que o programa "Águas para todos", a ser implementado em todas as províncias do país, excepto Luanda, consumirá anualmente 150 milhões de dólares, totalizando 600 milhões no seu final.

Engenheiro ele próprio. Gomes da Silva assegura que o programa começa em Abril próximo, de maneira descentralizada, ou seja, sob tutela dos governos provinciais, nas 17 províncias.

O director nacional de Águas revelou que a instituição tem o orçamento garantido para execução da empreitada.

Os governos provinciais, segundo o responsável, são os agentes implementadores do "Água para todos". Eles trabalharão em estreita coordenação com o Ministério da Energia e Águas.

Segundo ele, a nível do país há poucas empresas vocacionadas para fazer obras do género. Porém, adiantou, em estreita colaboração com o Ministério das Obras Públicas, a Direcção Nacional irá encontrar algumas empresas nacionais no sentido destas participarem pelo menos em algumas tarefas específicas.

Por outro lado o director nacional de Águas revelou que o programa a curto prazo que foi implementado no período 2004 e 2005 orçou em cerca de 500 milhões de dólares. Nesta cifra não se inclui os grandes projectos de Benguela e de Luanda.

Segundo o engenheiro, o programa de curto prazo incidiu na reabilitação da quase totalidade dos sistemas de todas as cidades capitais do país.

Nesse momento a direcção de Águas está a trabalhar noutros municípios, que não as capitais de província, "porque o que havia a fazer praticamente está feito".

As tarefas agora, disse, consistem na expansão, na medida em que actualmente as cidades apresentam um maior número de cidadãos comparativamente ao período anterior à independência.

mas, que muitas vezes passam por vários procedimentos, desde a captação à distribuição", disse, "para acrescentar que a grande melhoria que houve no programado do Governo, desde 2004, consistiu na integração dos sistemas".

Segundo Gomes da Silva, o índice de cobertura com água potável é maior, o que nem sempre pode implicar num aumento da percentagem de pessoas servidas. Os cidadãos que já tinham o líquido passam a tê-lo com melhor qualidade, disse.

O engenheiro Gomes da Silva disse também que o programa do Governo de curto prazo está na sua fase conclusiva, não obstante alguma morosidade verificada com a retirada de certos produtos dos Portos angolanos.

#### **7.4 Trabalhadoras da elisal doam meios de limpeza**

*Jornal de Angola...08-03-08*

No âmbito das festividades alusivas à "Jornada Março Mulher", funcionárias da Empresa de Limpeza e Saneamento Básico de Luanda, – ELISAL, procederam quarta-feira, à doação de vários kits de meios de limpeza e de higiene ao Hospital dos Cajueiros e ao Lar da Terceira Idade do Beira; situados nos municípios do Cazenga e Rangel, respectivamente. A directora dos Recursos Humanos da ELISAL, Ana Paula Maria Júlia, coordenadora das actividades, disse ao Jornal de Angola que esta foi a forma que as mulheres daquela empresa encontraram para minimizar algumas dificuldades com que se debatem as duas instituições.

De acordo com Ana Paula Maria Júlia, aquela acção é mais uma acta de solidariedade das mulheres da ELISAL para com os pacientes do Hospital dos Cajueiros e de pessoas da terceira idade.

"Não pretendíamos que estas festividades alusivas às mulheres angolanas e não só passassem em branco, razão pela qual organizamos estas visitas, que consideramos de proveitosas", disse.

. Ainda no âmbito das actividades elo "Março Mulher", funcionárias da ELISAL assistiram várias palestras subordinadas aos temas "A doença da mama e a sua prevenção", "Doenças sexualmente transmissíveis", e "Planeamento familiar".

De acordo com o programa de actividades a que o Jornal de Angola teve acesso, as mulheres da ELISAL vão realizar amanhã actividades desportivas, consubstanciadas em uma partida de futebol, corrida

de sacos, macaca e outros desportos.

Ontem, de acordo com o programa de actividades, devia realizar-se outras actividades como a dança das cadeiras, teatro, desfile de trajes africanos, bem como uma homenagem à mulher trabalhadora da empresa.

Entretanto, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, várias empresas e instituições realizam actividades políticas, culturais e recreativas.

O acto central terá lugar na província do Bié e será presidido pela ministra da Família e Promoção da Mulher, Cândida Celeste. Na província ela vai inaugurar infra-estruturas sociais. Vai também orientar uma palestra.

#### **7.5 Governo deve electrificar bairros marginalizados**

*Folha8...08-03-08*

Determinadas organizações não-governamentais e membros da sociedade civil de boa fé estão interessados em ajudar o Governo a electrificar os bairros sem energia da capital.

Um membro dum ONG, S. Damião Nteka, que avançou a informação ao Folhas, disse que os cidadãos de bairros esquecidos, ou seja, que não constam do plano governamental de electrificação enfrentam enormes problemas.

A ajuda passará pela contribuição dos próprios cidadãos com valores minúsculos e as ONG subvencionam a maior fatia para aquisição de Postos de Transformação (PT) junto da EDEL.

Para o efeito, as negociações com esta instituição governamental para pôr em marcha o programa, vão iniciar-se na segunda quinzena deste mês.

"I á são pobres e diariamente são obrigados a comparar combustível nas bombas para acompanhar o que se passa pela Televisão", lamentou, acrescentando que os pacatos cidadãos correrem riscos em termos de saúde.

"Há muitos incêndios nos bairros causados por má utilização destas fontes alternativas. Enquanto não houver planos vamos tentar encontrar outro tipo de solução", referiu a mesma fonte.

O plano de electrificação vai começar no bairro Maria Eugénia Neto, no município de Kilamba – Kiaxi, que fica atrás dos deputados da Assembleia Nacional.

Este bairro não tem motivos para estar sem energia eléctrica porque a escassos metros fica a estação sul da EDEL. "Não entendemos o papel de um deputado angolano. Não é possível que a água e energia que eles beneficiam passem por escassos metros da comunidade e não se preocupem com as pessoas. Que

Certas vozes da sociedade civil receiam que essa intenção possa ser um fracasso, porque está a ser interpretada como se fosse uma campanha eleitoral que essas ONGS pretendem fazer a favor de uma formação política.

## 7.6 Tanques vão fornecer água a mais de 50 mil pessoas na Maianga

*Jornal de Angola...10-03-08*

A Administração da Maianga colocou em funcionamento, nos meses de Janeiro e Fevereiro, dez tanques de abastecimento de água potável nas comunas do Cassequel e Prenda, para benefício de cerca de 50 mil moradores.

Os tanques são abastecidos diariamente por três camiões cisternas da Administração Municipal, com a capacidade para transportar 12 mil litros de água, cada. O projecto faz parte do programa do Governo Provincial de Luanda (GPL), no âmbito do aumento de prestação de serviços básicos e melhoramento das condições de vida das populações.

O chefe dos Serviços Comunitários da Administração Municipal, Paulo Manuel da Silva, disse que foram beneficiários os bairros do Cantintom, Rocha Pinto e Prenda.

"" Foram montadas bases e tanques com a capacidade de armazenar dez mil litros de água potável cada, disse. No âmbito do mesmo programa, está prevista a instalação, este mês, de outros três postos no bairro do, Catambor.

O município da Maianga possui uma população estimada em 852 mil e 271 habitantes, distribuída pelas comunas da Maianga, Cassequel, Prenda e Rocha Pinto.

No âmbito do mesmo programa, as autoridades administrativas da Maianga, desenvolvem desde segunda-feira uma campanha de combate ao lixo, denominado "Limpe mais e suje menos".

A campanha está a ser realizada em estabelecimentos académicos, públicos e privados, do ensino primário e do segundo ciclo.

## 7.7 Sumbe tem 36 milhões de dólares para a recuperação do sistema de água

*Cruzeiro do sul...15-03-08*

O município do Sumbe, capital do Kwanza-Sul, vive sérios problemas no sistema de distribuição de água às populações. Os bairros, da Salina, Chingo, E 15, As-saca, Bumba Kissalas 1, e 2, são os mais penalizados, já que a sua população tem de percorrer quilómetros, até ao rio Kambongo, onde acarreta água para o consumo diário. Quem pode recorrer a cisternas que também não ficam nada barato. Mas a boa nova deve ter chegado. Um financiamento do BAD vai permitir que o sistema de abastecimento seja recuperado. "R chegou o momento de darmos maior atenção ao sector, tendo em atenção o crescimento que a província conhece nos últimos anos", diz David Rodrigues.

O sistema de águas existente foi concebido para 5 mil habitantes. Hoje, o Sumbe está com 15 mil habitante e o sistema de captação não consegue dar resposta a demanda. David Rodrigues explica que o bairro da Salina já tem o sistema recuperado, lamenta o facto de alguns moradores sabotarem os tubos que levam o líquido, "listamos de olho. Todo o cidadão que for encontrado a praticar desacato na conduta de água para o bairro da Salina será responsabilizado judicialmente", avisa.

() nosso interlocutor diz que a KNIÍ tem recuperado os cabos que fornecem energia aos motobomba, que bombeavam no passado água para os prédios. "Logo que se conclua a recuperação destes motobomba, o bairro vai usufruir de água nas torneiras e chuveiros", promete.

### POPULARES AGUARDAM EXPECTANTES

Joaquim Campos, morador do bairro da Salina, acha que a recuperação do sistema de abastecimento de água é uma mas valia, pois a população está cansada com a deslocação ao rio que dista a um quilómetro do bairro. "Andamos, há muitos anos, à espera da água." Rosa de (lastro vive no bairro E 15, não sabe o que fazer, pois, quando precisa lavar a roupa, tem de se deslocar ao rio e não fica nada fácil já que se corre vários riscos tanto em ser arrastada pelas águas como ser assaltada a roupa do esposo. Com a recuperação do sistema, o bairro vai conhecer outro alento, já que sempre sofremos por falta de água", disse. (Catraio Pinto vende água no bairro da Pedra. Este mostrou-se satisfeito com o projecto de recuperação do sistema de águas e garantiu que vai construir um chafariz na sua casa para vender água em quantidade. "Não vou deixar de comercializar a água, é um negocio rentável, porque se paga pouco e ganha-se tanto dinheiro", admite.

### SAÚDE PÚBLICA PREOCUPADA COM CASOS DE DIARREIA

Os casos de diarreia que o hospital tem vindo a registar são, na sua maioria, por consumo de água imprópria. Uma fonte hospitalar revelou que,

ência do  
hospitais em 2 de setembro, no caso por acidente, entre 2  
e 4 crianças morrem.

## 7.8 Agua para todos abrange 80% da população angolana

*Jornal de Angola...15-03-08*

O projecto de abastecimento de água potável às zonas rurais, "Água para todos", vai beneficiar cerca de 80 por cento da população do país, a partir de 2012, disse quinta-feira, em Caxito, província do Bengo, o ministro da Energia e Aguas, Botelho de Vasconcelos.

Botelho de Vasconcelos, que fez essa afirmação durante uma visita de constatação do andamento de obras ligadas ao sector, informou que o projecto vai aumentar anualmente em 20 por cento a oferta de água potável às populações, para que em 2012 oitenta por cento da população do país consuma água tratada.

O ministro, que se reuniu com o governador da província, Jorge Dombolo, e com outros membros do executivo local, assim como com as empresas a quem foram adjudicadas as obras do projecto, disse que o programa encontra-se em fase experimental.

Nesta fase foram contempladas quatro províncias: Cabinda, Uíje. Bengo e Benguela.

De acordo com o governante, o projecto-piloto de captação, tratamento e distribuição de água potável vai entrar em funcionamento em Abril do corrente ano, sendo a comuna de Cabiri, província do Bengo, a escolhida para o arranque oficial do programa.

O responsável referiu que o programa "Água para todos" é um plano de âmbito nacional "bastante ambicioso", que está a merecer muita atenção dos órgãos centrais do Governo, assim como da comunidade internacional, pela envergadura do projecto.

Integraram a comitiva chefiada por Botelho de Vasconcelos o vice-ministro do sector, Rui Tito, o presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), António Belsa da Costa, entre outros funcionários seniores e técnicos do Ministério.

No âmbito do projecto, Rui Tito deslocou-se na última quinta-feira à província de Uíje, onde manteve encontros com as autoridades locais e as empresas envolvidas no projecto, com vista a se inteirar do grau de implementação do programa.

O projecto está a ser implementado por uma comissão coordenada pelo ministro da Energia e Aguas e

integrada pelos ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, da Indústria, da Administração do Território, da Saúde e pelo secretário do Conselho de Ministros.

A concepção do "Água para todos" teve em consideração o facto de que o abastecimento de água potável constitui uma das condições fundamentais para a saúde e bem-estar das populações, bem como para o desenvolvimento económico e social.

Visa superar a crítica situação, mediante a realização de um programa que promova soluções mais viáveis, tendo em conta os benefícios das novas tecnologias, por forma a garantir a sustentabilidade das acções no meio rural, estimulando a produção nacional e melhoria da qualidade de vida das comunidades.

## 7.9 Sumbe tem 36 milhões de dolares para recuperação do sistema de água

*Cruzeiro do Sul...15-03-08*

O município do Sumbe, capital do Kwanza-Sul, vive sérios problemas no sistema de distribuição de água às populações. Os bairros: da Salina, Chingo, É 15, As-saca, Bumba Kissalal 1, e 2, são os mais penalizados, já que a sua população tem de percorrer quilómetros, até ao rio Kambongo, onde acarreta água para o consumo diário. Quem pode recorrer a cisternas que também não ficam nada barato. Mas a boa nova deve ter chegado. Um financiamento do BAD vai permitir que o sistema de abastecimento seja recuperado. "É chegado o momento de darmos maior atenção ao sector, tendo em atenção o crescimento que a província conhece nos últimos anos", diz David Rodrigues.

O sistema de águas existente foi concebido para 5 mil habitantes. Hoje, o Sumbe está com 15 mil habitantes e o sistema de captação não consegue dar resposta a demanda. David Rodrigues explica que o bairro da Salina já tem o sistema recuperado, lamenta o facto de alguns moradores sabotarem os tubos que levam o líquido. "Estamos de olho. Todo o cidadão que for encontrado a praticar desacato na conduta de água para o bairro da Salina será responsabilizado judicialmente", avisa.

O nosso interlocutor diz que a ENE tem recuperado os cabos que fornecem energia às moto-bombas, que bombeavam no passado água para os prédios. "Logo que se conclua a recuperação destes motobombas, o bairro vai usufruir de água nas torneiras e chuveiros", promete.

POPULARES AGUARDAM EXPECTANTES



ina, acha que a recuperação do sistema de abastecimento de água é uma mas valia, pois a população está cansada com a deslocação ao rio que dista a um quilómetro do bairro. 'Andamos, há muitos anos, à espera da água.'

Rosa de Castro vive no bairro É 15, não sabe o que fazer, pois, quando precisa lavar a roupa, tem de se deslocar ao rio e não fica nada fácil já que se corre vários riscos tanto em ser arrastada pelas águas como ser assaltada a roupa do esposo. "Com a recuperação do sistema, o bairro vai conhecer outro alento, já que sempre sofremos por falta de água", disse. Catraio Pinto vende água no bairro da Pedra. Este mostrou-se satisfeito com o projecto de recuperação do sistema de águas e garantiu que vai construir um chafariz na sua casa para vender água em quantidade. "Não vou deixar de comercializar a água, é um negócio rentável, porque se paga pouco ganha-se tanto dinheiro", admite.

#### SAÚDE PÚBLICA PREOCUPADA CASOS DE DIARRIA

Os casos de diarreia que o hospital tem vindo a registar são, na sua maioria, por consumo de água imprópria. Uma fonte hospitalar revelou que, diariamente, dão entrada, no banco de urgência do hospital 17 de Setembro, 10 casos por diarreia. Entre 2 e 4 crianças morrem.

### 7.10 Mundo celebra dia mundial de água com problemas no acesso ao líquido

*Jornal de Angola...22-03-08*

Assinala-se, hoje, em todo o mundo o Dia Mundial da Água, numa altura em que se cogita que a água potável será um bem muito disputado em todo o mundo. Estimativas das organizações indicam que mais de 1 bilhão de pessoas não tem acesso à água.

A data, que foi criada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) através da resolução A/RES/47/193 de 22 de Fevereiro de 1993, tem como objectivo principal criar um momento de reflexão, análise, consciencialização e elaboração de medidas práticas para resolver o problema da falta de água.

De acordo com estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), em parceria com o Unicef, divulgadas no ano passado, mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo ainda não dispõe de acesso adequado ao fornecimento de água potável.

Este número, segundo as previsões daquelas duas

agências das Nações Unidas, representa um quinto da população do planeta. Acrescentam que mais de um milhão e meio de pessoas poderiam ser salvas, a cada ano, se tivessem acesso à água limpa, ao saneamento básico e condições de higiene.

Um outro relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), divulgado recentemente, refere que até 2050, altura em que se prevê que o mundo tenha 9,3 biliões de pessoas, entre 2 e 7 biliões de 1 pessoa não terão acesso à água de 1 qualidade.

Em relação a quantidade de água no planeta, os dados indicam que 1 cerca de 70% da superfície da Terra encontra-se coberta pelas águas num volume de aproximadamente 1.385.984.610 km<sup>3</sup>. Deste total, 97,5% constitui-se de água salgada e apenas 2,5% em água doce ou seja: 1,351 biliões km<sup>3</sup>, e 34,6 milhões km<sup>3</sup>, respectivamente.

Dos 10,5 milhões de km<sup>3</sup> de água doce, cerca de 987% (10,34 milhões de km<sup>3</sup>), corresponde à parcela de água subterrânea, e apenas 92,2 mil Km<sup>3</sup> (0,9%) corresponde ao volume de água doce superficial (rios e lagos), directamente disponível para a (procura humana, que corresponde a, 0,008% do total de água no mundo.

Segundo um estudo do Fundo das Nações Unidas para Alimentação (FAO), publicado em 2002, a América do Sul e a Ásia concentram os maiores potenciais de recursos hídricos do mundo, com 12.379 e 11. 727 Km<sup>3</sup>, ano, respectivamente, seguidas pela América do Norte com 7.480 km<sup>3</sup>fano e a Europa com 6.63 1 km<sup>3</sup>fano.

Os menores potenciais encontram-se na Africa, Oceânia e América Central (3.950, 1.711 e 781 km<sup>3</sup>/ano, respectivamente).

Os maiores caudais de recursos hídricos renováveis do mundo estão concentrados em seis países do mundo nomeadamente Brasil, Rússia EUA, Canadá, China e Indonésia Apesar de todo esse potencial, disponibilidade de água em todos os continentes tende a diminuir cad: vez mais, o que demonstra a necessidade de se rever o sistema de consumo e a solução do problema de disponibilidade em curto prazo.

Um funcionário do Ministério d, Energia e Água, que preferiu o ano nimato, considera que, tendo e11 conta estes número, surge a necessidade de se consciencializar a sociedade para a participação n, preservação dos recursos hídricos por forma a se evitar, em curto prazo a escassez de água nos próximos tempos.



...ssa fonte, em Luanda, o Governo perde diariamente muito dinheiro com as ligações clandestinas, que acabam por provocar sérios danos a rede de abastecimento de água a cidade.

"Recentemente, li que a Empresa de Abastecimento de Água de Luanda (EP AL) perde diariamente cerca de 30 milhões de Kwanzas. Soma esse dinheiro pelos dias do ano todo para ver o quanto o Estado perde com as ligações anárquicas que sobrecarregam a rede", disse, fazendo referência a declarações do presidente do Conselho de Administração da EPAL, António Costa, publicadas na edição online da Televisão Pública de Angola (TPA).

Na referida entrevista, António Costa disse que em duas operações de desactivação de ligações clandestinas levadas a cabo na zona do Camama e da Samba, a EPAL estimou que perdia por dia 30 milhões de Kwanzas.

De acordo com o PCA da EPAL, a empresa perdia, nestas duas zonas de Luanda, mais de 11 mil metros cúbicos de água. Todas estas perdas, explicou, exigem que, quer as autoridades, quer a população, unam esforços no sentido de se combater esta prática. "Já se diz que a próxima grande guerra do mundo será por causa da água, então há que se preparar para tal fase", concluiu.

## RECONCILIAÇÃO

### 8.1 ANDA cria agência de desarmamento de cidadãos

*Jornal de Angola...01-03-08*

Uma agência de desarmamento dos cidadãos em posse ilegal de armas vai ser criada nos próximos dias, deu a conhecer o director do Centro de Aconselhamento e Orientação dos Deficientes Físicos de Guerra e ex-combatentes, brigadeiro Justino Morais Damião.

Aquele oficial das Forças Armadas Angolanas (F'AA) afirmou que o centro, adstrito à Associação Nacional de Deficientes Angolanos (ANDA), esta tarefa obedecerá quatro etapas, designadamente, sensibilização, gratificação, busca e justiça.

Segundo o director da Anda, no que se refere à sensibilização, está em curso uma campanha que visa chamar a atenção a todos os utentes de armas de guerra, no sentido de procederem a sua entrega voluntária.

Durante a etapa de sensibilização aos cidadãos, nós os informaremos que ao entregarem as suas armas receberão como gratificação instrumentos de trabalho, assim como meios de sobrevivência que permitam contribuir para a criação de melhores condições de vida", esclareceu.

Para o êxito dessa acção, Justino Damião apelou a todas as organizações estatais, como o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), empresas, igrejas e ONG, para colaborarem nesta campanha, fornecendo balões de roupa usada e outros meios.

Segundo o responsável da Anda, com esta campanha pretende-se contribuir para o combate à violência em Angola. Indicou que as armas entregues serão igualmente transformadas em instrumentos de trabalho, como enxadas, pás e agulhas, com base em experiências colhidas em diversos cursos administrados em Moçambique e Brasil.

### 8.2 Governo e spera por um milagre até agosto

*Novo Jornal...07-03-08*

O PROGRAMA DE RECOLHA, armazenamento e custódia de todas as armas ligeiras para posterior destruição, de forma a remover todas as ferramentas de violência na sociedade, foi aprovado esta semana, durante um seminário sobre o assunto realizado na

capital do país. Este desarmamento voluntário não terá qualquer compensação monetária e também não irá resultar em alguma responsabilidade criminal. Igual procedimento será aplicável aos cidadãos que forem objecto da recolha coerciva das armas em sua posse, passado o período de entrega voluntária que vai de Abril ao fim de Junho, e se a situação ocorrer antes do encerramento da campanha, em Agosto.

O projecto prevê quatro fases de aplicação, esclarecendo também que um outro conjunto de tarefas, constantes da proposta, deverá ser executado até 2010. O orçamento proposto para este programa é de 301 milhões de kwanzas (3,9 milhões de dólares).

A comissão nacional de desarmamento é coordenada pelo primeiro-ministro e integra os ministros do Interior, da Defesa, das Relações Exteriores, da Administração do Território, da Justiça, da Comunicação Social, da Educação, da Reinserção Social e das Obras Públicas.

Compõem ainda a aludida comissão chefes das Forças Armadas, da Polícia, dos Serviços de Informação, de Inteligência e um representante do Conselho das Igrejas Cristãs Angolanas (CICA). Igual estrutura será montada também a nível das províncias, dirigida pelos adjuntos dos comandantes locais da Polícia e integradas por responsáveis das áreas atrás citadas.

Segundo o Governo, serão desarmados ex-combatentes das Forças Armadas e antigos agentes da Polícia Nacional, assim como serão substituídas as armas usadas pelas empresas privadas de segurança e desmantelados os paióis de armamento.

As autoridades não apresentaram qualquer estimativa sobre o número de armas ainda em posse dos cidadãos mas, segundo dados divulgados durante o seminário pelo Centro de Estudos Estratégicos e relativos ao ano de 2004, cerca de 4,6 milhões de armas poderiam estar em posse da população.

O governo apenas revelou no encontro que acções esporádicas entre 1999 e 2007 permitiram a recolha de 200 mil armas ligeiras de diversos calibres.

Entretanto, até ao mês de Junho, o documento prevê que o Governo deverá criar as condições para aderir às Declarações de Bamako, de Nairobi e da SADC sobre armas ligeiras. Será ainda revista a legislação sobre o porte e uso de armas de defesa pessoal.

### 8.3 O estudo deve sensibilizar sociedade

*Novo Jornal...07-03-08*

alista em  
teorização de conflitos, defende que a primeira condi-  
ção para o êxito do desarmamento tem a ver com o  
fortalecimento do papel do Estado na sensibilização do  
cidadão e da comunidade.

Para este missionário católico, o Estado deve garantir a todos que a sua protecção está garantida e que por esta razão "deve prescindir da arma que possui porque esta pode ser perigosa para si mesmo".

Em declarações ao Novo Jornal, disse que a primeira coisa que deve ser arrancada do cidadão é a cultura da violência enraizada ao longo conflito armado.

Com a mente desarmada, acrescentou, "ele irá usar a não-violência para se proteger".

Estudiosos da resolução do conflito em Moçambique, o sacerdote diz que naquele país os grandes êxitos alcançados no desarmamento se deveram também à participação das igrejas num projecto que se denominou "transformar as armas em enxadas".

Com ele, sustentou, o governo de Moçambique conseguiu no final recolher milhares de armas, porque "os cidadãos começaram a ter a consciência de que elas não eram necessárias para serem usadas contra os seus irmãos"

#### **8.4 Governo quer desarmar população civil até agosto deste ano**

*Angolense...08-03-08*

De acordo com o ante-projecto do Programa de Desarmamento da População Civil a que tivemos acesso "a proliferação de armas ligeiras e de pequeno porte e, sobretudo, de armas de guerra adquiridas de forma ilícita, para além de representar uma ameaça imediata à segurança individual e colectiva, tem um impacto negativo sobre o processo de reconciliação e de reconstrução nacional". Os mentores do documento, proposto pelo Governo angolano, alertam também que a existência de armas em posse de civis influencia também o desenvolvimento humano, económico, cultural e social do povo.

"A disponibilidade ilícita de armas de guerra concorre sempre para a tentação das pessoas procurarem sustento através do crime ou do banditismo. Por outro lado, aumenta a tendência de se resolver conflitos sociais e políticos de forma violenta", lê-se no documento.

As consequências desta situação não se fizeram es-

perar. Inúmeros homicídios, ofensas corporais graves, roubos e violações com recurso a armas de fogo foram registados, assim como a existência de um circuito de procura e oferta de armas de fogo e munições.

Por outro lado, segundo a mesma fonte, para além das armas em posse de pessoas singulares, há ainda o caso das empresas privadas de segurança que usam armas de guerra no trabalho diário e de ex-militares, dentre eles desertores e desmobilizados, que continuam a manter consigo armamento.

Dentre outras tarefas definidas, o plano pretende a destruição das armas obsoletas, a revisão do sistema de controle do armamento ao nível das unidades policiais, pois, segundo fontes do exército nacional ouvidas pelo Angolense "têm-se registado casos em que militares alegam que perderam as armas em circunstâncias pouco claras e de desertores que abandonam o quartel levando consigo a arma".

Outra medida a implementar é a revisão da legislação sobre o uso e suporte de armas de fogo usadas para a defesa bem como a revisão da legislação sobre comércio das mesmas.

(...)

Entretanto, caso o documento seja aprovado como está, a comissão terá apenas um representante da sociedade civil, que já foi escolhido: O Conselho das Igrejas Cristãs de Angola.

A operacionalidade do processo de desarmamento deverá contar com o apoio de uma subcomissão técnica, a ser liderada pelo Comissário Paulo de Almeida. Este órgão terá como tarefas principais a recolha de informação sobre a posse ilegal de armas, assim como criar condições para o registo, catalogação e armazenamento das armas que forem entregues.

O projecto assenta as suas bases na sensibilização da população através da realização de seminários e palestras por todo o país, um trabalho em que quer contar com o apoio de organizações da sociedade civil. Na fase final vai admitir a recolha coerciva das armas, que deverá começar em Julho de 2008.

A relevância deste projecto é tal, que a proposta pede que o mesmo seja incluído nos programas do Governo. e que tenha um fundo próprio, com receitas provenientes do Orçamento Geral do Estado e de doações de empresas públicas e privadas, bem como de organizações internacionais.

Segundo as previsões, este ambicioso plano deverá consumir mais de três milhões de dólares .

*A capital...08-03-08*

Filipe Pedro foi o primeiro cidadão angolano, em Luanda, que, no dia 04, fez a entrega voluntária de uma arma em sua posse desde 1992, altura do início do conflito armado pós eleitoral.

A entrega desta arma, do tipo AKM, aconteceu no segundo dia em que se realizou, em Luanda, o seminário sobre o "Desarmamento da População Civil em Angola", promovido pelo Ministério do Interior.

Filipe Pedro, morador no Sambizanga, uma área onde o nível de criminalidade é bastante alto, deslocou-se à II Divisão da Polícia Nacional onde procedeu à entrega da referida arma.

"Recebi esta arma em 1992, na altura dos confrontos, e foi por um interesse nacional", disse, acrescentando que "todos os cidadãos devem contribuir para o andamento do processo (recolha de armas)".

Filipe Pedro apelou aos angolanos a seguirem o seu exemplo, aconselhando-os a não terem receio em dirigirem-se aos locais adequados para a entrega das armas.

"Vim voluntariamente fazer a entrega da arma e não houve interrogatório nenhum, por isso não tenham receio em fazer a entrega das armas", disse. Por sua vez, o comandante da segunda divisão da Polícia Nacional, primeiro superintendente Francisco Ribas, disse que este acto é já resultado dos apelos que estão a ser feitos pelo Governo. "Sentimo-nos privilegiados com esta iniciativa e isto demonstra já os reflexos da realização do Workshop".

De acordo com o oficial, no município do Sambizanga, sua área de jurisdição, em 30 por cento dos crimes são utilizadas armas de fogo. "Essa iniciativa vai também contribuir muito para a redução dos crimes armados que acontecem aqui no Sambizanga", concluiu. Referindo-se ao gesto de Filipe Pedro, o comandante provincial da Polícia de Luanda, comissário Panda, considerou o facto um sinal positivo, elucidativo de que a população está sensibilizada para a questão, pelo que se prevê vir a ser pacífica a recolha do armamento ilegalmente em posse da população.

Desde o fim da guerra em 2002, a Polícia Nacional já conseguiu recolher cerca de 200 mil armas junto da população civil; apesar disso, as autoridades consideram ainda "preocupante" a quantidade de armamento actualmente em poder dos civis.

Por este motivo, o Governo tem em mãos o programa de recolha de armas na posse de civis, com vista a diminuir drasticamente o número de armas de guerra fora dos quartéis e a garantir que as eleições legislativas, a serem realizadas em 05 e 06 de Setembro deste ano, decorram num clima de segurança.

As modalidades para o processo de recolha das armas foram definidas na conferência.

## **8.6 Armas de guerra dev em ser entregues ás autoridades**

*Folha8...08-03-08*

Filipe Pedro foi o primeiro cidadão angolano, em Luanda, que, no dia 04, fez a entrega voluntária de uma arma em sua posse desde 1992, altura do início do conflito armado pós eleitoral.

A entrega desta arma, do tipo AKM, aconteceu no segundo dia em que se realizou, em Luanda, o seminário sobre o "Desarmamento da População Civil em Angola", promovido pelo Ministério do Interior.

Filipe Pedro, morador no Sambizanga, uma área onde o nível de criminalidade é bastante alto, deslocou-se à II Divisão da Polícia Nacional onde procedeu à entrega da referida arma.

"Recebi esta arma em 1992, na altura dos confrontos, e foi por um interesse nacional", disse, acrescentando que "todos os cidadãos devem contribuir para o andamento do processo (recolha de armas)".

Filipe Pedro apelou aos angolanos a seguirem o seu exemplo, aconselhando-os a não terem receio em dirigirem-se aos locais adequados para a entrega das armas.

"Vim voluntariamente fazer a entrega da arma e não houve interrogatório nenhum, por isso não tenham receio em fazer a entrega das armas", disse. Por sua vez, o comandante da segunda divisão da Polícia Nacional, primeiro superintendente Francisco Ribas, disse que este acto é já resultado dos apelos que estão a ser feitos pelo Governo. "Sentimo-nos privilegiados com esta iniciativa e isto demonstra já os reflexos da realização do Workshop".

De acordo com o oficial, no município do Sambizanga, sua área de jurisdição, em 30 por cento dos crimes são utilizadas armas de fogo. "Essa iniciativa vai também contribuir muito para a redução dos crimes armados que acontecem aqui no Sambizanga", concluiu. Referindo-se ao gesto de Filipe Pedro, o comandante provincial da Polícia de Luanda, comissário Panda,

lativo de que a população está sensibilizada para a questão, pelo que se prevê vir a ser pacífica a recolha do armamento ilegalmente em posse da população.

Desde o fim da guerra em 2002, a Polícia Nacional já conseguiu recolher cerca de 200 mil armas junto da população civil; apesar disso, as autoridades consideram ainda "preocupante" a quantidade de armamento actualmente em poder dos civis.

Por este motivo, o Governo tem em mãos o programa de recolha de armas na posse de civis, com vista a diminuir drasticamente o número de armas de guerra fora dos quartéis e a garantir que as eleições legislativas, a serem realizadas em 05 e 06 de Setembro deste ano, decorram num clima de segurança.

As modalidades para o processo de recolha das armas foram definidas na conferência.

### **8.7 Chefe de estado cria comissão para desarmar pessoas em posse ilegal de armas**

*Jornal de Angola...08-03-08*

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, através de um despacho, criou ontem a Comissão Nacional para o Desarmamento de pessoas em posse ilegal de armas, coordenada pelo Primeiro-Ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Uma nota dos Serviços de Apoio ao Presidente da República indica que essa medida teve em conta a proliferação de armas ligeiras e de pequeno porte, sobretudo as adquiridas de forma ilícita durante a guerra, que, para além de representarem uma ameaça imediata à segurança individual e colectiva, provocam um impacto negativo no processo de reconciliação e reconstrução nacional.

Considerou-se também que a cultura de violência resultante da posse de armas de guerra contribui para o enfraquecimento dos esforços do Governo no âmbito da garantia da segurança e tranquilidade públicas e que o processo de desarmamento requer o engajamento e a participação de todos os cidadãos.

Integram a comissão criada os titulares dos ministérios do Interior, como coordenador-Adjunto, Defesa, Relações Exteriores, Administração do Território, Justiça, Comunicação Social, Educação, Assistência e Reinserção Social Obras Públicas e Finanças.

Fazem também parte da nova comissão o comandante

Geral da Polícia Nacional, o chefe dos Serviços de Informação, o chefe do Serviço de Inteligência Militar e um representante da sociedade civil, designadamente do Conselho das Igrejas Cristãs de Angola (OCA).

Para realizar as tarefas de desarmamento, a Comissão Nacional será apoiada por uma Subcomissão Técnica, coordenada pelo 2º comandante Geral da Polícia para a Ordem Pública.

Ao nível local, devem funcionar igualmente Comissões Provinciais, coordenadas por vice-governadores provinciais, e comissões municipais e comunais. Os coordenadores dessas últimas devem ser nomeados por despacho do coordenador Provincial e a sua composição será determinada com base na integração de especialistas locais das entidades cor respondentes, na Comissão Nacional, bem como de outros que se acharem necessários.

Do mesmo modo que a nível nacional, as Comissões Provinciais devem ser apoiadas por Subcomissões Técnicas, responsável pela execução das medidas operativas de desarmamento. Estas subcomissões devem ser dirigidas pelos respectivos segundos comandantes para a Ordem Pública.

De maneira a assegurar o cumprimento das medidas necessárias, devem ser estabelecidos, a nível provincial, para cada fase de execução, Planos Operativos específicos.

### **8.8 «Vao olhar para o processo como um negócio»**

*A Capital...08-03-08*

Embora os participantes tenham sido unânimes em concordar da urgência e importância do desarmamento da população civil para a mudança da mentalidade dos angolanos, os mesmos dividiram-se quanto a questão relacionada com os métodos a utilizar-se para convencer os cidadãos a aderirem em massa ao processo de entrega voluntária das armas.

As organizações não-governamentais, associações cívicas e especialistas internacionais defenderam a criação de incentivos monetários - ainda que simbólicos - para todos aqueles que aderirem à fase de entrega voluntária das armas. Outros, porém, no caso os responsáveis policiais e militares, advogaram que tais incentivos poderão contribuir para que a população «encare o processo de desarmamento como uma forma de ganhar dinheiro».

«Em face da conjuntura social e económica que o país atravessa, isso poderá transformar-se num negócio,



como uma forma de armamento legal, propõe o Eduardo Mingas «Panda», comandante provincial da Polícia de Luanda.

Para Paulo de Almeida, o processo de entrega de armas com base numa compensação monetária pode até certo ponto, atirar os traficantes de armas dos países vizinhos em conflito a entrarem no nosso país para comercializar os seus materiais bélicos, de modo a sustentarem as suas guerras.

«A questão das armas em posse dos cidadãos não é só uma questão nacional, é, mais do isso, transfronteiriço, uma vez que temos um país vizinho que vive uma instabilidade político-militar», explicou.

É de opinião que o incentivo monetário se justifica para aqueles casos em que uma comunidade encontre um paiol de armamento. «Aí sim, é normal que se crie depois algum incentivo para a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade e não de forma individual que pode significar um risco», concluiu.

### **8.9 O papel da sociedade na desmilitarização das sociedades**

*Jornal de Angola...08-03-08*

A imprensa angolana é, e deve posicionar-se, necessariamente, como uma aliada estratégica das autoridades na campanha a favor da recolha das armas em posse de indivíduos não autorizados.

Por um lado, porque ao conferir projecção social à problemática, os media exercem advocacia ao desarmamento dos cidadãos. Por outro lado, sendo que Comunicação Social joga um papel preponderante na consolidação da democracia, dizer que os jornalistas contribuem para a elevação da consciência cívica dos cidadãos na problemática do desarmamento, sensibilizando a sociedade sobre os perigos que representa a existência ilegal de armas de fogo em mãos de indivíduos civis.

A questão do desarmamento dos cidadãos em posse ilegal de armas passa, necessariamente, pela desmilitarização das mentalidades; passa pelo apaziguar das almas, pelo enterrar dos fantasmas da guerra do passado.

Neste sentido, também os jornalistas devem fazer um esforço no sentido de se libertarem de dogmas do passado e estigmas preconceituosos.

Em suma, significar que a imprensa joga papel decisivo na reconciliação dos espíritos e na instauração

de um clima de convivência pacífica entre os angolanos, mobilizando e catapultando; para o efeito, os órgãos de decisão política, os formadores de opinião e toda a sociedade.

Sinais dos tempos, hoje em dia, a vida quotidiana, os comportamentos e as motivações individuais e de grupo, as opções políticas e culturais estão ligados ao fenómeno informativo: vivemos na sociedade de informação.

Sendo um campo fundamental na produção e reprodução da vida social, dado o desempenho na criação e conservação da ordem simbólica, os meios de Comunicação Social representam um instrumento valioso na estruturação do próprio espaço público e do consenso social, daí a sua importância na formação da opinião pública em torno da cultura da paz e da reconciliação nacional.

Por conseguinte e, atendendo que os media se assumem, cada vez mais, como espaço do poder no qual se exprimem todas as relações de poder, urge capitalizar todos os esforços das instituições de direito no sentido de colocar a Comunicação Social ao serviço da problemática do desarmamento dos cidadãos e, concomitantemente, a favor da segurança das pessoas e bens.

(...)

E tendo em conta que as imagens mediáticas constituem, nos dias de hoje, mapas de referências nas quais as pessoas orientam e modelam o seu modo de ser e estar na sociedade, mister se advoga aos meios de Comunicação Social todo cuidado.

Na realidade, pelo papel que desempenham na transmissão de valores e representação do mundo, actualmente os media arrogam-se até ao direito de se substituir às instâncias tradicionais de socialização e formação: hoje, como consequência do desmembramento das famílias e das limitações do Estado, as crianças e jovens passam mais horas à frente dos televisores do que em contacto com os pais.

Neste contexto, e dado a crise de valores que assola o nosso país cujas interrogações sobre o futuro não encontram respostas imediatas, ressalta a necessidade de se pugnar por comunicadores conscientes da sua responsabilidades ético-social.

A solução passa também pela educação para a comunicação no sentido da utilização de forma crítica e consciente o dispositivo comunicativo, tendo como base uma racionalidade que parta de um sempre insatisfeito dever de comunicação inter subjectiva em favor da cultura da paz.

## Uma população poderá ser desarmada coersivamente

*Crusero do sul...08-03-08*

Um dos objectivos do programa de desarmamento da população civil é a recolha, armazenamento e custódia de todas as armas ligeiras, e de pequeno porte, possuídas de forma ilegal pela população e não só. Neste ponto, constam do desarmamento de civis que possuem armas de guerra.

Estão ainda contemplados os ex-militares e polícias que possuem armas de guerra de forma ilícita e a substituição do tipo de arma de guerra usadas pelas empresas privadas de segurança, para além da retirada de armas em esconderijos. Este processo envolve não só a remoção dos instrumentos violentos, mas também a remoção da capacidade do indivíduo que é capaz de empreender actos violentos.

Estes pontos constam do ante projecto de desarmamento da população civil apresentado na recém terminada conferência internacional sobre o desarmamento da população civil em Angola, ocorrida nos dias quatro e cinco do corrente mês.

De acordo com o memorando do encontro, o processo de desarmamento da população civil desenvolver-se-á em quatro fases, sendo, que a primeira se encarregará da organização e sensibilização da população alvo.

Assim sendo, nesta primeira fase, que se estende até Junho, Angola deverá criar condições para aderir a declaração de Bamako, Nairobi e da SADEC, sobre o controlo das armas de fogo, ligeiras e de pequeno porte.

Ainda neste período deverão ser realizados seminários provinciais sobre desarmamento, organizar e debates sobre o perigo das armas, envolvendo não só a juventude estudantil, mas toda a sociedade. Envolver as autoridades religiosas no processo de sensibilização para o desarmamento da população civil.

Deverão ainda ser realizados anúncios radiofónicos, televisivos e em línguas nacionais, distribuição de folhetos, revistas, t-shirts, etc. Já na segunda fase, que em princípio deverá começar em Abril e estender-se-á até Junho próximo, de acordo com o ministro do interior, Roberto Leal Monteiro "Ngongo", no seu discurso de encerramento do certame observará a entrega voluntária de armas por parte dos seus utentes aos locais a indicar posteriormente.

Entretanto, no mês de Julho, dois meses antes da realização das segundas eleições legislativas em Angola, de acordo com o discurso de Leal Monteiro

"Ngongo", é a altura que entrará em vigor a fase de recolha coerciva, onde operações dirigidas para a recolha de armas em todo o país serão observadas. (...)

A última fase é a de controlo, em que Polícia Nacional deverá continuar a programar operações de controlo de eventuais situações anómalas. O armamento recolhido em estado obsoleto será destruído, enquanto que o aproveitável poderá ser encaminhado para os órgãos de defesa e segurança interna.

De recordar que a Comissão Nacional Para o Desarmamento Civil é coordenada pelo Primeiro-ministro, Fernando da Piedade dos Santos, e integrar os Ministérios do Interior, Defesa, Relações Exteriores, Administração do Território, da Justiça, Comunicação Social, Educação, Assistência e Reinserção, Social, Obras Públicas, Estado Maior General das FAA, Polícia Nacional, etc.

Participaram da conferência países como Moçambique, Namíbia, África do Sul e Nicarágua.